



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CAROLINE SANTOS MUNIZ

**A REALIZAÇÃO DE VERBOS NO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS
RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTEVIDINHA, OESTE DA
BAHIA**

Amargosa

2021

CAROLINE SANTOS MUNIZ

**A REALIZAÇÃO DE VERBOS NO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS
RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTEVIDINHA, OESTE DA
BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB /
Centro de Formação de Professores-CFP, como requisito
para obtenção do grau de licenciada em Letras/ Libras/
Língua Estrangeira.

Orientadora: Profa. Dra. Isis Juliana Figueiredo de
Barros.

Amargosa

2021

AUTORIZAÇÃO AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Biblioteca

Bibliotecário(a):

MUNIZ, Caroline Santos. A realização de verbos no modo imperativo no português rural da comunidade quilombola de Montevidinha, Oeste da Bahia.

102f.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Isis Juliana Figueiredo de Barros

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Licenciatura em Letras / Libras / Língua Estrangeira. Centro de Formação de Professores – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – 2021

CAROLINE SANTOS MUNIZ

**A REALIZAÇÃO DE VERBOS NO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS
RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTEVIDINHA, OESTE DA
BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB /
Centro de Formação de Professores-CFP, como requisito
para obtenção do grau de licenciada em Letras/ Libras/
Língua Estrangeira.

Aprovado em: 24 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Isis Juliana S. de Barros.

Prof.ª Dr.ª Isis Juliana Figueiredo de Barros
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Presidente (Orientadora)

Lanuza Lima Santos

Prof.ª Dr.ª Lanuza Lima Santos
Instituto Federal da Bahia – IFBA

Prof.ª Dr.ª Franciane Rocha
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua infinita bondade e por ter cuidado de mim desde do início da minha vida enquanto estudante e da minha vida por completa.

Aos meus pais, Josenildo e Maria das Graças, por todo seu cuidado e dedicação a mim e aos meus estudos, por todos sins e por todos os nãoos.

Aos meus avós maternos, Antônio e Antônia pelo carinho, apoio e vibrações positivas; aos meus avós paternos Antônio e Maria Clea (*in memoriam*).

Aos meus irmãos Edna, Carine Graça e Antônio Vitor pelo carinho, apoio e compreensão de sempre e por me incentivar a ingressar na vida acadêmica, meu muito obrigado!

A meu padrinho Paulo Geovane pelo carinho, apoio e vibrações positivas.

À dona Edite pelo seu carinho, apoio e compreensão.

À minha orientadora, Profa. Dra. Isis Juliana Figueiredo de Barros, pelo acolhimento e paciência, parceria, amizade, e incentivo ao desenvolvimento acadêmico. Por quem tenho profundo respeito e admiração, a academia me presenteou com uma amiga. Gratidão!

Aos meus amigos em nome dos quais; Anna Rita; Letícia; Nayara; Rafaele e Vanessa por toda nossa trajetória acadêmica e vida pessoal, pelo o apoio e acolhimento nos momentos felizes e tristes. Gratidão!

À Profa. Dra. Lanuza Lima Santos pelas contribuições nos envios de referências.

À Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre pelas contribuições nos envios de referências.

Às Profa.(s) Dra. (s) Franciane Rocha e Lanuza Lima Santos, por aceitarem o convite de participar da banca e pelas contribuições para melhoria do trabalho.

Ao grupo de pesquisa Projeto Varia pelas contribuições à minha formação como pesquisadora.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em especial ao Centro de Formação de Professores (CFP).

A todos: gratidão!

Gratidão¹
Pela força que não me deixou desistir
Por ter sido escolhida para essa missão
Obrigada meu Deus por você existir
Sempre me deu a mão.

¹ Nos Braços do povo, 2020, Gratidão, Xande de Pilares.

RESUMO

Este trabalho discute o fenômeno do modo imperativo verbal, definido pela literatura vigente como um modo que expressa ordem ou pedido (ex.: *diz/diga; canta/cante; coma/come*) (ROCHA LIMA, 2011; AZEREDO, 2010; BECHARA, 2009; PERINI, 2005; CARVALHO, 2020; FAVARO, 2013, 2016; FERREIRA JUNIOR, 2011; CARDOSO, 2006, 2009; ALVES, 2008, 2009; SANTOS, 2016; SOUZA, 2019; SCHERRE *et al*, 2007; SCHERRE, 2007, etc.). O *corpus* de pesquisa é de fala espontânea dos nativos da comunidade de Montevidinha, localizada no oeste da Bahia, fornecido pelo Projeto Falares do Além São Francisco (Falem). A principal motivação é a escassez de estudos sobre a variação do imperativo no Português Brasileiro (PB), sobretudo na região do centro-oeste da Bahia. A pesquisa é desenvolvida no âmbito da Sociolinguística, adotando-se a metodologia laboviana, quantitativa (LABOV, 2008 [1972]; TARALLO, 1985). O resultado da descrição dos dados apresenta um padrão de imperativo associado ao indicativo na comunidade, de forma categórica. A hipótese explicativa é que essa variante de *imperativo abraileirado* (SCHERRE, 2012; PAREDES; SANTOS; OLIVEIRA, 2000) teria se fixado no vernáculo dos falantes de Montevidinha, em razão de dois fatores principais: herança do período de contato intenso entre línguas pelo processo de Transmissão Linguística Irregular, em que se privilegia as formas menos marcadas (LUCCHESI, 2001; LUCCHESI; BAXTER, 2009), pelo fato de se tratar de uma comunidade isolada e composta na maioria da sua população descendentes de escravizados refugiados em quilombos; além disso, a proximidade com a região centro-oeste brasileira, cujo padrão é de imperativo associado ao indicativo, teria sido um fator para manutenção e fixação desse padrão linguístico observado no *corpus*.

Palavras-chave: Imperativo verbal. Oeste baiano. Montevidinha. Sociolinguística. Português afro-brasileiro.

ABSTRACT

In this research, It has discussed the phenomenon of the verbs in the imperative mood, which is defined by the current literature as a mood that expresses order or request (e.g.: diz/diga; canta/cante; coma/come) (ROCHA LIMA, 2011; AZEREDO, 2010; BECHARA, 2009; PERINI, 2005; CARVALHO, 2020; FAVARO, 2013, 2016; FERREIRA JUNIOR, 2011; CARDOSO, 2006, 2009; ALVES, 2008, 2009; SANTOS, 2016; SOUZA, 2019; SCHERRE et al, 2007; SCHERRE, 2007, etc.). The research corpus is based on the spontaneous speech of the speakers of the community of Montevidinha, provided by the Falares do Além São Francisco Project (Falem). The main motivation is the lack of research on the variation of the imperative mode in Brazilian Portuguese (PB), especially in the central-west region of Bahia state. The research is developed based on the scope of Sociolinguistics Theory (LABOV, 2008 [1972]; TARALLO, 1985). The result of the description of the data presents a pattern of imperative in the indicative mood in the community, categorically. The explanatory hypothesis is based on the fact that this variant of the Brazilian imperative mood would have been fixed in the native speech of members of the Montevidinha community (SCHERRE, 2012; PAREDES, SANTOS; OLIVEIRA 2000). It may have occurred because of two main factors: the period of intense contact between languages through the Irregular Linguistic Transmission (TLI) process (LUCCHESI, 2001; LUCCHESI; BAXTER, 2009), since the authors assume the emergence of unmarked language forms because it is an isolated community and its population is mostly descendants of enslaved refugees in quilombos; in addition, the proximity of this community to the Central-West Region of Brazil, where the pattern is the use of imperative in the indicative mood, would have been a factor for maintaining and fixing this linguistic features as observed in the corpus.

Keywords: Verbal imperative mood. Western Bahia. Montevidinha community. Sociolinguistics. Afro-Brazilian Portuguese.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Derivação do Modo Imperativo	22
Quadro 2 - O modo imperativo segundo Bechara (2009)	23
Quadro 3 - O modo imperativo segundo Cegalla (2010)	25
Quadro 4 - Tendências gerais de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo	32
Quadro 5- Nível de saliência morfofonológico	34
Quadro 6 - Níveis de atuação do modo imperativo	41
Quadro 7 - Informantes	61
Quadro 8 - <i>Corpus</i> de controle	62
Quadro 9 - Os aspectos distintivos entre o modo imperativo e modo indicativo.	65
Quadro 10 - Dados duvidosos	66
Quadro 11 - Síntese das variáveis linguísticas relacionadas à abordagem verbal.	69
Quadro 12 - Síntese das variáveis linguísticas relacionadas à estrutura da sentença.	77
Quadro 13 - Síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas aos aspectos discursivos.	81

LISTA DE FIGURA

Figura 1-Mapa da localização aproximada da comunidade de Montevidinha na Bahia 60

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- *Continuum* diatópico da realização do imperativo na Bahia

91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 O MODO IMPERATIVO	17
2.1 O MODO IMPERATIVO SOB A PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS	17
2.2 O MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DOS SOCIOLINGUISTAS	28
2.2.1 A variação do modo imperativo na Bahia	29
2.3 principais CONTEXTOS DE VARIAÇÃO DO MODO IMPERATIVO: uma revisão de estudos sociolinguistas	31
2.3.1 Contextos relacionados à abordagem verbal	33
2.3.2 Contextos relacionados à estrutura da sentença	35
2.3.3 Contextos relacionados ao discurso	36
2.3.4 Contextos sociais sobre o imperativo	38
3 PRINCIPAIS ASPECTOS DA FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL	42
3.1 O CONTATO DOS PORTUGUESES COM OS POVOS INDÍGENAS: BREVE RESUMO	42
3.2 OS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS E O CONTATO COM O PORTUGUÊS NO BRASIL: BREVE RESUMO	43
3.3 AS HIPÓTESES SOBRE A FORMAÇÃO DO PB	47
3.4 SOBRE AS EVIDÊNCIAS DO CONTATO	50
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	53
4.1 A TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA	53
4.2 O MÉTODO LABOVIANO	56
4.3 A COMUNIDADE DE MONTEVIDINHA, BAHIA	58
4.4 <i>O CORPUS</i>	61
4.5 TRATAMENTO DOS DADOS	65

4.6 APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DE VARIAÇÃO	67
5 O MODO IMPERATIVO EM MONTEVIDINHA, BAHIA	68
5.1 A ABORDAGEM VERBAL DO IMPERATIVO	69
5.1.1 Conjugação Verbal	70
5.1.2 Vogal precedente de verbos regulares da primeira conjugação	71
5.1.3 Saliência morfofonológica	72
5.1.4 Morfologia verbal	74
5.2 A ESTRUTURA DA SENTENÇA IMPERATIVA	75
5.2.1 Polaridade da estrutura da sentença	76
5.2.2 Realização do vocativo	77
5.3 ABORDAGEM RELACIONADA AO DISCURSO	78
5.3.1 Paralelismo discursivo	79
5.3.2 Pronome utilizado com o interlocutor	80
5.3.3 Tipo do discurso	81
5.3.4 Gradação semântica do verbo	82
5.4 VARIÁVEIS SOCIAIS	83
5.4.1 Nível de escolaridade	84
5.4.2 Sexo do informante	85
5.4.3 Faixa etária	85
5.4.4 Estada fora da comunidade	87
5.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESULTADO	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Para diversos autores (SCHERRE, 2007; cf. SCHERRE *et al*, 2007; CARDOSO, 2006, 2009; FERREIRA, 2011; FAVARO, 2013, 2016; CARVALHO, 2020), as línguas podem realizar modo imperativo de formas diferentes, sendo que algumas línguas possuem formas próprias para o modo imperativo, podendo ser delineadas por alguns pesquisadores como um *imperativo verdadeiro*, ou que não possuem formas específicas, caracterizando-se pelo modo *imperativo supletivo*, conforme descreve Cardoso (2009), a seguir.

Dessa forma, vemos que há um conjunto de línguas que apresentam uma sintaxe específica para as formas imperativas, por isso a denominação de imperativo verdadeiro; por outro lado, há um conjunto de línguas que não apresentam sintaxe específica para as formas imperativas, daí a denominação de imperativo *surrogate* ou supletivo ou, ainda, substituto. (CARDOSO, 2009, p. 9)

Cardoso (2009) discute que o imperativo verdadeiro tem morfologia e sintaxe próprias, de modo que não se observa correlação com outros modos verbais. Guiando-se pela descrição das gramáticas gerativistas, Ferreira Junior (2011) comenta que: “em resumo, o modo imperativo no português europeu apresenta uma forma própria, com morfologia distinta dos modos indicativo e subjuntivo.” (FERREIRA JUNIOR, 2011, p. 26)². Scherre (2007) também apresenta essa discussão em um dos seus estudos sobre o imperativo, e, baseada nos compêndios gramaticais europeus, descreve que há línguas que possuem uma morfologia própria para o modo imperativo que estão distribuídas em duas classes: na classe I, enquadram-se as línguas que têm morfologia própria e sintaxe específica, como o português europeu (PE) (1); já na classe II, encaixam-se as línguas que têm morfologia própria, porém não têm sintaxe própria, como Búlgaro (2).

(1) a. *Diz* tudo o que sabes sobre o assunto! (afirmativo)³

b. Não *cantes* / *Não canta! (negativo)

(Adaptado de SCHERRE, 2007, p. 203)

² Outro exemplo é a língua castelhana, grego moderno, segundo Scherre (2007).

³ A cada seção principal a numeração dos exemplos se reinicia. Além disso, quando não houver citação do autor ou do *corpus* de análise, o exemplo é criado para fins de ilustração.

(2) a. *Ceti* (Búlgaro)

ler-IMP-2S

‘Lê!’

b. Ne *ceti*!

NEG ler-IMP-2S

‘Não lê!’

(SCHERRE, 2007, p. 201)

No exemplo do PE, em (1a), conforme a autora, a forma específica do imperativo somente pode ocorrer em sentenças afirmativas. Quando é necessária a negação, a forma torna-se supletiva, como em (1b). No exemplo do Búlgaro em (2), segundo a autora, a forma do imperativo é única, independentemente do tipo de sentença, se negativa ou se afirmativa.

Com base nessa tipologia, tanto Ferreira Junior (2011) quanto Scherre (2007) argumentam que o PE se encaixa na classe I, e ambos apresentam que o PB pode ser classificado como classe I, contudo de forma parcial, pois, quando se analisa o modo imperativo sobre a perspectiva da Sociolinguística, notam-se aspectos que a variedade brasileira se distancia dessa classificação (FERREIRA JUNIOR, 2011). Sobre isso, o autor comenta que “a análise da língua falada traz dados distintos dos que são apresentados nos compêndios gramaticais. Dados do vernáculo do PB demonstram que não há diferenças quanto à morfologia aplicada ao modo imperativo e ao modo indicativo.” (FERREIRA JÚNIOR, 2011, p. 27). Os estudos no âmbito da Sociolinguística apontam que, na variedade do PB, embora se observe a alternância entre as formas do imperativo verdadeiro (ex.: *olha, abre, faz*) e do imperativo supletivo (ex.: *olhe, abra, faça*), ambas formas podem ocorrer na negação ou na afirmação, conforme aponta Scherre (2007), como no exemplo em (3).

(3) a. *Olhe/olha* o livro que eu quero!

b. Não *cante/canta* essa música não, por favor.

Outro ponto importante a ser mencionado é que o modo do imperativo vem sofrendo mudanças desde o latim clássico, conforme é discutido no estudo realizado por Jesus (2006). O autor defende que:

Dados históricos dão conta de que, no latim clássico, havia dois tempos para o modo imperativo: o presente e o futuro. As línguas românicas não conservaram o futuro e, mesmo no período clássico, essa forma já era pouco usual; algumas formas do presente também se perderam e, em seu lugar, ficaram formas hoje associadas ao presente do indicativo ou ao presente do subjuntivo. (JESUS, 2006, p. 31)

Atualmente, o modo imperativo no PB pode estar associado ao modo indicativo (Ex.: *olha, faz, compra, etc.*) ou ao modo subjuntivo (Ex.: *olhe, faça, compre, etc.*) (JESUS, 2006), conforme é apresentado nos compêndios gramaticais (ROCHA LIMA, 2011; AZEREDO, 2010; BECHARA, 2009; PERINI, 2005, e outros). Apesar da realização variável do modo imperativo, há um favorecimento por uma das formas a depender da região do país (SCHERRE, 2007; SOUZA, 2019).

De acordo com Scherre (2007), há registros históricos que demonstram que o modo imperativo tinha formas próprias apenas para a segunda pessoa do discurso (*tu* e *vós*), sendo que, nas outras pessoas do discurso, as formas do imperativo eram associadas ao indicativo ou subjuntivo, como observamos atualmente. De acordo com Scherre *et al.* (2007), essa noção, que tem sido prescrita nas gramáticas tradicionais, parte de uma verdade diacrônica sobre o fenômeno, como se observa a seguir.

Nesse aspecto em particular, é importante salientar que, quando a tradição gramatical registra que o português tem imperativo próprio apenas para as segundas pessoas, ela está se reportando a uma verdade diacrônica, associando as formas imperativas do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* ao imperativo latino [...] (SCHERRE *et al.*, 2007, p. 195)

As formas que a autora apresenta na elucidação são direcionadas ao modo imperativo associado ao indicativo, segundo as regras gramaticais. Do ponto de vista sincrônico, conforme Sampaio (2004), o modo imperativo vai mudando seguindo as modificações do sistema de tratamento, uma vez que as pesquisas recentes apontam uma nova forma de tratamento, que é a forma ‘você(s)’, que, no quadro pronominal concorre com a segunda pessoa o ‘tu’. Segundo Scherre (2007).

Com o desaparecimento de *vós* do português brasileiro falado e a inserção de *you* no sistema pronominal, repetimos, são então adotadas para o imperativo plural as formas associadas ao subjuntivo (*deixem; recebam; abram; dêem; digam; vão*), e as formas singulares associadas ao subjuntivo ficam em variação com as formas imperativas latinas, hoje associadas ao indicativo pela tradição gramatical em função das confluências morfofonológicas. (SCHERRE, 2007, p. 199).

Como se pode observar na citação anterior, Scherre (2007) aponta que inserção do pronome de tratamento “você” influenciou na variação das formas do indicativo e do subjuntivo

no plural, tendo em vista que, conforme a autora, para as outras pessoas do quadro de pronomes, usavam-se no imperativo negativo as formas do subjuntivo ou do infinitivo (SCHERRE, 2007). No entanto, a inclusão do pronome “vocês” no quadro das pessoas do plural provocou uma modificação na flexão do modo imperativo, pois não se usam mais a forma no infinitivo e a forma do subjuntivo em variação com a forma indicativa.

Contrárias à defesa da autora, pesquisas recentes sobre o imperativo no PB apontam que o pronome de tratamento “você” não necessariamente possui uma relação direta com esse modo em variação, como aponta Cardoso (2006):

Ocorre, porém, no português brasileiro, um uso variável desse modo verbal; o falante não faz essa associação à pessoa do discurso e, motivado por fatores lingüísticos, sociais e históricos, usa o imperativo verdadeiro e a forma substituta em contextos semelhantes, senão idênticos, com um mesmo valor de verdade, a saber, como ato diretivo. (CARDOSO, 2006, p. 326).

Quanto a isso, Santos (2016) reforça essa afirmação de Cardoso (2006), quando diz que "as formas do imperativo, afirmativas e negativas, variam conforme a região do falante e não apresentam em seu emprego uma correlação estrita com as formas pronominais empregadas." (SANTOS, 2016, p. 44). Além desses autores, outros ratificam essa percepção, como Alves (2008), Jesus (2006), e Scherre (2007). Em vista disso, compreende-se que a variação do modo imperativo na comunidade de Montevidinha- BA não tem relação com as formas pronominais, embora se apresente como *imperativo abraileirado*, nos termos de Silva *et al.* (2000) e Scherre (2012), e ambos os pronomes “tu” e “você”⁴ sejam utilizados pelos falantes da comunidade, conforme se verifica na seção sobre a descrição dos dados.

Considerando a discussão apresentada sobre o modo imperativo, observa-se que o PB se encontra em posição intermediária entre a classe I e a classe II, pois as pesquisas sociolinguísticas demonstram que há variação. Por essa razão, sendo esse um tema caro para os pesquisadores, neste trabalho, surge a seguinte pergunta norteadora: como o fenômeno da variação do modo imperativo acontece na comunidade de Montevidinha-BA? Buscando responder a essa pergunta, realizou-se um estudo de cunho sociolinguístico, com objetivo de descrever quais fatores linguísticos e extralinguísticos estariam envolvidos na variação do modo imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo, contribuindo, dessa forma, para as pesquisas sociolinguísticas sobre o tema. Além disso, a presente pesquisa destaca-se por

⁴ A esse respeito, será necessário outro estudo mais aprofundado a respeito da realização do “tu” e do “você” na comunidade. Deixa-se aqui a recomendação para futuros pesquisadores desse fenômeno variável no *corpus* de Montevidinha-BA.

contribuir com a ampliação do mapeamento do imperativo no Brasil e por ser a primeira pesquisa sobre a forma do imperativo na região oeste-baiana, uma vez que não há pesquisas sobre o fenômeno nesta região.

A reflexão sobre o fenômeno em Montevidinha-BA se deu a partir do *corpus* do projeto Falares baianos do além São Francisco (*Falem*), coordenado pela Profa. Maria Cristina Figueiredo (UFBA) e pela Profa. Dra. Isis Juliana Figueiredo de Barros (UFRB). Em razão de ser uma comunidade quilombola, acredita-se que seus falantes ainda preservam vestígios linguísticos do período do contato intenso entre línguas durante o período colonial, sendo o modo imperativo uma dessas marcas.

A seguir, são apresentadas as principais características do modo imperativo sob o ponto de vista das gramáticas tradicionais e sob o ponto de vista das pesquisas sociolinguísticas sobre o fenômeno na Bahia.

2 O MODO IMPERATIVO

Nesta seção apresenta-se a discussão teórica sobre o fenômeno em estudo que é a variação do modo imperativo no português rural brasileiro, iniciando a discussão com a subseção “O modo imperativo sob a perspectiva das gramáticas” na qual ocorre uma descrição das concepções que as gramáticas tradicionais dispõem sobre o modo imperativo, tendo em vista que o objetivo é compreender o modo imperativo sob a perspectiva gramatical e refletir se os conceitos apresentados pelos autores refletem a realidade linguística brasileira.

Na próxima subseção, discorre-se sobre o modo imperativo sob a perspectiva da Sociolinguística e apresenta-se a literatura científica sobre o fenômeno em observação, fazendo a princípio uma abordagem de carácter geral e depois dando ênfase aos estudos relacionados à realidade linguística da região Nordeste, em especial à do estado da Bahia, na qual a comunidade estudada está localizada. Ainda nesta subseção discute-se os principais condicionamentos linguísticos e sociais relacionados ao modo imperativo.

2.1 O MODO IMPERATIVO SOB A PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS

Nesta seção demonstra-se o fenômeno variável do modo imperativo verbal no português brasileiro (PB), que é descrito, de forma geral, pelas gramáticas, como um modo que expressa ordem ou pedido (PERINI, 2005⁵; BECHARA, 2009; AZEREDO, 2010; CEGALLA, 2010; ROCHA LIMA, 2011). A partir do conceito apresentado nessas gramáticas sobre o modo imperativo no português, nesta seção, busca-se confrontar a prescrição das gramáticas tradicionalista à realidade empírica dos estudos linguísticos vigentes sobre o assunto, dado que o fenômeno se alterna entre a forma do indicativo “canta” e forma do subjuntivo “cante” (SCHERRE, 2000).

Para iniciar a discussão, a seguir, são apresentados os principais conceitos sobre o imperativo no PB nos compêndios gramaticais geralmente utilizados por professores e por alunos, e que servirão como ponto de partida inicial para esta pesquisa. Na sequência, apresentam-se algumas discussões em gramática descritiva e no campo da Sociolinguística sobre o fenômeno.

⁵ A escolha da referência de Perini (2005), enquanto gramática descritiva, serviu a fim de verificar os contrastes existentes em relação à revisão das gramáticas prescritivas.

Em primeiro lugar, na Gramática de Rocha Lima (2011), intitulada “Normativa da Língua Portuguesa”, o fenômeno do modo imperativo é definido da seguinte forma: “O imperativo só tem um tempo — o presente —, que também se aplica às ordens que se dão para o futuro e o passado.” (p. 169). O gramático exemplifica o modo imperativo nas seguintes frases em (4), a seguir.

- (4) a. “Faça o que eu lhe digo.”
 b. “Faça o que eu lhe disser.”
 c. “Faça o que eu lhe disse”

(ROCHA LIMA, 2011, p. 169)

Como se pode observar em (4), é uma descrição que tem como centro as regras gramaticais. Nota-se que o verbo “faça” está no modo imperativo afirmativo do subjuntivo do presente nas três orações. No entanto, é o verbo “dizer” que se flexiona para o passado e para o futuro na sentença subordinada.

Sobre os paradigmas das três conjugações regulares, encontra-se a seguinte definição: “Com este modo, dirigimo-nos a uma ou mais pessoas, para manifestar o que queremos que ela faça, ou elas façam.” (ROCHA LIMA, 2011, p. 176). Após essa descrição, pode-se concluir que, como aponta o autor no exemplo, o modo imperativo é empregado para exercer autoridade ou para o exercício de ordens.

Como se pode observar, Rocha Lima (2011) diz que o modo imperativo pode se realizar sob duas formas, a saber: o *imperativo afirmativo* e o *imperativo negativo*, explicando o processo de derivação das duas formas. Segundo o autor, o imperativo afirmativo é composto por um tempo misto⁶, que se origina no presente do indicativo e se realiza como segunda pessoa, tanto do singular quanto do plural, perdendo o morfema ‘s’, conforme exemplo (5).

- (5) *louva* tu.

(ROCHA LIMA, 2011, p. 176)

Observa-se que o verbo “louva” está conjugado no presente do indicativo, no entanto ele perdeu o morfema “s” quando associado ao modo imperativo. Portanto, é possível observar

⁶ O autor está se referindo às formas do indicativo e subjuntivo, que constituem o modo imperativo afirmativo.

que o modo imperativo afirmativo vem da terceira pessoa do presente do subjuntivo, segundo Rocha Lima (2011), o exemplo (6) ilustra.

(6) *Louve* você.

(ROCHA LIMA, 2011, p. 176)

A terceira pessoa no modo imperativo afirmativo é proveniente do modo subjuntivo. É válido mencionar que o autor ilustra os exemplos para a terceira com o uso do pronome de tratamento “você”, o que é inovador quando se trata de gramática tradicional. Apesar disso, ele não apresenta nenhuma reflexão sobre essa troca. Já o modo imperativo negativo é a forma completa do modo subjuntivo do presente, sem nenhuma alteração no morfema do verbo, porém há uma forma de negação antes do verbo, como no exemplo a seguir:

(7) a. Não *louves* tu

b. Não *louve* você, o Sr., a Sra.

(ROCHA LIMA, 2011, p. 176)

Desta forma acontece o modo imperativo na forma negativa. Rocha Lima ressalta que modo imperativo não ocorre nas primeiras pessoas do discurso para nenhuma das duas formas, contudo, ele faz uma observação sobre casos atípicos, como em (8).

(8) a. *Louvemos* a Deus todos os dias.

b. Não *vendamos* a casa de nossos antepassados.

(ROCHA LIMA, 2011, p. 177)

Nos exemplos em (8), de acordo com o autor, supõe-se que o locutor esteja incluído no enunciado. Por essa razão, de acordo com Rocha Lima (2011), alguns gramáticos acrescentam a primeira pessoa do plural à descrição do modo imperativo, entretanto esta descrição encontra-se na gramática em nota de rodapé, desta forma muitos leitores não percebem apesar disso, Rocha Lima (2011) mantém a afirmação inicial de que o modo imperativo não apresenta a primeira pessoa do singular e plural. Percebe-se que o autor preza por apresentar ao leitor a prescrição do modo imperativo, e não faz nenhuma reflexão sobre a possibilidade do uso do imperativo na primeira pessoa do plural.

Rocha Lima (2011) tem como cerne as regras gramaticais que estão presentes no modo imperativo, já Azeredo (2010) dedica-se ao enunciado como se pode observar na sequência. Azeredo reforça a especificidade temporal desses verbos: “as formas verbais dos modos indicativo e subjuntivo variam para situar os fatos em diferentes intervalos de tempo (IT); já as formas do imperativo são invariáveis quanto ao tempo; ” (AZEREDO, 2010, p. 165), acrescentando que o modo e o tempo são caracterizados pelas desinências modo-temporais.

Na gramática de Azeredo (2010), “Fundamentos de Gramática do Português”, o autor conceitua o modo imperativo, da seguinte forma: “...há um terceiro, **o modo imperativo**⁷, que se usa em frases em que o enunciador² expressa uma ordem ou pedido”, conforme exemplificado nas seguintes orações em (9).

- (9) a. *Crescei e multiplicai-vos*⁸.
 b. *Fazei de mim, Senhor, um instrumento da tua paz.*

(AZEREDO, 2010, p. 165).

Nos exemplos em (8-a), pode-se notar que há a realização de uma ordem. É importante ressaltar que são frases de cunho religioso, já em (9-b) há uma súplica, ou seja, um pedido. De acordo com Azeredo, o modo imperativo é exclusivo para o uso da língua quando se dirige ao interlocutor dêitico⁹:

as formas do indicativo e do subjuntivo se empregam em todas as funções da linguagem; já as do modo imperativo são exclusivas dos usos da língua em que o enunciador se dirige explicitamente ao seu interlocutor (v. função interpessoal no §22) e frequentemente o nomeia (v. exemplo f), o que limita a ocorrência do imperativo à função conativa da linguagem. (AZEREDO, 2010, p. 165)

O exemplo (f) que o autor cita é o mesmo exemplo (9-b), já apresentado no texto. Essa caracterização permite que o enunciador se dirija ao interlocutor com o uso da função apelativa da linguagem, como nos casos das propagandas do Youtube (10a) na qual existe um apelo para que o telespectador faça a inscrição naquele canal; dos textos religiosos (10b); das receitas

⁷ Grifo do autor.

² A pessoa que é responsável pelo ato da fala.

⁸ Grifos meus.

⁹ É a pessoa que participa do ato comunicativo.

culinárias (10c); de manual de instruções (10d), onde encontramos o sentido de ordem do imperativo.

- (10) a. *Inscreva-se* no canal.
 b. *Fazei* de mim, Senhor, um instrumento da tua paz (AZEREDO, 2010, p. 165).
 c. Em uma panela, *coloque* a margarina e *deixe* derreter¹⁰.
 d. Nunca *use* água com temperatura superior a 45 °C, isto pode causar deformação no filtro. (GREE, 2020, p. 9)

O autor também descreve a formação do modo imperativo na seção sobre formação do tempo simples. Azeredo (2010) diz que o modo imperativo afirmativo ocorre no presente do indicativo, e que o presente do subjuntivo também é formado a partir do presente do indicativo, considerando que “**presente do subjuntivo**¹¹ — forma-se do radical da primeira pessoa do singular do presente do indicativo” (AZEREDO, 2010, p. 175). Dessa forma, observando a concepção apresentada por Azeredo (2010), pode-se afirmar que o modo imperativo afirmativo é formado a partir do presente do indicativo, já que Rocha Lima (2011) diz que o imperativo negativo vem do presente do subjuntivo sem alteração, pois não apresenta nenhuma forma associado ao modo indicativo, não sofre perda ou acréscimo de morfema, como percebe-se no quadro a seguir no Quadro 1:

Quadro 1 - Derivação do Modo Imperativo

Presente do indicativo	presente do subjuntivo	Imperativo afirmativo	Imperativo negativo
tu louvas	tu louves	louva tu	não louves tu
tu cantas	tu cantes	canta tu	não cantes tu

Fonte: Elaboração própria com base em Rocha Lima (2011)

De acordo Rocha Lima (2011), pode se observar que o verbo no modo imperativo negativo não sofre nenhuma alteração em relação à forma do verbo no modo subjuntivo, mas uma modificação na ordem sintática, na qual, na sentença negativa, o pronome sujeito ocorre depois do verbo, diferentemente do que acontece no modo imperativo afirmativo, que realiza o pronome sujeito na posição anterior ao verbo, além de perder o morfema modo temporal ‘s’. Assim, conforme demonstrado no quadro 1, é possível dizer que, de acordo com a norma padrão, o modo imperativo afirmativo é derivado do presente do indicativo na presença do pronome de segunda pessoa “tu”.

¹⁰ Disponível em: <https://www.tudogostoso.com.br/receita/185035-brigadeiro-de-pacoca.html>

¹¹ Grifo do autor.

Se Azeredo (2011) descreve o modo imperativo no âmbito do discurso, Bechara (2009), na “Moderna Gramática Portuguesa”, dá enfoque às regras gramaticais, e diz que o modo imperativo é caracterizado da seguinte forma; “em relação a um ato que se exige do agente” (BECHARA, 2009, p. 184), como em (11).

(11) *cantai*.

(BECHARA, 2009, p. 184)

Nesta definição, pode-se perceber uma menção com apenas um exemplo, sem contextualização. Entretanto, quando o autor aborda o tema sobre tempos primitivos e tempos derivados, ele retoma o modo imperativo, explicando a formação da segunda pessoa. Segundo o autor, “praticamente da 2.^a pessoa do singular e plural do presente do indicativo saem as 2.^a pessoas do singular e plural do imperativo, bastando suprir o “s” final” (BECHARA, 2009, p. 197). Cabe dizer que a explicação do autor sobre a formação do modo imperativo é semelhante a Rocha Lima (2011) e a Azeredo (2000). Em seguida o gramático ilustra como é a conjugação da segunda pessoa, no presente do indicativo e no modo imperativo conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - O modo imperativo segundo Bechara (2009)

Cantar	Cantas	Cantais	Canta	Cantai
Vender	Vendes	Vendeis	Vende	Vendei
Partir	Partes	Partis	parte	parti

(BECHARA, 2009, p. 197)

Com esses exemplos, o autor descreve a conjugação verbal, ilustrando especificamente a formação da segunda pessoa para o modo imperativo. Assim, como Rocha Lima (2011) aborda que não há forma para a primeira pessoa, Bechara (2009) salienta que o imperativo não possui forma para primeira pessoa do singular, e, na sequência, ele faz a seguinte afirmação sobre o modo imperativo:

O imperativo em português só tem formas próprias para as segundas pessoas; as pessoas que faltam são supridas pelos correspondentes do presente do subjuntivo. Não se usa o imperativo de 1.^a pessoa do singular como tal, mas com valor optativo. Por isto, estará assinalada nos paradigmas das formas imperativas. As terceiras pessoas do imperativo se referem a você(s), e não a ele(s). Também não se usa o imperativo nas orações negativas [...] (BECHARA, 2009, p. 197)

Apresentam-se as principais características do modo imperativo, formada a partir do modo subjuntivo no tempo presente. O autor afirma ainda que só as formas para as segundas pessoas podem ser consideradas como próprias do imperativo, pois as demais são provenientes do subjuntivo e do indicativo, entretanto, o autor não menciona as formas usadas para a terceira pessoa do plural e não apresenta seus respectivos exemplos. Além disso, o autor diz que o modo imperativo não é utilizado em negações, no entanto, no exemplo (7), Rocha Lima (2011) apresenta formas negativas para o modo imperativo.

Outro ponto importante é que Bechara (2009) apresenta a informação de que não há uma forma própria para a primeira pessoa do singular, e que o pronome de tratamento “você” substitui o pronome “ele”, que é a terceira pessoa. Além disso, o autor descreve a derivação do modo imperativo, porém só demonstra a derivação do subjuntivo e não explica como ocorreu o processo de derivação do modo imperativo.

Como se pode observar, Bechara (2009) dedica-se a explicar as regras gramaticais do modo imperativo, entretanto, os exemplos não são contextualizados, o que pode confundir a interpretação sobre o uso do imperativo no português. Já Cegalla (2010), em a “Novíssima Gramática da Língua Portuguesa” conceitua o modo imperativo da seguinte forma: “**Imperativo**¹², exprime *ordem, proibição, conselho, pedido etc.*” (CEGALLA, 2010, p. 195) como é ilustrado nos exemplos em (12).

- (12) a. *Volte logo.*
 b. *Não fiquem aqui.*
 c. *Sejam prudentes.*

(CEGALLA, 2010, p. 195)

Acerca da elucidação de Cegalla, vale evidenciar que, dentre os compêndios tradicionais selecionados, é o primeiro a abordar sobre outras possibilidades do modo imperativo. O autor apresenta a função interpessoal do modo imperativo, que é designado para manter as relações sociais.

Embora seja notável que o verbo no imperativo nas frases realiza-se no presente do subjuntivo, o autor não faz nenhuma referência ao tempo. A oração em (12a) está no presente do subjuntivo, pois, diferente do PE, que a forma do imperativo na forma afirmativa possui flexão própria de 2ª pessoa (SCHERRE, 2007), de acordo com as regras da norma padrão do

¹² Grifo do autor

Brasil, o pronome de tratamento que conjuga com essa forma é o “você”, cujo traço gramatical é de terceira pessoa do singular. Já na frase em (12b), a prescrição é que o modo imperativo negativo vem da terceira pessoa do subjuntivo do presente, como se observa nos compêndios gramaticais do PE (SCHERRE, 2007). E, por último, em (12c), é usado o traço de terceira pessoa do plural, no qual se percebe que o verbo está no modo imperativo do presente do subjuntivo. Como se pode notar, nos três exemplos, os verbos encontram-se no modo imperativo do presente do subjuntivo, sem a observação da forma do indicativo.

Cegalla (2010) também discorre sobre a formação do modo imperativo. Considerando a exposição do autor, este modo pode derivar do presente do indicativo ou do presente do subjuntivo, dependendo se ocorre com o pronome “tu” ou com o pronome “você” ou se a sentença é afirmativa ou negativa. Quando a sentença é afirmativa, segundo o autor, o verbo no imperativo no modo indicativo perde a partícula “s” na segunda pessoa do singular (tu) e do plural (vós), e as formas verbais que são conjugadas na terceira pessoa do singular ou do plural, quando acompanhados de “você(s)”, vêm do presente do subjuntivo. Já quando a sentença é negativa, segundo o autor, o imperativo é derivado do presente do subjuntivo completo sem nenhuma alteração. Pode-se perceber a derivação do modo imperativo no Quadro 3 a seguir com base em Cegalla (2010).

Quadro 3 - O modo imperativo segundo Cegalla (2010)

Pessoas	Presente do indicativo	Imperativo Afirmativo	Presente do Subjuntivo	Imperativo Negativo.
tu	dizes	dize	digas	não digas
você	diga	diga	diga	não diga
nós	digamos	digamos	digamos	não digamos
vós	dizeis	dizei	digais	não digais
vocês	digam	digam	digam	não digam

(CEGALLA, 2010, p. 199)

Cegalla (2010) faz uma observação importante sobre o traço de terceira pessoa do modo imperativo: “As formas verbais correspondentes aos pronomes de tratamento (você, vocês, o senhor, os senhores etc.), embora revistam aspecto de 3ª pessoa, verdadeiramente referem-se à 2ª pessoa do discurso (a pessoa com quem se fala).” (CEGALLA, 2010, p. 199). Essa observação, embora seja de suma importância para compreendermos a variação do modo

imperativo, quase sempre é observada em uma nota de rodapé, lugar onde às vezes o leitor não lê.

Por fim, Perini (2005), na “Gramática descritiva do português”, descreve o modo imperativo na categoria das orações imperativas como aquelas que “se caracterizam por apresentarem uma forma especializada do verbo, denominada imperativo.” (PERINI, 2005, p. 64), conforme demonstrado em (13).

(13) *Frite* um ovo para o doutor.

(PERINI, 2005, p. 64)

Percebe-se uma modificação na organização dos conteúdos dessa gramática, já que é descritiva e não segue necessariamente a ordem padrão exibida pelas demais gramáticas. Diferentemente das gramáticas normativas, em que o modo imperativo é demonstrado no âmbito morfológico, na gramática de Perini, o imperativo recebe um enfoque no âmbito sintático, no capítulo intitulado “A oração simples”. Isso difere essa gramática das demais apresentadas, tendo em vista que o autor demonstra os contextos sintáticos em que o modo imperativo pode ocorrer. De acordo com Perini, “as orações imperativas são tipicamente utilizadas para veicular ordens e pedidos.” (PERINI, 2005, p. 64). O autor apresenta a mesma noção semântica que os demais autores, mas, além disso, diferente dos demais, argumenta que é possível que o modo imperativo tenha sujeito exposto, como no exemplo (14).

(14) Você *frite* um ovo para o doutor; e vocês *peguem* o uísque no armário.

(PERINI, 2005, p. 64)

Dado que Rocha Lima (2011), Azeredo (2010), Cegalla (2010) e Bechara (2009) não mencionam este aspecto durante as abordagens para explicar o modo imperativo, é importante a menção de Perini (2005) sobre a realização do sujeito também no modo imperativo, como está ilustrado no exemplo (14), principalmente para se compreender as possibilidades de realização do modo imperativo nos dados em Montevideinha-BA.

Sobre o modo imperativo prescrito nas gramáticas tradicionais, pode-se dizer que, no que se refere aos aspectos semântico-discursivos:

1. Exprime ordem; (ROCHA, 2011; AZEREDO, 2010; CEGALLA, 2010; PERINI, 2005);

2. Exprime pedido; (AZEREDO, 2010; CEGALLA, 2010; PERINI, 2005);
3. Exprime um conselho; (CEGALLA, 2010);
4. Exprime proibição; (CEGALLA, 2010)
5. Expressa a função apelativa da linguagem, como: instrução e chamadas em propagandas (AZEREDO, 2010).

Do ponto de vista morfossintático, pode-se dizer que o modo imperativo:

1. Pode derivar do modo subjuntivo (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011);
2. Não exibe a primeira pessoa no singular e no plural; (ROCHA LIMA, 2011);
3. Ocorre em sentenças afirmativas e negativas (BECHARA, 2009; CEGALLA, 2010; ROCHA LIMA, 2011);
4. Possui segunda pessoa própria (BECHARA, 2009);
5. Pode apresentar-se no tempo presente do indicativo, presente do subjuntivo (CEGALLA, 2010; ROCHA LIMA, 2011);
6. Pode ou não apresentar sujeito expresso (PERINI, 2005).

Além disso, julga-se interessante lembrar ao leitor que o modo indicativo é empregado para transmitir fatos de ações imediatas; já o modo subjuntivo é usado para expressar hipótese; algo que ainda venha acontecer, segundo Azeredo (2010).

Após essa breve apresentação sobre o modo imperativo nas gramáticas do PB, é possível concluir que, do ponto de vista morfológico, o modo imperativo pode ser formado a partir do modo indicativo e do modo subjuntivo; do ponto de vista semântico, tem como principal função expressar ordem, pedido, instrução (ROCHA,2011; AZEREDO,2010; CEGALLA, 2010; PERINI, 2005), proibição ou conselho (CEGALLA, 2010). Essas são as características para se identificar uma estrutura imperativa segundo as gramáticas apresentadas. Durante o processo de compreender o fenômeno, e diversos aspectos morfológicos, semânticos e pragmáticos podem atuar sobre a variação, conforme defende Santos (2016), como se pode observar, resumidamente, no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Níveis de caracterização do modo imperativo

Níveis de atuação do modo imperativo

“ morfológico ¹³ : constituído com uma morfologia não exclusiva, derivada dos modos indicativo e subjuntivo”;
“ semântico : tem seu valor semântico associado a um ato diretivo de fala que varia quanto ao teor impositivo e ao controle exercido pelo locutor (ordens, exortação, pedidos, súplicas...)”;
“ sintático : acontece em sentenças absolutas, principais ou coordenadas; apresenta, em geral, sujeito superficial nulo ¹⁴ ; permite, ao contrário das sentenças indicativas, a presença do vocativo”;
“ pragmático : intenta exercer um comportamento sobre o ouvinte, de maneira que a condição da interação entre os locutores, reais ou virtuais, e a relação com o contexto são imprescindíveis”;
“ fonológico : possui padrão entoacional descendente”.

Fonte: Adaptado de Santos (2016, p. 84-85)

Observa-se que essa descrição realizada por Santos (2016) apresenta uma caracterização mais abrangente e engloba o uso formal da língua, uma vez que as descrições gramaticais são prescritivas e apoiadas em um critério semântico e pragmático, segundo Santos: “o padrão apresentado não corresponde aos usos reais da língua portuguesa do Brasil [...]” (SANTOS, 2016, p. 85). Pode-se afirmar, portanto, que o padrão apresentado pela gramática não representa a forma usual da língua, dado o que se observa na literatura da Sociolinguística, que apresenta as possibilidades de variação do modo imperativo.

Ainda sobre as gramáticas, Miotto (2004) observa que “a exemplificação das regras da GT é sempre feita com base em textos literários, em grande parte antigos, que figuram como padrão de “correção” e “beleza”, que nós deveríamos seguir mesmo no falar espontâneo.” (MIOTTO, 2004, p. 16). Levando em conta esse raciocínio, há um risco de que as gramáticas tradicionais não promovam nenhuma reflexão sobre o uso da língua no cotidiano ou sobre as variações que ocorrem. Um exemplo disso é que, ainda em Miotto (2004, p. 19), “a GT não reconhece a forma pronominal *você*¹⁵ como pronome de segunda pessoa do singular de vários dialetos do português brasileiro [...]”. Esse fenômeno está em evidência na língua, em processo de variação e de mudança linguística, de modo que os sociolinguistas têm desenvolvido pesquisas, compreendendo como o fenômeno está ocorrendo dentro do sistema linguístico e qual sua relação com a dinâmica social. Em razão de se buscar um desenho mais fidedigno à realidade linguística do PB, na próxima subseção, é discutido sobre a variação do modo imperativo observada no estado da Bahia.

¹³ Grifo da autora.

¹⁴ Santos (2016) argumenta que a presença do sujeito é suscetível a ambiguidade na leitura imperativa.

¹⁵ Grifo do autor.

2.2 O MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DOS SOCIOLINGUISTAS

Segundo as pesquisas contemporâneas (JESUS, 2006; SCHERRE, 2007; ALVES, 2008,2009; CARDOSO, 2009; FERREIRA JUNIOR, 2011; FAVARO, 2013, 2016; SANTOS, 2016; SOUZA, 2019; CARVALHO, 2020) a variação do modo imperativo no PB é caracterizada pelo modo imperativo associado ao indicativo (leva, fecha, canta) no contexto discursivo do pronome "tu", e pelo imperativo associado ao subjuntivo (leve, feche, cante), no contexto discursivo do pronome "você", sendo uma variação de carácter regional, que não é estigmatizada.

De acordo com Santos (2016), Alves (2008), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2007) e Jesus (2006), as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul são favoráveis a variante do modo imperativo associado ao indicativo, já na região Nordeste, é empregada a variante modo imperativo associado ao subjuntivo, e, para região norte não havia dados.

Segundo Souza (2019), algumas pesquisas apontam dados novos sobre a região Norte, na qual a região utiliza a variante do modo imperativo associado ao indicativo. Conforme Souza (2019):

Numa análise por região, nota-se que, diferentemente do que previu Scherre (2004), a Região Norte (42,50%), com exceção de Porto Velho (.39), assemelha-se às Regiões Centro-Oeste (46,1 %), Sudeste (46,1%) e Sul (43,60 %), salvo Curitiba (.42), quanto ao uso da forma indicativa. Já a Região Nordeste (26,63%), à exceção de São Luís (.52), teve a predominância do imperativo com a forma de subjuntivo. (SOUZA, 2019, p. 1437).

Observando esses dados apresentados, percebe-se que, nas diferentes regiões, existem comunidades que são exceções em relação à variante dominante, e o Nordeste destaca-se por ser uma região que a variante dominante é o modo imperativo associado ao subjuntivo, com exceção para a capital do Maranhão. Portanto, trata-se de um fenômeno em variação que ocorre principalmente de forma diatópica, como aponta Souza (2019). Em um estudo mais minucioso, acredita-se que os resultados podem ser diferentes, ainda que numa mesma região, como demonstra a pesquisa realizada por Santos (2016), que no interior do estado da Bahia a forma do imperativo associado ao indicativo ocorre em maior frequência na zona rural quando observada no *continuum* rural-urbano.

Sobre essa variação, como demonstra Scherre (2000), algumas variáveis linguísticas podem favorecer o emprego do imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo. Como por exemplo, a autora mostra que o pronome clítico na posição de sujeito pode influenciar no uso

do modo indicativo, pois, segundo a autora, a realização do pronome clítico na posição de sujeito na sentença imperativa pode provocar um estranhamento na leitura da sentença, principalmente em textos escritos, se associado ao indicativo, como por exemplo “retira-se”, e a forma associada ao subjuntivo permite uma leitura imperativa “retire-se” (SCHERRE, 2007, p. 7).

2.2.1 A variação do modo imperativo na Bahia

Após essa breve apresentação da literatura geral, o enfoque será direcionado para o estado da Bahia, no qual está localizada a comunidade de estudo, Montevidinha-BA. Para o embasamento teórico, são utilizados os seguintes estudos sobre o fenômeno na região: o aporte teórico de Alves (2008), sobre “O imperativo gramatical em histórias em quadrinhos Baianas”; Santos (2016), a tese de Doutorado, intitulada “Fala (você/tu) ~ fale (você/tu): A expressão variável do modo imperativo no português popular da Bahia” e o artigo de Souza (2019), intitulado “O uso variável do imperativo de migrantes baianos em São Paulo”. Na sequência apresenta-se uma síntese dessas pesquisas e seus resultados.

O estudo de Alves (2008) tem como objeto de estudo revistas em quadrinhos de localidades distintas, a revista “Fala menino”, que representa a fala de Salvador e a revista “Xaxado”, que representa a fala do interior em específico no sertão baiano. Os dados analisados pelo autor indicam a predominância do modo imperativo associado ao subjuntivo. Conforme Alves, “[...] há uma predominância no uso pelas formas do subjuntivo com o percentual de 76%, sendo 36% na polaridade afirmativa e 40% na negativa e somente 24% expressos pela forma indicativa [...]” (ALVES, 2008, p. 146). Já na revista “Xaxado”, que representa a fala do interior do estado, denota um resultado diferente da capital, contraste já apontado por Sampaio (2001) apud Santos (2016). Ainda segundo Alves, “o uso do imperativo se dá predominantemente pela forma do indicativo com o percentual de 71% todos na polaridade afirmativa contra um total de 29% na forma subjuntiva, sendo 24.5% na polaridade afirmativa e somente 4.5% na negativa [...]” (ALVES, 2008, p. 148). A partir desses dados do autor, nota-se um contraste entre a capital do estado e o interior em relação à variação do modo imperativo, nas regiões mais distantes da capital e das áreas mais urbanizadas, de modo que os quadrinhos reforçam as diferenças entre o uso do modo imperativo associado ao indicativo com maior frequência em áreas do interior e o uso do modo imperativo associado ao subjuntivo com maior frequência nas áreas mais urbanizadas.

O próximo estudo é o de Santos (2016) que tem como objeto de estudo comunidades afro-brasileiras, duas cidades do interior do estado e bairros de Salvador. A autora utiliza a denominação de “português popular rural” para as comunidades afro-brasileiras (Helvécia, Rio de Contas, Sapé e Cinzento), e para as cidades do interior de Santo Antônio de Jesus e Poções, e do “português popular urbano” para Salvador e região metropolitana.

De acordo com Santos (2016), a capital do estado é marcada pelo uso do imperativo associado ao subjuntivo, tendo em vista que, segundo ela: “a análise das ocorrências nos inquéritos revelou como padrão mais frequente o uso da variante subjuntiva (cante), 74,3%, contra 25,7% da variante indicativa (canta) [...]” (SANTOS, 2016, p. 186), já no interior do estado prevalece a forma indicativa: “a predominância das formas associadas ao indicativo (canta) nas comunidades rurais da Bahia – 72,9% das ocorrências levantadas.” (SANTOS, 2016, p. 165). O resultado de Santos (2016) sobre a realização do imperativo no interior dá sustento à hipótese de que, em Montevidinha-BA, na região do oeste da Bahia, há predominância do modo indicativo, conforme se observa na descrição dos dados, na seção 5.

Os dados de Santos (2016) e de Alves (2008) ratificam que na capital e em áreas urbanizadas o modo imperativo associado ao subjuntivo é mais favorecido, em contraposição às comunidades afro-brasileiras e as cidades do interior, em que há uma predominância do modo imperativo associado ao indicativo.

Outro estudo relevante para a presente pesquisa é o trabalho de Souza (2019), que analisa a variante do modo imperativo em migrantes baianos em São Paulo, tendo como objeto de estudo a realização do modo imperativo no vernáculo dos falantes baianos que migraram para São Paulo e dos falantes baianos que residem no município de Feira de Santana-BA. O estudo tem como principal hipótese a seguinte premissa: “um baiano, ao migrar para São Paulo, aumentaria a proporção de uso da forma indicativa por influência da comunidade anfitriã.” (SOUZA, 2019, p. 1435). Os dados comprovam essa afirmação, tendo em vista que a variante predominante em São Paulo é o indicativo, pois, segundo Souza (2019):

a variante prototípica da cidade de São Paulo - SP é o imperativo com morfologia de indicativo, com 86 % das ocorrências e peso relativo de .75 em relação às demais capitais do Sudeste, enquanto a variante prototípica de Salvador - BA é o imperativo com morfologia de subjuntivo [...] (SOUZA, 2019, p. 1435).

De acordo o autor, um dos fatores que condiciona a variação é assimilação de traços linguísticos da comunidade atual. Segundo ele, são variáveis que favoreceram o aumento do uso imperativo associado ao indicativo: a escolaridade, a idade, a relação com os interlocutores, a polaridade de sentença, a intenção comunicativa, a exposição aos insumos linguísticos em

São Paulo. (SOUZA, 2019). Conforme Souza, “o uso das variantes imperativas nas duas amostras é variável, com predominância para a realização do imperativo com morfologia de subjuntivo, sendo 77% para os baianos na Bahia e 66 % para os migrantes baianos em São Paulo [...]” (SOUZA, 2019, p. 1445-1446). Esses dados demonstram que os baianos de Feira de Santana empregam a variante predominante no estado da Bahia e para áreas urbanizadas, como foi demonstrado nas pesquisas de Alves (2008) e de Santos (2016). Em relação aos baianos que estão morando em São Paulo, há um determinado tempo usam com mais frequência o imperativo associado ao indicativo, conforme o autor. A leitura da pesquisa do autor permite dizer que os falantes menos escolarizados se aproximam mais da variante empregada pela comunidade anfitriã (SOUZA, 2019).

Ao observarmos esses dados, é possível inferir que os falantes de Montevidinha-BA podem apresentar uma tendência ao uso do indicativo, dado que a comunidade se distancia da capital de Salvador de maneira geográfica e cultural. Além disso, observa-se nos inquéritos a estreitar relação dos informantes com a capital de Goiás, Goiânia, em que se observa maior predominância de indicativo. Apesar desta afirmação, não foi encontrada nenhuma pesquisa de imperativo na região de Goiânia, e, portanto, é uma hipótese não confirmada.

Tendo em vista o embasamento teórico realizado a partir da leitura de Alves (2008), Santos (2016) e Souza (2019), pode-se dizer que o fenômeno do modo imperativo pode ser realizado da seguinte maneira: a variante do modo imperativo associado ao indicativo é favorecida pelo português popular rural e a do modo imperativo associado ao subjuntivo é favorecida pelo português popular urbano. Em outras palavras, nota-se que há uma tendência de quanto mais rural for a comunidade na Bahia, mais a forma do indicativo prevalece na fala dos informantes. Na próxima subseção, discute-se sobre os condicionamentos linguísticos e sociais observados nos estudos sobre o fenômeno do imperativo no português.

2.3 PRINCIPAIS CONTEXTOS DE VARIAÇÃO DO MODO IMPERATIVO: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SOCIOLINGUISTAS

Nesta seção apresentam-se os contextos que favorecem ou desfavorecem as variantes do modo imperativo, os condicionamentos foram elencados a partir de uma revisão de estudos sociolinguísticos sobre o fenômeno.

A seção divide-se em duas partes: a primeira discorre sobre os contextos linguísticos e a segunda sobre os contextos sociais em que pode ocorrer o imperativo no PB. Usufrui-se das pesquisas do português de caráter mais geral (CARDOSO, 2006; SCHERRE, 2007; SCHERRE

et al., 2007; CARDOSO, 2009; DINIZ, 2018; CARVALHO, 2020) e específicas sobre o português do Nordeste e sobre a Bahia (JESUS, 2006; ALVES, 2008; SANTOS, 2016; SOUZA, 2019).

A seguir, apresentam-se os contextos identificados nas pesquisas sociolinguísticas, de acordo com Scherre (2007), no quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Tendências gerais de favorecimento relativo às duas variantes do imperativo

Imperativo no modo indicativo	Imperativo no modo subjuntivo
Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao indicativo (deixa/recebe/abre/dá/diz/vai deixa/recebe/abre/dá/diz/vai).	Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao subjuntivo (deixe/receba/abra/dê/diga/vá).
1) eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica (SCHERRE <i>et al.</i> , 1998, p. 65, 68; LIMA, 2005, p. 50-57; SCHERRE, 2007).	1) eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica (SCHERRE <i>et al.</i> , 1998, p. 65, 68; LIMA, 2005, p. 50-57; SCHERRE, 2007).
2) Construções afirmativas (SCHERRE <i>et al.</i> , 1998, p. 66; SAMPAIO, 2001, p. 96, 111).	2) Construções com negação pré-verbal (SCHERRE <i>et al.</i> , 1998, p. 66; SAMPAIO, 2001, p. 96, 111; LIMA, 2005, p. 82; JESUS, 2006, p. 80).
3) Contexto com “tu” explícito no contexto na fala de Recife (JESUS, 2006, p. 80) ou sem “você” explícito no contexto na fala de Campo Grande (LIMA, 2005, p. 82).	3) Contexto com “você” explícito no contexto próximo (JESUS, 2006, p. 80; LIMA, 2005, p. 82).
4) Construções com pronome na forma reta em posição de objeto: deixa eu ir/chama ele (SCHERRE <i>et al.</i> , 2000a; SCHERRE, 2004, p. 242; SAMPAIO, 2001, p. 88, 113; LIMA, 2005, p. 78; JESUS, 2006, p. 94).	4) Construções com pronome na forma oblíqua em posição de objeto: deixe-me ir/ chame-o/aproxime-se (SCHERRE <i>et al.</i> , 2000; SCHERRE, 2004, p. 242; LIMA, 2005, p. 78).
5) paradigmas irregulares com posição menos marcada: dá/dê; vai/vá; vai vem/venha; vem põe/ponha põe (SCHERRE, 2004, p. 249) ou verbos específicos: deixar e dar (JESUS, 2006, p. 107);	5) paradigmas irregulares com posição mais marcada: faz/faça; diz/diga; sê/seja (SCHERRE, 2004, p. 249; LIMA, 2005, p. 71; JESUS, 2006, p. 107) e paradigmas regulares mais marcados (de 2a e 3a conjugações): esquece/esqueça; sobe/suba; come/coma (SCHERRE, 2004, p. 249)
6) Verbos de até duas sílabas: dar, ir, vir, ter, por; olhar, deixar, falar, ficar, abrir (SCHERRE, 2004, p. 251; LIMA, 2005, p. 66).	6) Verbos de mais de duas sílabas: esperar, apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar (SCHERRE, 2004, p. 251; LIMA, 2005, p. 66).
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: fala/olha/ espera (SCHERRE <i>et al.</i> , 1998, p. 67; a SCHERRE, 2004, p. 249; LIMA, 2005, p. 71).	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: use/ abuse/ imagine (SCHERRE <i>et al.</i> , 1998, p. 67; SCHERRE, 2004, p. 249; LIMA, 2005, p. 71).
8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao indicativo (deixa/recebe/abre/dá/diz/vai) (SAMPAIO, 2001, p. 88; LIMA, 2005, p. 75; JESUS, 2006, p. 97).	8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao subjuntivo (deixe/receba/abra/dê/diga/vá) (SAMPAIO, 2001, p. 88; LIMA, 2005, p. 75; JESUS, 2006, p. 97).

9) Falantes mais jovens (SCHERRE <i>et al.</i> ; 2000b; SAMPAIO, 2001, p. 102,121; LIMA, 2005, p. 59).	9) Falantes menos jovens (SCHERRE <i>et al.</i> ; 2000b; SAMPAIO, 2001, p. 102,121; LIMA, 2005, p. 59).
10) No Rio de Janeiro, falantes menos escolarizados; em Salvador e Recife, falantes mais escolarizados (SAMPAIO, 2001, p. 104,119; ALVES; ALVES, 2001, p. 41; JESUS, 2006, p. 65).	10) No Rio de Janeiro, falantes mais escolarizados. Em Salvador Recife, falantes menos escolarizados (SAMPAIO, 2001, p. 104,119; ALVES; ALVES, 2001, p. 38-40; JESUS, 2006, p. 65).

Fonte: Scherre (2007, p. 207)

Para o presente estudo, é importante descrever, como um ponto de partida, as variáveis linguísticas com base nos fundamentos de Scherre (2007) e de outros autores que apresentam novos dados e novas variáveis dentro da mesma perspectiva, com enfoque nos dados sobre o modo imperativo no português popular rural, considerando a característica da comunidade de Montevidinha-BA, em estudo.

Na seção, a seguir, serão apresentadas algumas variáveis quanto às formas verbais, com base em Jesus (2006), Scherre (2007), Scherre *et al* (2007), Cardoso (2009), Santos (2016).

2.3.1 Contextos relacionados à abordagem verbal

As pesquisas sobre o modo imperativo têm demonstrado que o estudo sobre a classe dos verbos é de suma importância para compreensão do fenômeno. Entretanto, pesquisadores consideram a variação observada no imperativo um fenômeno complexo, pois é necessário observar vários aspectos (SCHERRE, 2007; SCHERRE *et al.*, 2007; CARDOSO, 2009; SANTOS, 2016): a conjugação verbal, a vogal precedente dos verbos regulares da primeira conjugação, a saliência morfofonológica e a morfologia verbal, entre outros aspectos. Para o presente trabalho, tomou-se por base Santos (2016), a qual analisa as formas verbais do imperativo nas comunidades afro-brasileiras, considerando as seguintes variáveis: *morfologia verbal* (forma simples ou locução); *conjugação verbal* (1^a, 2^a e 3^a); *vogal precedente de verbos regulares da primeira conjugação* (aberta ou fechada); e *saliência morfofonológica*.

De acordo com Santos (2016), a variável *morfologia verbal* tem como propósito analisar o emprego de uma forma verbal simples favorecendo ao modo imperativo associado ao indicativo e da construção perifrástica influenciando na realização do modo imperativo associado ao subjuntivo. A autora apresenta os seguintes exemplos: para a forma simples “Não vai lá!” (ITA-10¹⁶) (SANTOS, 2016, p. 134) e para a locução “Minha filha, vai descansá!” (ITA-06) (SANTOS, 2016, p. 134). Segundo Santos (2016), essa variável foi significativa no

¹⁶ Código de identificação do informante: Itapuã-Informante 10.

estudo (SAMPAIO, 2001 apud SANTOS, 2016). Sob esse viés, presume-se que as formas verbais simples serão mais empregadas na comunidade de Montevidinha-BA, pois as formas verbais simples são menos marcadas morfológicamente.

Sobre a variável *Conjugação verbal*, Alves (2009) afirma que os verbos da primeira conjugação são os que mais aparecem em seu *corpus* de análise e são condicionadores de modo imperativo associado ao indicativo, ao passo que as demais conjugações não favorecem o indicativo. Cabe ressaltar que Oliveira (2017) demonstra que a primeira conjugação verbal, sobretudo de verbos regulares, é mais produtiva no PB, visto que apresenta menor saliência fônica, logo menos marcada em relação às demais formas verbais.

Segundo alguns autores (JESUS, 2006; SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009; SANTOS, 2016; DINIZ, 2018), os *verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta* (“fala”, “olha”, “espera”) (SCHERRE, 2007, p. 207), favorece o emprego do modo imperativo associado ao indicativo, em oposição aos verbos regulares da primeira conjugação com *vogal precedente fechada* (“use”, “abuse”, “imagine”) (SCHERRE, 2007, p. 207) condiciona o uso do modo imperativo associado ao subjuntivo. Sobre essa variável, Santos (2016) argumenta que “haveria, portanto, uma espécie de harmonização vocálica entre a vogal precedente e a vogal do morfema.” (SANTOS, 2016, p. 135), ocorrendo um paralelismo fônico, desta forma o grau da vogal precedente em verbos regulares influencia o falante na escolha entre o modo indicativo ou subjuntivo. Observa-se que, conforme discute Jesus (2006), os verbos da primeira conjugação regular com vogal precedente aberta ou fechada atuam na variação do modo imperativo e nas outras conjugações.

De acordo com Santos (2016), a *saliência morfofonológica* é uma variável em evidência, conforme a autora: “nosso olhar sobre a morfologia verbal observou ainda o efeito do nível de saliência no condicionamento do imperativo. Seguindo as tendências morfofonológicas exercidas pela variável saliência fônica para outros fenômenos linguísticos [...]” (SANTOS, 2016, p. 135). Na sequência, Santos (2016) demonstra quais são os níveis de saliência fônica, como pode observar no quadro 5, a seguir:

Quadro 6- Nível de saliência morfofonológico

MACRONÍVEL	SUBNÍVEL L	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
NÍVEL I	Nível 1	Mudanças apenas no morfema modo temporal, sem alterações no radical.	olha/olhe cumpre/cumpra espera/espere

NÍVEL II	Nível 2	Alteração no radical em função de mudanças nos sons consonantais	ouve/ouça pede/peça
	Nível 3	Alteração no radical em função das mudanças vocálicas, timbre e altura de vogal presente no radical.	investe/invista sobe/suba serve/sirva dá/dê
NÍVEL III	Nível 4	Acréscimo ou supressão de segmento vocálico.	sai/saia cai/caia ri/ria vai/vá
NÍVEL IV	Nível 5	Acréscimo de segmento silábico com presença de vogal nasalizada	vem/venha tem/tenha põe/ponha
	Nível 6	Acréscimo de segmento silábico (com inclusão/alteração de som consonantal existente)	diz/diga traz/ traga
	Nível 7	Acréscimo de segmento consonantal.	vê/veja

Fonte: Santos (2016, p. 135)

No quadro 6, quanto maior o nível, maior é a saliência morfofonológica da forma verbal. De acordo com Santos (2016), essa variável é fundamentada em Scherre (2004), que diz que a menor saliência morfofonológica (menos morfemas) pode implicar no emprego de uma forma menos marcada, que é o imperativo associado ao indicativo, já a maior saliência ou maior marcação implicaria no uso das formas associadas ao subjuntivo. Na seção, a seguir, serão apresentadas as variáveis no nível da estrutura da sentença, considerando os resultados apresentados nos estudos de Souza, (2019), Diniz, (2018), Santos, (2016), Cardoso, (2009); Scherre, (2007) e Jesus (2006).

2.3.2 Contextos relacionados à estrutura da sentença

Nesta subseção apresentam-se as variáveis referentes à estrutura da sentença, sendo a *polaridade de estrutura* e a *realização do vocativo* como fatores que influenciam a variação do modo imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo.

A variável referente à estrutura da sentença que tem destaque nas pesquisas como condicionadora do modo imperativo é a *polaridade de estrutura* (JESUS, 2006; SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009; SANTOS 2016; DINIZ, 2018; SOUZA, 2019). De acordo com essas

pesquisas, a polaridade negativa favorece a realização do modo imperativo associado ao subjuntivo, já a polaridade afirmativa propicia a atuação do modo imperativo associado ao indicativo. Santos (2016), sobre o português popular rural da Bahia, comenta que “[...] as frases negativas favorecem o uso das formas do imperativo derivadas do subjuntivo (cante) com peso relativo 0,692.” (SANTOS, 2016, p. 170). De acordo com a autora, essa é uma variável relevante ao condicionamento da variação do modo imperativo no português rural. Souza (2019) reforça estas afirmativa quando diz que há uma tendência de que as formas indicativas não ocorram em sentenças negativas. Quanto a isso, Cardoso (2009) aponta que a negação pós-verbal e a dupla negação favorecem o modo imperativo associado ao indicativo, desfavorecendo o modo imperativo associado ao subjuntivo.

Outra variável significativa é a *realização do vocativo*. Segundo Cegalla (2010), o vocativo é usado para chamar ou interpelar a pessoa, em específico a segunda pessoa do discurso. Sobre isso, Santos (2016) chama atenção para o fato de que, em seus dados, a presença do vocativo favorece o modo imperativo associado ao indicativo, enquanto desfavorece o modo imperativo associado ao subjuntivo. Os resultados para o português popular da Bahia indicam, conforme Santos (2016) “a presença do vocativo desfavorece o emprego da variante do subjuntivo com peso relativo 0.390 e frequência 21,2%.” (SANTOS, 2016, p. 174). Desta forma conclui-se que a presença do vocativo é um fator importante para o condicionamento do fenômeno.

Na seção a seguir, serão apresentadas as variáveis quanto ao nível discursivo, baseando-se em Jesus (2006); Scherre, (2007); Cardoso, (2009); Santos, (2016); Diniz, (2018); e Souza, (2019).

2.3.3 Contextos relacionados ao discurso

Nesta subseção apresentam-se as variáveis relacionadas ao âmbito do discurso que são as variáveis do *paralelismo discursivo*, *pronomes usados pelo interlocutor*, *tipo do discurso* e *gradação semântica*. De acordo com JESUS, (2006); SCHERRE, (2007); CARDOSO, (2009); SANTOS, (2016); DINIZ, (2018), realizando uma abordagem geral sobre variável e apresenta-se alguns resultados relacionados ao contexto do estado da Bahia.

A variável do *paralelismo discursivo* denomina-se como uma importante variável no condicionamento do modo do imperativo. De acordo com os autores elencados, a presença da forma do modo subjuntivo na oração anterior favorece ao emprego do modo imperativo associado ao subjuntivo (deixe/receba/diga) (SCHERRE, 2007, p. 207). Scherre (2007),

contudo, afirma que se na oração anterior foi empregado o modo indicativo, há uma tendência ao uso do modo imperativo associado ao indicativo (deixa/recebe/diz) (SCHERRE, 2007, p. 207). Cardoso (2009) também aponta a pertinência dessa variável, conforme se verifica, a seguir:

Em uma região onde predomina o subjuntivo, observa-se que na presença de estruturas imperativas precedidas de indicativo favorecem o indicativo conforme mostram os altos pesos relativos de 0,84 para o PORCUFORT e de 0,72 para o DSC; já na presença de formas precedidas de subjuntivo esses pesos são de 0,22 e 0,28, respectivamente. (CARDOSO, 2009, p. 118).

Nota-se que as formas de indicativo ou do subjuntivo na oração anterior influenciam o falante sobre qual forma emprega junto ao modo imperativo. Quanto aos estudos sobre a Bahia, Santos (2016) afirma que “os dados de frequência, embora sem o mesmo peso estatístico, seguem o mesmo quadro, 67% da variante do subjuntivo contra apenas 8,3% quando a forma anterior é indicativa.” (SANTOS, 2016, p. 168). Sobre esses dados referentes ao português popular rural em Santos (2016), nota-se que nessas comunidades já mencionadas na seção 2.2, o modo imperativo é empregado com mais frequência associado ao subjuntivo para a variável *paralelismo discursivo*.

Segundo Santos (2016) e Scherre (2007), a variável do *pronome usado pelo interlocutor* pressupõe que, se o locutor utiliza o pronome “tu” na oração, existe uma predisposição ao emprego do modo imperativo associado ao indicativo, e, por outro lado, se o locutor faz uso do pronome “você”, há uma tendência ao emprego do imperativo associado ao subjuntivo. Quanto aos dados da Bahia, Santos (2016) demonstra nos seus resultados que “[...] a forma subjuntiva é favorecida pelo tratamento do interlocutor com o pronome você, frequência 38% e peso relativo 0.549. A forma “tu” desfavorece o emprego do subjuntivo com os valores 20,7% e peso relativo 0.304.” (SANTOS, 2016, p. 169). Observa-se que nessas comunidades o pronome “você” não favorece a forma do modo imperativo associado ao indicativo, por se tratar de comunidades que compõem o português popular rural da Bahia, (vd. Seção 2.2), a expectativa seria a de encontrar maior ocorrência do pronome “tu”. Conforme Santos (2016), outra variável é o *tipo do discurso*, podendo ser direto ou indireto. Em sua tese, a autora discorre que o discurso direto está vinculado à sentença emitida pelo próprio falante, e o discurso indireto é fala de terceiros ou do próprio falante lembrando algum momento do passado. Em relação aos dados da Bahia, Santos (2016) apresenta os seguintes dados: "Discurso direto: Pára, Taíssa! (SUB-

03)¹⁷”, (SANTOS, 2016, p. 139), “Discurso reportado: Aí ela disse: Ô pró, num amostre mais, não (ITA-07)” (SANTOS, 2016, p. 139). Durante o discurso direto, há uma probabilidade de empregar o modo imperativo associado ao indicativo e o discurso reportado favorece ao modo imperativo associado ao subjuntivo, por essa razão, espera-se que, nas comunidades que compõem o português popular rural, como Montevidinha-BA, o discurso direto atue, favorecendo ao modo imperativo associado ao indicativo. No entanto, essa variável não apresentou resultado relevante no estudo de Santos (2016) para as comunidades rurais afro-brasileiras.

Outra variável é *gradação semântica* proposta no estudo de Santos (2016) que tem como propósito verificar a interferência desses aspectos na variação do modo imperativo. A noção dessa variável pode ser fundamentada nas explicações gramaticais sobre o imperativo, pois inúmeras vezes o imperativo é definido por expressar *ordem* (ROCHA, 2011; AZEREDO, 2010; CEGALLA, 2010; PERINI, 2005), além de outras características atribuídas ao modo como: *conselho*, *pedido* e *instrução* (AZEREDO, 2010; CEGALLA, 2010; PERINI, 2005).

A seguir, são tratados sobre os condicionamentos sociais que podem condicionar a variação, com base em Jesus (2006); Scherre, (2007); Alves (2009); Cardoso, (2009); Santos, (2016); Diniz, (2018); Souza, (2019).

2.3.4 Contextos sociais sobre o imperativo

Conforme Alves (2009), uma das variáveis sociais em destaque é o *nível de escolaridade*. O autor diz que, em relação ao português urbano, as faixas etárias (25 a 35 anos) é a que mais favorece o modo imperativo associado ao indicativo, “já que como podemos ver, quanto mais escolarizados, os falantes fogem à norma de Salvador, ou seja, o uso do imperativo nas formas do subjuntivo.” (Alves, 2009, p. 98). Desta forma o nível de escolaridade influencia bastante na variação do fenômeno.

As pesquisas sociolinguísticas, de um modo geral, classificam em três os níveis escolares dos informantes, como por exemplo, nível fundamental, nível médio, e nível superior, em Cardoso (2009), Souza (2019), Scherre (2007), com exceção de Santos (2016), que discute que, para o português rural coletado pelo Projeto Vertentes, seria mais interessante a investigação de dois níveis, que são: não alfabetizados e semialfabetizados. A respeito disso, a autora argumenta: "nossa opção por níveis baixos e sutilmente discretos é coerente com a

¹⁷ Código de identificação do informante: Suburbana-Informante 03.

dedicação à compreensão do português popular da Bahia, cuja caracterização engloba, sobremaneira, o precário acesso à escolarização.” (SANTOS, 2016, p. 175-176). Dessa forma, Santos (2016), sobre as comunidades rurais, os dados apontam que os indivíduos semialfabetizados favorecem o modo imperativo associado ao subjuntivo e indivíduos com pouco ou nenhum acesso à escola tendem a empregar o modo imperativo associado ao indicativo. Já Souza (2019) diz que os falantes que são escolarizados empregam menos o modo imperativo associado ao indicativo: “[...] os falantes mais escolarizados usam menos o imperativo associado ao indicativo em comparação aos que são menos escolarizados” (SOUZA, 2009, p. 1449). Dessa forma, observa-se que a variável nível de escolaridade influencia na escolha do falante, dado que quanto menor for o nível de escolaridade, há maior chance de ocorrer a realização do modo imperativo associado ao indicativo. Em oposição: quanto maior o nível de escolaridade maior chance da realização do modo imperativo associado ao subjuntivo.

Quanto à variável do *sexo do informante*, de acordo com Cardoso (2009), em seus dados, em português falado na zona urbana de Brasília, as mulheres estão mais propícias às inovações por razões externas: “o falante do sexo masculino tende a conservar mais sua variante de origem quando se muda para outra região; e que as mulheres, em geral, tendem a apresentar uma mudança bem mais rápida, motivada por questões externas [...]” (CARDOSO, 2009, p. 84). Os dados de Santos (2016) corroboram a discussão em Cardoso (2009). De acordo com a autora, “no que diz respeito ao tratamento da variável sexo nas comunidades urbanas, relembremos que os dados já existentes sobre o imperativo em Salvador apontam as mulheres como favorecedoras das formas indicativas.” (SANTOS, 2016, p. 130). Assim, com base nesses resultados, pode-se concluir que, referente ao português popular urbano, as mulheres favorecem o modo indicativo do imperativo.

No que tange ao português falado no interior, no estudo de Alves (2009), a variável sexo é neutra e não condiciona a variação do modo imperativo, “neste ponto, percebemos que o sexo do falante não está condicionando para variação, pois, ambos ficaram próximos ao ponto neutro (.48 e .51) e com frequência de 27% e 30% respectivamente para o homem e a mulher.” (ALVES, 2009, p. 101). Já na tese de Santos (2016), em relação às comunidades rurais e do interior da Bahia, a variável sexo também não foi selecionada pelo programa estatístico.

A variável *faixa etária*, de acordo Freitag (2005), é complexa, pois está condicionada a outros fatores da sociedade, como por exemplo, mercado de trabalho, nível de escolarização, etc. que atuam na variável. Freitag (2005) afirma que, com a análise da faixa etária, é possível observar se o fenômeno está em processo de mudança ou em variação estável. O autor discute

que a mudança pode ser observada em tempo real ou tempo aparente. Segundo ele, a observação em tempo real pode ocorrer de duas formas: estudo de tendência e estudo de painel, já o estudo em tempo aparente é a forma metodológica que se aplica nesta pesquisa e acontece da seguinte maneira:

A análise em tempo aparente considera a distribuição das ocorrências do fenômeno em estudo em função das faixas etárias para caracterizar uma situação de estabilidade, mudança incipiente, mudança em progresso ou mudança completa. (FREITAG, 2005, p. 110)

Desta forma observa-se a faixa etária para compreender em qual nível o fenômeno pode ser vinculado. Referente a dados do português popular urbano, Alves (2009) demonstra que a faixa etária do falante atua como um condicionamento da variação do modo imperativo, pois os indivíduos mais jovens tendem a favorecer o modo imperativo associado ao indicativo, e as pessoas mais velhas desfavorecem o modo imperativo associado ao indicativo.

Quanto ao português popular rural, Santos (2016) mostra que ocorre o efeito contrário, a saber: “pois os falantes com índices claramente mais refratários ao emprego das formas subjuntivas são os indivíduos da Faixa IV, com idade superior a 80 anos.” (SANTOS, 2016, p. 184). Os indivíduos mais jovens tendem a favorecer o modo imperativo associado ao subjuntivo e os indivíduos mais velhos ao modo imperativo associado ao indicativo.

Conforme Santos (2016), sobre a variável *estada fora da comunidade*, a saída do sujeito da comunidade implica em um distanciamento da comunidade e conseqüentemente das normas linguísticas empregadas naquele ambiente. Conforme a autora “[...] para o contexto rural, a permanência das mulheres nas comunidades e a dedicação destas às tarefas ligadas à rotina domiciliar favorecem a manutenção das formas locais.” (SANTOS, 2016, p. 130). De acordo com raciocínio da autora, os homens têm uma tendência maior a sair da comunidade em busca de uma vida melhor, de forma que os indivíduos que permanecem na comunidade estão propensos a manter a variante que atua na comunidade, isto é, o modo imperativo associado indicativo, e indivíduos que saem da comunidade empregam em seu vocabulário a variante inovadora para a comunidade: o modo imperativo associado ao subjuntivo.

O propósito desta seção foi descrever o modo imperativo fundamentado nas gramáticas brasileiras e discorrer sobre sua caracterização na literatura da pesquisa sociolinguística. Tendo como embasamento teórico as prescrições gramaticais, observou-se que as regras prescritas sobre o imperativo no português não são suficientes para representar o fenômeno em uso, uma vez que diversos fatores podem contribuir para a variação do imperativo.

Na seção, a seguir, será abordado, de forma resumida, o assunto sobre a formação linguística do PB. Na seção, apresenta-se as principais concepções sobre a formação do PB, discorrendo sobre o contato dos portugueses com os povos indígenas; sobre os africanos e afro-brasileiros e o contato com o português no Brasil; sobre as hipóteses para a formação do PB e sobre a evidência do contato entre línguas.

3 PRINCIPAIS ASPECTOS DA FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

O Português Brasileiro (PB), desde o período de colonização, tem o português europeu (PE) como modelo de língua, visto que foram os portugueses os colonizadores do Brasil. Apesar disso, o PB apresenta diferenças significativas em relação ao PE (LUCCHESI 2001; MATOS E SILVA, 1993). Essas diferenças linguísticas têm sido investigadas por diversos pesquisadores, como: Castro (1968, 2011); Bonvini (2008); Lobo (2015); Lucchesi (2001); Lins (2009); Matos e Silva (1993); Mussa (1991), os quais serão utilizados para construção desta seção. As pesquisas sócio-históricas demonstram que, antes da chegada dos portugueses no território brasileiro, já habitavam vários povos designados de indígenas, e, junto com a chegada desses colonizadores portugueses, chegaram também os povos africanos por meio de sequestro e tráfico.

Na próxima subseção, serão apresentados alguns fatos sócio-históricos do contato linguístico entre esses povos e os colonizadores, no intuito de demonstrar a importância desse contexto externo em relação ao fenômeno do imperativo na comunidade rural de Montevidinha-BA, cujos falantes hipoteticamente podem ainda apresentar traços linguísticos adquiridos em situações de contato entre diferentes línguas durante o período colonial.

3.1 O CONTATO DOS PORTUGUESES COM OS POVOS INDÍGENAS: BREVE RESUMO

Quando os portugueses chegaram ao Brasil encontraram os povos indígenas, que, segundo Rodrigues (2005), encontram-se diferentes línguas (cerca de 1,2 mil). Durante o processo de colonização, os portugueses tiveram a necessidade de aprender a se comunicar com os indígenas, no entanto, no decorrer do tempo, eles terminaram por impor a sua própria língua e cultura sobre o povo da terra. De acordo com Lucchesi (2001), uma parte considerável da população indígena falava uma língua de tronco tupi, o que possibilitou a comunicação entre os indígenas e os colonizadores por meio da língua geral (de base tupi, falada pelos tupinambás no litoral do Brasil), aprendida pelos colonizadores como forma de dominação e imposição.

Segundo Souza (2018), “é nesse cenário que se percebe uma certa “fusão linguística”, por assim dizer. A Língua Geral tornou-se, nos séculos XVI e XVII, o principal veículo de comunicação no Brasil Colônia, fazendo com que seu uso fosse superior ao uso do português” (SOUZA, 2018, p. 14). Dessa forma percebe-se que a difusão da língua geral ocasionou uma aproximação entre a língua europeia e as línguas indígenas.

Outro fato histórico que contribuiu o contato linguístico foi a ausência de mulheres portuguesas, de modo que os colonizadores tinham relações e formavam famílias miscigenadas com as mulheres indígenas (RODRIGUES, 2005). Além disso, conforme o autor, os padres jesuítas de Portugal, que vieram para catequizar os indígenas e aprenderem a sua língua, elaboraram gramáticas na intenção de assimilar as línguas indígenas (RODRIGUES, 2005), e, de acordo com Lucchesi (2001), esses compêndios eram baseados na gramática portuguesa.

O cenário parece favorável e amistoso, entretanto, com a imposição do trabalho forçado, milhares de indígenas sucumbiram às doenças europeias, vindo a falecer, conforme conta Lucchesi (2001). Segundo Bonvini (2008), com a chegada dos africanos escravizados, em suas várias etnias, ampliou-se ainda mais a diversidade linguística no território brasileiro. Na próxima subseção, apresentam-se os principais aspectos do contato linguístico com os africanos. Ressalta-se que esse contexto é especialmente importante para o estudo, porque a comunidade de Montevidinha-BA é quilombola, formada por descendentes de africanos em sua maioria, embora se observe também descendentes de mães indígenas, como se observa na seção sobre a comunidade.

3.2 OS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS E O CONTATO COM O PORTUGUÊS NO BRASIL: BREVE RESUMO

De acordo com Bonvini (2008), Lucchesi (2001) e Mussa (1991), os escravizados africanos eram tidos como moedas de troca, sendo negociados por mercadorias. Essas pessoas escravizadas eram embarcadas na costa africana e trazidas para a colônia. Durante a viagem, que durava em média 35 a 40 dias, já se iniciava o contato forçado com a língua portuguesa, pois os capitães eram portugueses e havia a necessidade de comunicação (BONVINI, 2008).

Segundo Castro (2011), calcula-se que aproximadamente quatro milhões de africanos tenham sido traficados para o Brasil durante o período da escravidão. De acordo com Bonvini, “é claro que havia um grande contingente de escravos africanos na Bahia (23.000 em 1660, segundo testemunho do Padre Antônio Vieira), catequizados na língua de Angola [...]” (BONVINI, 2008, p. 34). Essas pessoas escravizadas eram de várias etnias, que tinham suas línguas maternas submetidas ao processo de mudanças, o qual poderia resultar na extinção de determinada língua. Conforme discute Bonvini (2008): “Todas as línguas africanas que chegaram ao Brasil, foram na verdade, línguas retiradas de seu nicho ecológico, submetidas a diversas rupturas - fonológicas, morfossintáticas e semânticas [...]” (BONVINI, 2008, p. 53). Essa informação é relevante no sentido de que, conforme defende Lucchesi (2001),

comunidades quilombolas rurais (como a comunidade em foco neste estudo), isoladas ou afastadas da influência linguística das grandes cidades urbanas, podem ainda apresentar evidências dessas rupturas linguísticas no português falado por seus habitantes nativos.

De acordo com Bonvini, essas rupturas linguísticas no português falado pelos africanos escravizados ocorreram durante o processo de aprendizagem do português como segunda língua. Sobre esse aspecto da aquisição do português como segunda língua no Brasil, Lucchesi admite que a notável presença dos africanos seria um “cenário mais favorável à criouliização [que] aconteceria com a aquisição precária da língua pelos escravos africanos com o pidgin, tendo um modelo defectivo e fosse transmitido entre os crioulos.” (LUCCHESI, 2001, p. 62). No entanto, conforme o autor, com o crescimento do número de colonizadores portugueses, sobretudo no século XIX, no Brasil, aumentou-se a predominância da língua alvo no território nacional, de sorte que, os africanos e afro-brasileiros passaram a ter maior acesso à língua do colonizador, em razão de uma maior influência dos portugueses nos aspectos culturais da colônia e no contexto linguístico, não favorecendo a consolidação de um processo de a criouliização.

Alguns fatores contribuíram para a determinar o predomínio da língua portuguesa no Brasil em detrimento das demais línguas: além da dominação dos portugueses do setor econômico da colônia, como mencionada anteriormente, a oficialização da língua portuguesa e expansão da cultura escrita, e a chegada da corte portuguesa no Brasil.

Sobre a oficialização do português no Brasil, Mattos e Silva (1993) mostra que foi promovida pelo Marquês de Pombal, como se verifica a seguir: “O Marquês define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil [...]” (MATOS E SILVA, 1993, p. 83). Assim, segundo ela, foi a língua dominante que se tornou oficial, tendo em vista que os portugueses possuíam a cultura da escrita e os colonizados não poderiam fazer nada a esse respeito.

A respeito da chegada da corte portuguesa, tanto Lucchesi (2001) quanto Mattos e Silva (1993) discorrem sobre as mudanças que esse fato histórico provocou na formação linguística do país, além do impacto demográfico, cultural e político. Sobre isso, Castro (1968) demonstra os impactos causados pela chegada da corte no Brasil: “Passou essa fase de bilingüismo, vencida pelo prestígio social da língua dos brancos, cujo contingente aumentou consideravelmente com a transmigração da família real portuguesa para o Brasil (1808).” (CASTRO, 1968, p. 28-29). Com o tempo, conforme Mattos e Silva (1993), a elite da ex-colônia, que após a chegada da corte tornou-se império, passa a inspirar-se na fala dos membros

da corte, que se torna umas das principais preocupações da classe alta brasileira: falar de acordo com as regras gramaticais.

A compreensão do como ocorreu o contato entre línguas no Brasil é relevante, uma vez que, conforme argumenta Lucchesi (2001), a aprendizagem forçada e precária do português como segunda língua pelos povos indígenas e africanos terminou por provocar mudanças na língua usada pelos trabalhadores da colônia, que foram inseridas na variedade brasileira ao longo dos anos. Portanto, pode-se inferir que esse aspecto sócio-histórico pode ter influenciado também na variação observada no modo imperativo no PB.

De acordo com Mussa (1991), todos os africanos aprenderam a língua portuguesa, entretanto em níveis de intensidade diferentes, conforme o cargo ou função que a pessoa ocupava: se eram os escravizados domésticos, possivelmente teriam maior domínio da língua portuguesa, em contraposição aos que trabalhavam nas lavouras, minas, entre outros lugares onde o português era língua de intercurso. Em acréscimo, Lucchesi (2001) diz que a produção açucareira que se estabeleceu no Nordeste não apenas escravizava os africanos para a lavoura, mas também para desempenharem outras funções: “Para além do trabalho braçal produtivo, os africanos eram empregados também em tarefas domésticas e muitos dos serviços urbanos. Chegaram mesmo a desempenhar as funções de controle da produção — como capatazes [...]” (LUCCHESI, 2001, p. 58).

Lucchesi (2001) reforça que os africanos e afro-brasileiros ocupavam a base da sociedade colonial, sendo tratados como objetos, e adquiriram a língua portuguesa de forma forçada e precária¹⁸. Além disso, conforme o autor, eles constituíam a maioria da população demográfica do Nordeste, em específico, da sociedade açucareira, sobretudo nas primeiras décadas da colonização. O autor argumenta que essas relações mais próximas na Casa Grande também é um fato histórico que intensificou o contato entre a língua falada pelos africanos e o português. Lucchesi afirma que, com a descoberta do ouro no final do século XVII, há também o deslocamento de africanos para a região sudeste para trabalharem nas minas de ouro, juntamente com um grande número de portugueses que vieram para o Brasil em busca da riqueza, conforme se verifica na citação a seguir: “o ciclo do ouro propiciou o aumento do tráfico negreiro e respectivamente o número de colonizadores atraídos pelo o ouro.”

¹⁸Mussa (1991) ilustra que a aquisição precária do português que aconteceu com os africanos no Brasil assemelha-se ao aprendizado de uma língua estrangeira, em que há um jovem que tem aulas de inglês com um professor particular, com intenção de aprender a língua por motivos pessoais e há outro jovem que foi obrigado a sair do seu país e chegando ao seu novo país é agredido fisicamente e emocionalmente, sendo obrigado a aprender a língua inglesa para se comunicar com seus superiores. Esses jovens não terão o mesmo nível de proficiência, pois as condições sociais em que estão inseridos são diferentes.

(LUCCHESI, 2001, p. 60). O autor comenta que, com o fim do ciclo do ouro, os africanos escravizados foram deslocados novamente para o sul do país para a produção de café no século XVIII.

Outro fato histórico importante é trazido por Bonvini (2008), em que discute a abolição da escravidão que ocorreu no século XIX, e depois de décadas de sofrimento e de trabalho forçado, os africanos estavam receberam carta de alforria. Entretanto, conforme o autor, esse fato provocou a redistribuição geográfica desses recém alforriados e alterações no contexto linguístico do país. Sobre isso, o autor diz que, “de um lado, a utilização da língua portuguesa estendeu-se a toda população negra e, além disso, ao impor-se no dia-a-dia, pôs fim a alternância inicial e secular de códigos entre a língua portuguesa e as línguas africanas.” (BONVINI, 2008, p. 50). Ainda conforme o autor, foi “a nova conjuntura econômica, que levou a uma redistribuição geográfica da massa de ex-escravos, operou igualmente uma mutação lingüística.” (BONVINI, 2008, p. 51). Essa nova configuração social resultante da abolição da escravidão, levando em conta Lucchesi (2001), ocasionou mudanças na sociedade de forma geral, tendo em vista que os alforriados ficaram desempregados e sem moradia, partindo em busca de uma vida melhor nas cidades, alojando-se em locais que viriam a se tornar as favelas, outros foram para os quilombos e outros ficaram à margem da sociedade abandonados (LUCCHESI, 2001).

É válido mencionar que, além da presença marcante dos povos autóctones e africanos no Brasil, para Mattos e Silva (1993), a chegada dos imigrantes também contribuiu para a difusão e para a composição do PB, resultando na diversidade regional, de modo que “favoreceram a diversificação regional [...] os imigrantes, vindos de vários pontos e com várias línguas [...]” (MATOS E SILVA, 1993, p. 84). Para a autora, o PB nasceu da diversidade, conforme as suas palavras: “Pode-se então dizer, como A. Houaiss, que >>português brasileiro nasce com a diversidade>> (1985:91) e, digo eu, vive e convive com ela, tanto regional como social” (MATOS E SILVA, 1993, p. 84). Dessa forma, o PB é constituído da diversidade linguística que por séculos esteve presente na colônia. E essa diversidade regional é muito marcante no território brasileiro e também geradora de estigma social.

3.3 AS HIPÓTESES SOBRE A FORMAÇÃO DO PB

A seguir, são apresentadas as principais correntes teóricas que buscam compreender o processo de constituição do português brasileiro, com base primeiramente em Lins (2009) e Bonvini (2008), em seguida, em Lucchesi (2001), sobre o processo de transmissão linguística irregular.

A primeira corrente apresentada é a da criouliização prévia, segundo Lins (2009), a qual tem como principal pesquisador Gregory Riordan Guy, que defende o surgimento de uma criouliização no português brasileiro, com base nas das reduções morfológicas e fonológicas observadas na língua. Segundo Lins (2009), Guy reforça a sua hipótese, argumentando sobre as reduções no campo morfológico, por exemplo a concordância verbal, substituição do “vós” pelo “vocês”, entre outros, conforme a citação: "O autor aponta como um dos pontos basilares de sua hipótese a falta de concordância no sintagma nominal e no sintagma verbal. Aborda, portanto, muitos dos fenômenos presentes no PPB como consequência de reduções [...]" (LINS, 2009, p. 276). Ainda conforme Lins (2009), Guy discute que teria ocorrido a criouliização prévia apoiado em dois eventos: 1) a emigração de fazendeiros da ilha de São Tomé, que trouxe, junto a eles, pessoas já escravizadas para o Brasil. (LINS, 2009, p. 276-277); 2) o papiamento, de acordo com o autor, seria a língua crioula falada nas ilhas holandesas no Caribe, “Essa língua teria sido levada pelos holandeses para os domínios antilhanos da Holanda quando da expulsão desses povos do Nordeste Brasileiro, levando seus escravos brasileiros, no século XVII.” (LINS, 2009, p. 276-277).

Os argumentos de Guy são considerados como importantes para a formação da língua crioula, mas não o suficiente para explicar a formação linguística do PB, pois, de acordo com Lucchesi (2001) e Bonvini (2008), o número de imigrantes europeus durante o período colonial foi altíssimo comparado a outros lugares que foram colonizados por Portugal, e este fato interferiu no processo de criouliização da variedade brasileira.

Bonvini (2008) defende que não houve uma criouliização no Brasil, e sim um semicrioulo. Segundo o autor: “Não teria havido crioulos no Brasil, somente semicrioulos, cuja característica era ser uma simplificação da língua portuguesa.” (BONVINI, 2008, p. 18). Já Lucchesi (2001) apresenta alguns dos fatores que impossibilitaram a criouliização, como: o aumento dos portugueses na colônia, as péssimas condições de vida à qual os africanos e afro-brasileiros eram submetidos, sem ter uma vida afetiva e com expectativa de 7 anos de tempo de vida, os sucessivos deslocamentos, e, como ponto crucial, a miscigenação em relacionamentos interracialis. Lucchesi (2001) e Bonvini (2008) concordam entre si que a ascensão dos mestiços

modificou o plano linguístico, elevando o português como ideal linguístico, e contribuindo com o desaparecimento ou não consolidação de uma língua crioula ou semicrioula brasileiro. Como por exemplo, Lucchesi (2001) ilustra a vida do escritor brasileiro Machado de Assis que iniciou sua carreira sendo considerado mestiço e morreu como um homem branco.

Conforme Lins (2009), a variedade popular linguística é transmitida ainda no período colonial aos descendentes dos escravizados e dos indígenas e conseqüentemente para todas as gerações que viriam depois. Segundo o autor: “Se o contato se prolonga, a segunda variedade da língua-alvo, por ser mais socialmente viável, assume de maneira gradativa novas funções, passando a modelo de língua materna a ser adquirida pelos descendentes dos falantes das outras línguas.” (LINS, 2009, p. 280). Conforme Lucchesi (2001), pressupõe-se que foi isso o aconteceu durante os quatros séculos de escravidão, sendo os miscigenados os principais responsáveis pela inserção das variações linguísticas das normas populares na fala da elite. De acordo com o autor: “De fato, a condição social do mestiço e a sua crescente representatividade demográfica lhe proporcionaram condições muito mais favoráveis à integração cultural e à ascensão social, do que as que se ofereciam para o seu ancestral africano ou negro crioulo.” (LUCCHESI, 2001, p. 69). Desta forma a elite começa a absorver algumas da variedade linguísticas das camadas populares.

Conforme Lins (2009), a segunda corrente é a deriva secular, defendida por Naro e Scherre, os quais se baseiam em argumentos que o PB seria uma extensão do português arcaico, tendo como referência o Sapir, conforme Lins (2009):

Elas seriam fruto de um contínuo “processo de esgalhamento” sofrido ao longo do tempo por esse protótipo, o que poderia ser comprovado valendo-se de evidências documentais e do método de investigação “comparativo ou reconstrutivo”. Método que esse autor acreditava ser capaz de tirar as interferências sobre tais línguas e de representar os laços que as unem em “linhas independentes de desenvolvimento”, mostrando que essas línguas partem “de um remoto ponto em comum” (p. 122), daí serem resultantes de uma deriva secular. (LINS, 2009, p. 285)

Em todos os processos de dominação, há a imposição da língua do dominante sobre os povos dominados, como ocorre com o PB, que é descendente do PE, que é descendente do latim. No entanto, o autor questiona: se nas línguas ocorrem mudanças em todos os seus níveis linguísticos, como fica esse processo? O autor conclui que a hipótese da deriva secular é falha no sentido de que ao se comparar uma língua à outra, não se observa uma semelhança “concreta”, como por exemplo entre o latim e o PB, há uma diferença enorme.

A terceira corrente é a *Transmissão Linguística Irregular* (TLI), que tem como principais mentores Lucchesi e Baxter. Esses autores discutem que, durante a aquisição de uma

segunda língua de forma brusca, pode ocorrer o processo TLI. De acordo com Lucchesi (2001), a TLI é resultado do processo de aquisição da língua portuguesa pelos africanos, que ocorreu de forma precária e emergencial, ocasionando ou perdas ou ganhos na estrutura gramatical da língua. Segundo o autor, a TLI "pode ser caracterizada pela simplificação ou eliminação de certas estruturas gramaticais ou pelo aumento de formas não marcadas." (LUCCHESI, 2009, p. 71-72). Ainda conforme o autor, o processo de TLI ocorreu no Brasil de forma leve, e está presente na base da constituição das variedades populares do PB, e uma possível forma de identificar essas ocorrências é, no emprego das regras de concordância nominal e verbal, defende Lucchesi (2001).

Sobre essa hipótese, Lucchesi (2001) expõe que “no momento em que a língua de emergência/contato não atende à demanda comunicativa recorre-se a incrementos dos dispositivos da gramática das diversas línguas desses falantes ou da língua-alvo.” (LUCCHESI, 2001, p. 280). Esses incrementos, de acordo com esse postulado, podem ser a simplificação na estrutura gramatical da língua-alvo, ou eliminação de algumas estruturas gramaticais. De acordo com Lucchesi e Baxter (2012), o grau de reestruturação gramatical ocorrido durante o processo de TLI equivale ao acesso que os falantes do grupo dominado tinham a gramática da língua alvo.

Lucchesi e Baxter (2012) diz que quanto maior o acesso à língua dominante menos lacunas e maior assimilação dos mecanismos gramaticais no processo de aquisição da língua do colonizador. Considerando que a imposição da língua portuguesa em detrimento das demais línguas faladas no Brasil, pelas razões já apresentadas por Matos e Silva (1993), o processo de TLI, segundo o autor, é do tipo leve, ainda que se pressuponha que neste processo de assimilação ocorreu algumas simplificações gramaticais na língua alvo adquirida. Lucchesi e Baxter (2012) argumenta que o processo de TLI em sua forma mais leve gerou uma gramática de variedade que pode ser compreendida sob duas possibilidades: a primeira é que essa gramática é composta por elementos externos ao contato entre línguas; e a segunda que os elementos gramaticais da língua alvo superou os possíveis processos embrionários de gramaticalização e de mudança do substrato, nas duas possibilidades ocorreu a erosão gramatical de acordo o autor descreve em seu texto.

Lucchesi e Baxter (2012) discorre que a observação de algumas marcas linguísticas permite formular uma hipótese de que as variações observadas no PB, sobretudo nas comunidades afro-brasileiras, podem ser resultado do processo de TLI. Uma dessas marcas é a simplificação morfológica, como por exemplo, a morfologia verbal de pessoa e número e a concordância nominal de gênero e número, segundo o autor. Ademais, em seu estudo, o autor

afirma que devido à TLI, nota-se o aumento de formas não-marcadas como uma característica do resultado de contato entre línguas.

Considerando esse aspecto, neste trabalho, assume-se que o modo imperativo é possível consequência do processo de TLI e do contato entre línguas, dado que a forma indicativa é menos marcada morfológicamente e subjuntivo é mais marcado morfológicamente. A fim de contextualizar ainda mais o cenário em torno do processo de TLI, na sequência, apresentam-se algumas evidências históricas do contato entre falantes do português e das línguas africanas.

3.4 SOBRE AS EVIDÊNCIAS DO CONTATO

Alguns estudiosos como Lucchesi (2001), Matos e Silva (1993), Mussa (1991), Castro (1968, 2011) concebem que o PB culto, o português popular e o português afro-brasileiro apresentam diferenças linguísticas, que são resquícios do processo de colonização.

Uma das razões é a observação do uso de línguas africanas em espaços religiosos. Castro (1968) diz que “hoje, a linguagem popular da Bahia é provavelmente o falar brasileiro mais acentuadamente marcado por traços de influência africana, principalmente partindo da influência religiosa dos chamados cultos afro-brasileiros, ou candomblés, de origem jeje-nagô e congo-angola. (CASTRO, 1968, p. 29). Bonvini (2008) acrescenta que a religião possibilitou a sobrevivência de línguas africanas, pois as línguas cultuais podem ser encontradas nos cultos de candomblé que estão mais próximos das tradições africanas, e umbanda que comportam as tradições indígenas, africanas e europeias. De acordo com o autor, “No plano linguístico, trata-se mais de formas pidginizadas, em razão da proveniência de seu fundo lexical e da ausência do funcionamento gramatical característico da língua epônima de referência.” (BONVINI, 2008, p. 51).

Outra evidência é que, considerando Bonvini (2008), em alguns quilombos isolados, formados por descendentes de africanos escravizados, havia uma língua secreta, que segundo Bonvini (2008, p. 52) De acordo com o autor, essa língua era usada para ocultar conversas, e talvez, no período colonial, essa língua fosse utilizada para arquitetar fugas da situação de escravidão. Ainda conforme Bonvini (2008), “São línguas utilizadas pelas populações negras isoladas, constituídas geralmente de descendentes de antigos escravos e, às vezes, de antigos quilombolas. Elas são emblemáticas como núcleos de “resistência” cultural negro-africana [...]” (Bonvini, 2008, p. 51). Essas línguas são consideradas como uma forma de resistência cultural e como um meio de preservar as tradições.

Para Mussa (1991) e Lucchesi (2001), as comunidades afro-brasileiras, que são descendentes de antigos quilombos ou comunidades que foram locais em que os africanos e afro-brasileiros escravizados se refugiavam, refletem traços linguísticos até os dias atuais, que podem ser explicados pelo processo de TLI, sendo mais perceptível na fala das pessoas mais velhas, pois os jovens têm maior contato com mídia, acesso à escola e esses fatores influenciam no aparecimento de novas formas linguísticas em direção ao padrão da norma culta.

De acordo Lucchesi (2001), o português afro-brasileiro teve em sua formação a seguinte peculiaridade:

O português afro-brasileiro designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. (LUCCHESI, 2001, p. 32).

Sendo assim, segundo Lucchesi (2001), o português afro-brasileiro é constituído por características que diferem do que se observa no português popular, sendo que um desses fatores é o fato de que os falantes do português afro-brasileiro são descendentes de africanos em situação de escravidão, com pouco contato com a “sociedade urbanizada”. Por exemplo, se um jovem dessas comunidades adentrar no ensino superior torna-se um falante da norma culta, deixando de lado o seu vernáculo natural, conforme se observa na argumentação do autor, a seguir.

As comunidades de ex-escravos formam os nichos no qual foram conservadas as mudanças decorrentes do contato entre as línguas. Do outro lado temos a elite no centro urbano usando a língua portuguesa e seus padrões inspirados em Portugal e na cultura européia [...] (LUCCHESI, 2001, p. 52).

Como se pode observar, o português afro-brasileiro, falado por os descendentes dos africanos em situação de escravidão, apresenta alguns resquícios do contato entre línguas. É por essa razão que Castro (2011) defende que são visíveis as marcas linguísticas da situação de contato entre as línguas africanas e o português, que estão inseridas no português brasileiro. Para argumentar a sua visão, a autora exemplifica: “[...] na pronúncia rica em vogais da nossa fala (ri.ti.mo, pi.néu, a.di.vo.ga.do), na nossa sintaxe (tendência a não marcar o plural do substantivo no sintagma nominal (os menino(s), as casa(s)), na dupla negação [...]” (CASTRO, 2011, p. 1).

Nessa pesquisa, é possível que se observe no vernáculo falado em Montevidinha-BA, Bahia, marcas do imperativo que seja resultante do contato entre língua, embora seja também preciso estar consciente de que o processo de urbanização está cada vez mais próximo das comunidades quilombolas, influenciando, por conseguinte, as escolhas linguísticas dos seus nativos.

Ademais, a comunidade estudada nesta pesquisa é quilombola, os seus habitantes são descendentes de antigos quilombos e também de mães indígenas que eram capturadas durante a passagem pelo oeste baiano, caracterizando a origem da comunidade de Montevidinha-BA. Para a explicação dos dados, adotou-se o conceito de transmissão linguística irregular para compreender a realização do modo imperativo na comunidade.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresenta-se uma síntese sobre os princípios que são pilares da abordagem teórico-metodológica da Teoria da Variação e Mudança (TVM) (LABOV, 2008 [1972]). A seção está dividida em seis partes: a teoria sociolinguística (4.1), o método laboviano (4.2), a comunidade de Montevidinha-BA (4.3), o *corpus* (4.4), o tratamento dos dados (4.5) e a apresentação do envelope de variação (4.6).

4.1 A TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA

A Sociolinguística é uma subárea da linguística, que se difere por estudar a relação da língua com o social, segundo Tarallo (1985), Calvet (2002), Camacho (2015). Até o surgimento da Sociolinguística, as correntes de estudo sobre a língua possuíam uma visão de sistema homogêneo e não concebiam o lado social, tendo como principais mentores os linguistas Saussure (2006, [1916]) e Chomsky (1957).

De acordo com Ataliba (201?, *online*), Cezario e Votre (2008), Saussure compreende a língua como um sistema estruturalista, no qual a língua é objeto de estudo, que é composto por signos, e estes estão organizados em unidades e compõem níveis hierárquicos. Saussure (2006, [1916]) compreende a língua como homogênea e autônoma, de forma que ele não considera o lado social.

A segunda corrente é a gerativista, que tem como principal pesquisador Chomsky (1957), que, segundo Ataliba (201?, *online*), Camacho (2015), nessa teoria, a língua é concebida como um sistema interno ao falante, que é uma gramática universal que faz parte da competência do ser humano, e uma língua externa, que é o que se observa na fala (desempenho) do indivíduo. Segundo os autores, a língua interna (Língua-I) é comum a todo o falante e trata-se de uma capacidade natural de adquirir uma língua, já a língua externa refere-se à produção desse sistema, que pode ser observado nas descrições linguísticas, e na interação entre os falantes. Ainda com base nos autores, a teoria gerativista tem como objeto de estudo a língua interna, contudo essa corrente sofre por se referir à competência do falante, deixando de fora o desempenho que compete à realização da fala, e, por isso, a língua continua sendo compreendida como homogênea.

Essa situação se modificaria, de acordo com Camacho (2015), na década de 70, quando pesquisadores constataram que o sistema linguístico é heterogêneo, como o autor comenta a seguir: “a Sociolinguística representou um dos principais esforços para romper com essa

dicotomia ao considerar a heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem.” (CAMACHO, 2015, p. 20-21). Esses rompimentos ocorrem por meio de estudos da Sociolinguística de Labov (2008 [1972]) através das suas pesquisas, que buscam compreender como contexto social intervém nas variedades linguísticas.

Assim, o objeto de estudo da Sociolinguística é a relação entre o fator social e a língua que falamos no cotidiano, que é o vernáculo, a língua espontânea (LABOV (2008 [1972])). Cezario e Votre (2008) vão além: “O sociolinguista se interessa por todas as manifestações verbais nas diferentes variedades de uma língua.” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141). Além disso, segundo os autores, a Sociolinguística tem como propósito “entender quais são os principais fatores que motivam a variação linguística, e qual a importância de cada um desses fatores na configuração do quadro que se apresenta variável” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141). Essas noções conduzem ao raciocínio de que é papel dos sociolinguistas explorar todos os níveis da língua para compreender como as variantes atuam no sistema linguístico nas diferentes variedades da língua. Dessa forma suas pesquisas são sobre a língua e a conexão com o social, buscando compreender o uso da língua na comunidade de fala, percebendo quais fatores linguísticos e extralinguísticos motivam os fenômenos variáveis.

Ademais, uma das diretrizes da Sociolinguística variacionista tem como principal mentor Labov (2008, [1972]), que propôs uma metodologia específica para a realização de estudos nessa área, que acontece mediante a coleta dos dados vernaculares em situações naturais de fala. Cezario e Votre (2008) demonstram que a abordagem variacionista baseia-se em pressupostos teóricos que permitem ver regularidade e sistematicidade por trás do aparente caos da comunicação do dia a dia. Além disso, é uma abordagem que procura demonstrar “como uma variante se implementa na língua ou desaparece.” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 142). O interesse da Sociolinguística é, portanto, sistematizar a variação, como ela ocorre, e quais fatores provocam e influenciam na sua realização.

A Sociolinguística que chegou ao Brasil tem como modelo a metodologia Laboviana. Cezario e Votre (2008) dizem que “no Brasil, as pesquisas nessa linha começaram a ser desenvolvidas na década de 1970, através da atuação de alguns grupos de pesquisadores a saber: o grupo do projeto Mobral Central, o grupo do projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (NURC) [...]” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 153). De acordo com Freitag, a Sociolinguística difundiu-se rapidamente, permitindo que os pesquisadores observassem o sistema linguístico brasileiro e compreendessem quais são as variações estáveis e as quais estão em processos de mudanças (FREITAG, 2015).

O sistema linguístico oferece inúmeras possibilidades para os sujeitos usufruírem do fenômeno durante o ato da fala. Quando essas estruturas linguísticas concorrem a uma posição na comunidade de fala, pressupõe-se que exista uma variação. De acordo com Calvet (2002), a variação e a evolução da língua ocorrem da seguinte forma:

Em poucas palavras, William Labov apresentou de que modo se produz a evolução: “pode-se considerar que o processo da variação linguística se desenrola em três etapas. Na origem, a mudança se reduz a uma variação, entre milhares de outras, no discurso de algumas pessoas. Depois ela se *propaga* e passa a ser adotada por tantos falantes que doravante se opõe frontalmente à antiga forma. Por fim, ela se *realiza* e alcança a regularidade pela eliminação das rivais” (CALVET, 2002, p. 87)

Levando-se em conta Mollica (1993), a variação linguística é concebida de acordo de forma sistemática e regida por regras. A variação pode ser compreendida como possibilidade de alternância entre duas formas que representam uma determinada categoria do sistema linguístico. Logo, quando o falante optar por uma variante, existe um motivo, ou seja, a escolha é determinada por condicionadores linguísticos.

As duas formas linguísticas que estão em concorrência são as variantes. Elas são favorecidas ou desfavorecidas em determinados contextos. Para descobrir quais são esses contextos, analisam-se as variáveis, que podem ser linguísticas ou sociais (CALVET, 2002). De acordo com Tarallo (1985), o conceito de variável *dependente* compreende um fenômeno que está sendo estudado e, conforme Camacho (2015), podem ser binárias, ternárias, eneárias, etc., e as variáveis denominadas como *exploratórias* ou *independentes* consistem nos aspectos linguísticos e sociais que podem influenciar a variação do fenômeno em estudo (CEZARIO; VOTRE, 2008). Nesta pesquisa, optou-se por chamá-las de *variáveis independentes*.

Segundo Cezario e Votre (2008), “a variação é facilmente detectada, pois para ela ocorrer é necessário simplesmente o favorecimento do ambiente linguístico.” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 150). Segundo os autores, esse ambiente linguístico também pode ser denominado de extralinguístico, porque abarca o contexto social no qual o indivíduo está inserido, como escolaridade, localização geográfica, viagens, etc. De acordo com Freitag (2015), a variação linguística pode ser discutida em duas vertentes: a social e a estilística. Esta pesquisa terá como alicerce a social, que “[...] tem como objetivo identificar traços da língua que caracterizam subgrupos em uma sociedade heterogênea.” (FREITAG, 2015, p. 30), pois o interesse é compreender quais são traços linguísticos que particularizam o modo imperativo na comunidade de Montevideinha-BA.

Sobre a mudança, Cezario e Votre (2008) dizem que “para ocorrer uma mudança lingüística, no entanto, é necessária a interferência de fatores sociais, refletindo as lutas pelo poder, o prestígio entre classes, sexos e gerações.” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 151). A Sociolinguística analisa a mudança de um fenômeno não em tempos diferentes, como por exemplo, separando em diacronia/sincronia. O estudo sociolinguístico observa a variação do fenômeno de acordo com seus aspectos sincrônicos e observa as possíveis mudanças em tempo aparente, quando se observa amostras de fala de diferentes gerações, como um sujeito jovem, um na fase adulta e um idoso, por exemplo (CEZARIO; VOTRE, 2008).

4.2 O MÉTODO LABOVIANO

Tendo em vista que a pesquisa será desenvolvida no âmbito da Sociolinguística Variacionista, adota-se a metodologia laboviana, quantitativa (LABOV, 2008 [1972]; TARALLO, 1985). William Labov (2008, [1972]) foi um sociolinguista que desenvolveu um estudo sobre o inglês falado na ilha de Martha 's Vineyard, na qual analisou um fenômeno de mudança fonética, os ditongos /ay/ e /aw/. Esse estudo tornou-se uma referência para as pesquisas que têm como objeto de estudo a análise da língua em uso variável no contexto social.

Além desse estudo, Labov (2008, [1972]) realizou uma pesquisa sobre a variação do ‘r’ que foi denominado como a estratificação social do ‘r’, foi analisado “a presença ou ausência da consoante [r] em posição pós-vocálica em *car, card, four, fourth* (“carro”, “cartão”, “quatro”, “quarto”. (LABOV, 2008[1972], p. 64). Para a análise dos dados, durante essas duas pesquisas, o pesquisador observou o contexto social, dispondo da hipótese de que o contexto social em qual o indivíduo encontra-se inserido condiciona a escolha da variante e que, analisando esse contexto, também é possível explicar o que motivou a escolha do falante. Nessa perspectiva, Labov (2008 [1972]) construiu um novo método de analisar a língua, surgindo como uma crítica em relação às correntes teóricas saussureana (SAUSSURE, 2006 [1916]) e chomskiana (CHOMSKY, 1957), tendo em vista que essas abordagens não consideravam a língua como um sistema heterogêneo e isolavam a língua do seu aspecto social, como já foi dito.

De acordo com Weinreich, Labov, Herzog (2006), esse sistema heterogêneo pode ser compreendido da seguinte forma:

O sistema heterogêneo é então visto como um conjunto de subsistemas que se alternam de acordo com um conjunto de regras co-ocorrentes, enquanto dentro de cada

um desses subsistemas podemos encontrar variáveis que co-variam mas ocorrem estritamente. (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006, p. 108)

Para compreender a heterogeneidade linguística é necessário seguir alguns passos iniciados por Labov (2008, [1972]). Em primeiro lugar, de acordo com o autor, as variações linguísticas podem ocorrer em todo o sistema linguístico, e todos os níveis estão suscetíveis à variação, desde o fonológico até o discursivo. No caso da presente pesquisa, o olhar volta-se para o nível morfossintático.

Em segundo lugar, é preciso saber que uma das etapas do método de pesquisa de Labov (2008, [1972]), quando investigou sobre a mudança fonética dos ditongos /ay/ e /aw/ e a estratificação do 'r', é a entrevista espontânea, que deve ocorrer de forma que o entrevistado não perceba o objetivo, para que isso ocorra anônima, na qual o entrevistador conversa com o indivíduo, realizando perguntas casuais e depois se retira para fazer as anotações. Após esta etapa, considerando o seu método, prossegue-se a coleta de dados linguísticos, retirados a partir das entrevistas e, em seguida, realiza-se a análise dos dados, considerando os fatores linguísticos e extralinguísticos envolvidos no fenômeno, a exemplo do trabalho de Labov, sendo as variáveis independentes “a loja, o andar da loja, sexo, idade [...], cargo [...], raça e sotaque nacional ou estrangeiro [...]” (LABOV, 2008 [1972], p. 70), distribuindo-se em variáveis sociais ou linguísticas.

Quanto às variáveis sociais, Labov (2008 [1972]) destaca a questão identitária ao dizer: "aqui, o caráter geral da área residencial pode servir à mesma função diferenciadora das três lojas de departamentos citadas acima” (LABOV, 2008 [1972], p. 88). Neste trecho, o autor relata que é muito importante a forma como aquele sujeito é identificado na sociedade, a camada social a qual pertence, o local em que reside, entre outras características que podem ser observadas por meio da identidade.

Para além disso, Tagliamonte (2012) afirma que as variações linguísticas não surgem na base da pirâmide social ou no topo, por isso, é importante conhecer a identidade do informante. Segundo a autora, “(...) as mudanças linguísticas não se originam nas classes sociais mais altas ou mais baixas, mas na classe média. Isso produz um padrão arqueado por classe social e tem sido chamado de “hipótese curvilínea”.” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 31). Sobre esse fato, Labov (2008 [1972]) discute que as variações chegam à base da pirâmide com uma certa facilidade e podem alcançar o topo da pirâmide, já que o mesmo mantém as variáveis conservadoras. Então é na classe média que o fenômeno se encontra em variação, tendo em vista que esta classe social busca atingir o topo da pirâmide social.

De acordo com Tarallo (1985), Labov é rotulado como pioneiro da Sociolinguística quantitativa, cuja principal característica é a precisão numérica para observar o comportamento do fenômeno na comunidade. Assim sendo, a pesquisa sociolinguística, na visão do autor, “opera com números e tratamento estatístico dos dados coletados.” (TARALLO, 1985, p. 8). Portanto, um dos pontos-chave da pesquisa Sociolinguística quantitativa é verificar o fenômeno no *corpus* de fala, levantar a quantidade de ocorrências, e observar qual a variante linguística predominante do fenômeno naquela determinada comunidade. Com o fito de realizar uma pesquisa dessa natureza, escolheu-se o *corpus* da comunidade de Montevidinha - BA, conforme apresenta-se, a seguir.

4.3 A COMUNIDADE DE MONTEVIDINHA, BAHIA

A fim de compreender a comunidade, é importante observar o conceito de formação de quilombo, que, de acordo com Amorim & Germani (2005):

O conceito Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades formadas predominantemente por negras e ocupam terras na área rural. São os laços de consanguinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. Trata-se de estratégias desenvolvidas no processo histórico de adaptação ao ambiente, concomitante com práticas de proteção aos recursos naturais disponíveis. (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 797).

A formação dos quilombos foi um movimento de defesa, das péssimas condições às quais as pessoas escravizadas eram submetidas, porém elas continuaram a ser caçadas e seus direitos sobre aquele território eram negados. Algumas comunidades quilombolas ainda não são reconhecidas oficialmente não apenas no oeste da Bahia, como em outras localidades rurais no estado.

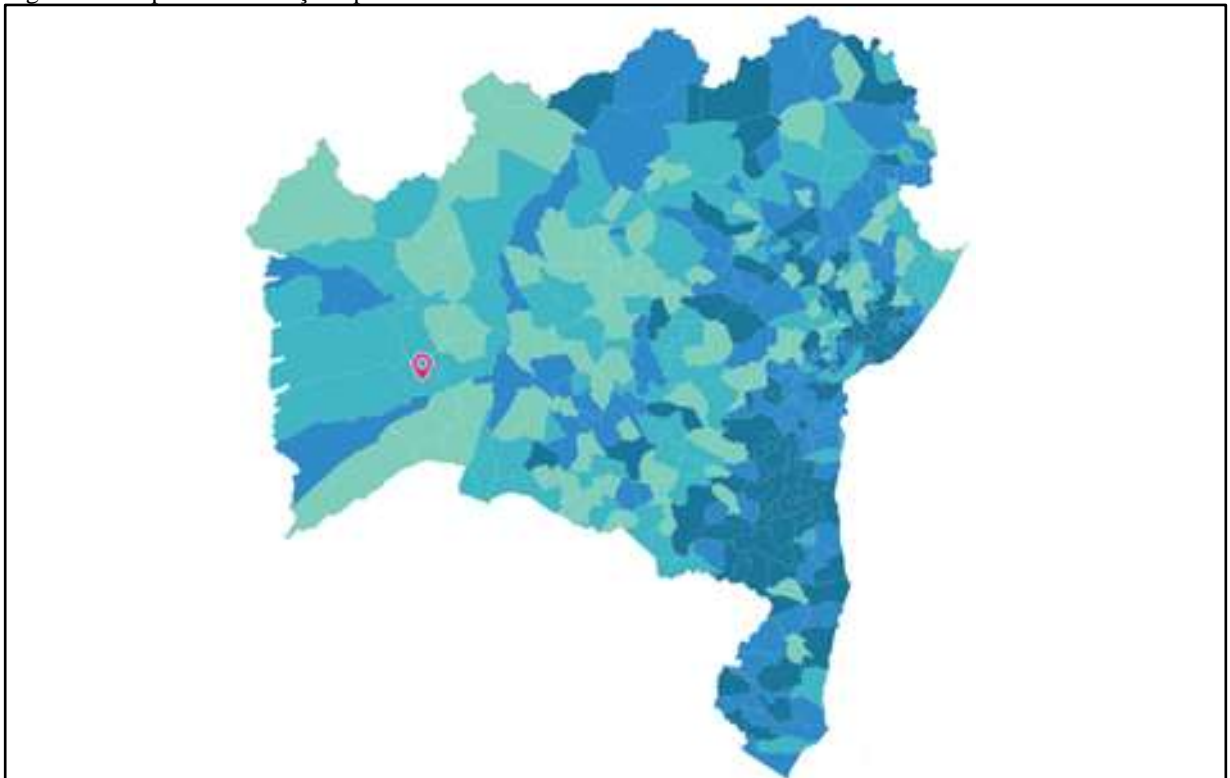
Apesar de haver poucos registros históricos sobre a presença de africanos escravizados no oeste baiano, é possível realizar algumas reflexões sobre a formação da comunidade quilombola de Montevidinha-BA, a partir de alguns estudos sobre a formação populacional e de quilombos no oeste da Bahia, e também das narrativas dos próprios informantes do *corpus*.

Antes de tudo, é preciso mencionar que a colonização do oeste da Bahia se deu por meio da expansão da pecuária, conforme Magalhães *et al.* (2014) aponta: “O início da conquista e colonização do Oeste baiano é consequência da expansão da criação de gado bovino na capitania da Bahia, na segunda metade do século XVII.” (MAGALHÃES *et al.*, 2014, p. 2). Considerando esse fato histórico, o autor diz que, até os dias atuais, a agropecuária continua

sendo uma importante fonte econômica para o oeste da Bahia. Segundo Magalhães *et al.*, durante o período do império, a região oeste pertenceu a dois estados, sendo eles Pernambuco e Minas Gerais, e foi reintegrada ao estado da Bahia em 1827. Como em todo o território brasileiro, os indígenas eram os habitantes naturais das terras, e os africanos foram trazidos para compor a mão de obra em regime de escravidão. No que se refere ao território do oeste da Bahia, não foi diferente: havia a presença dos indígenas e de descendentes de africanos e afro-brasileiros alforriados, segundo o autor. Sob seu ponto de vista, “a escravidão esteve presente nesta região através da exploração da mão de obra indígena e africana.” (MAGALHÃES *et al.*, 2014, p. 11).

Montevidinha é uma comunidade quilombola, reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares (FCP), (Portaria da FCP nº 98/2007 e do Decreto Presidencial nº 4887/2003), localizada no oeste do estado da Bahia, no município de Santa Maria da Vitória, a 936 km da capital baiana, como se observa no mapa na figura 1, a seguir.

Figura 1 - Mapa da localização aproximada da comunidade de Montevidinha na Bahia



Fonte: IBGE (Acesso em: 02 de março de 2021)

Conforme Souza (2019) e Bello, Ortega e Oliveira (2010), Montevidinha está no centro de quatro vilarejos, que são Cafundó dos Crioulos, Baixa da Onça, Currais e Pau Lavrado. Segundo esses autores, esses locais têm em comum as seguintes atividades econômicas:

agricultura familiar, plantio de mandioca, cana de açúcar, feijão, milho, arroz e as tradições culturais (BELO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010).

No período da coleta dos dados, habitavam a comunidade em torno de 1.800 habitantes, que vivem da agricultura de subsistência, assim como outras comunidades afro-brasileiras já mencionadas neste trabalho. Os moradores dessa comunidade são descendentes das gerações de africanos que foram colonizados e escravizados no território brasileiro e que se refugiaram no interior do estado (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010; SOUZA, 2019).

Sobre as características sociais, Souza (2019) confirma que é reduzida a influência da sociedade urbana no cotidiano da comunidade, o que colabora com a preservação da cultura e dos traços linguísticos da comunidade. Entre os aspectos sociais, Bello, Ortega e Oliveira (2010) elencam as festas de caráter religioso, a saber: as festas de Nossa Senhora do Rosário e a do Divino Espírito Santo, que fazem parte da cultura quilombola. Outro elemento importante é a relação dos laços consanguíneos, de acordo Bello, Ortega e Oliveira, (2010):

Entende-se por parentesco o vínculo que une pessoas pela hereditariedade, pela afinidade ou pela adoção. A relação de compadrio também se dá pelas relações sociais estabelecidas, partindo do princípio da identidade cultural estabelecida entre si. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 21)

A maioria de seus habitantes têm relações de parentesco, ou relações de respeito como por exemplo de compadres. Outro aspecto cultural são as credices, já que eles acreditam no poder das plantas medicinais para curar enfermidades.

Sobre a formação sócio-histórica da comunidade, Souza, Barros e Oliveira (2020) demonstram que, a partir dos registros orais, sobretudo dentre os mais velhos, foi possível constatar que “os primeiros negros a ocuparem o território atual vieram da região de Macaúbas, município baiano colonizado no século XVIII por portugueses, na região da Chapada Diamantina, meridional na Bahia” (SOUZA; BARROS; OLIVEIRA, 2020, p. 231-232). Além disso, os autores comentam que há evidência da presença indígena quando os informantes relatam o parentesco com “caboclos” descendentes de tapuias¹⁹:

Sabe-se também da participação indígena nessa formação por meio das narrativas de seus membros, bem insistentes ao dizer que uma das suas ascendentes era uma cabocla, para os quais “caboca” é sinônimo de “esses índios, do povo lá de Macaúbas. [...] Minha bisavó foi pegada de dente de cachorro, porque era Tapuia” (MVD, INF 11, 86 anos) (SOUZA, BARROS, OLIVEIRA, 2020, p. 232).

¹⁹ Tapuia: termo tupi utilizado para designar povos indígenas não-tupi (Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tapuias>)

Souza (2019) acrescenta mais informações sobre a origem sócio histórica: “dada a sócio história apresentada, verifica-se a origem quilombola, provavelmente da região da Chapada, e indígena, provavelmente dos Tuxás ou Tupinaés, predominantes em Macaúbas” (SOUZA, 2019, p. 79). A formação da comunidade de Montevidinha-BA é marcada principalmente por afro-descendentes, mas também com evidência de relacionamentos miscigenados e com descendentes de mães indígenas. Além disso, seus habitantes, embora por vezes tenham contato com o centro urbano de Santa Maria da Vitória, vivem afastados das interações diárias da sua sede de caráter rurbarno, longe da capital baiana. Esses dados históricos levam ao raciocínio de que no *corpus* em análise, o fenômeno de imperativo pode ser uma evidência desse contato entre línguas e etnias.

4.4 O CORPUS

Nesta pesquisa, o *corpus* é extraído do banco de dados do projeto o Projeto *Os Falares Baianos do Além São Francisco* (CAAE²⁰: 50466015.00000.5531), coordenado pela Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em parceria com a Profa. Dra. Isis Juliana Figueiredo de Barros, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O acervo disponibiliza amostras de fala vernaculares da comunidade de Montevidinha-BA, que pertence ao município de Santa Maria da Vitória-BA, a 850 km da capital. O *corpus* é constituído por entrevistas de cunho semiestruturadas, com duração mínima de 40 minutos e máxima de 50 minutos, contém 16 inquéritos, subdividido em 3 faixas etárias que estão distribuídas de forma proporcional por 50% de informantes do sexo masculino e 50% do sexo feminino, como se observa no Quadro 7, a seguir.

²⁰ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

Quadro 7 - Informantes

FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
MTV-inf. 01-M-33a-F-N	MTV-inf. 05-F54 ase	MTV-inf. 09- M-71a-S-N
MTV-inf. 02-F-26a-F-N	MTV-inf. 06-F-50a-S-N	MTV-inf. 10 -F-73a-A-N
MTV-inf. 03-M-36a-S-N	MTV-inf. 07-F-47a-A-N	MTV-inf. 11- F-86a-A-N
MTV-inf. 04-F-25a-F-E	MTV-inf. 08-M-43a-A-N	MTV-inf. 12- M-65a-S-N

Legenda: inf.: informante; F: feminino; M: masculino; a: anos; S: semialfabetizado; A: Não alfabetizado; F: Alfabetizado; N: nunca esteve fora da comunidade; E: esteve fora da comunidade.

Fonte: Adaptado do projeto *Falem*

Como se pode observar, esse *corpus* está estratificado em sexo, classificado em masculino e feminino, e faixa etária, que está organizado assim: faixa I (25 a 36 anos); faixa II (43 aos 55 anos); e faixa III (acima dos 65 anos). Outras variáveis sociais também foram controladas pelo projeto *Os Falares Baianos do Além São Francisco*, como: viagens para fora da comunidade, divididas entre o período de 0-6 meses e acima de 6 meses, a fim de verificar se há maior influência da capital de Goiás, destino principal dos habitantes, e escolaridade, distribuídas em não alfabetizados (nunca frequentou a escola), semialfabetizados e alfabetizados, sendo esta característica exclusiva da faixa dos mais jovens. A exposição à mídia na comunidade é considerada baixa, uma vez que eles não têm fácil acesso à internet e o acesso à TV.

A seguir apresenta-se o *corpus* de controle²¹:

Quadro 8 - *Corpus* de controle

Feminino	Masculino
MTV-inf. 14-F-46a-F-E	MTV-inf. 15-M-60a-A-N
MTV-inf. 16-F-73a-S-N	MTV-inf. 13-M-34a-S-N

Fonte: Adaptado do projeto *Falem*

A escolha de analisar também o *corpus* de controle se justifica pela insuficiência dos dados coletados. Ressalta-se que, com a inclusão do *corpus* de controle, a distribuição por faixas etárias passou a seguir o seguinte intervalo: jovens, entre 25 e 36 anos; adultos, entre 43 e 55 anos; e idosos, acima de 60 anos. Nesta pesquisa, adota-se a metodologia quantitativa proposta por Labov (2008 [1972]), conforme explicado na seção anterior, que instrui a realizar uma coleta significativa de dados.

²¹ *Corpus* de controle são dados, que estão encaixados em nenhum dos quesitos descritos, ou seja, não correspondem aos fatores que foram definidos.

Tarallo (1985) descreve como deve ocorrer a coleta dos dados: o primeiro passo é a entrevista, que deve ser de cunho narrativo e de experiências pessoais, pois o informante tende a dedicar sua atenção ao emocional, desta maneira, capta o vernáculo.

A narrativa de experiência pessoal é a mina de ouro que o pesquisador-sociolinguísta procura. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativo, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. A desatenção à forma, no entanto, vem sempre embutida numa linha de relato, a que chamaremos “estrutura narrativa”. (TARALLO, 1985, p. 23)

Para a realização da entrevista, o modelo do projeto *Os Falares Baianos do Além São Francisco* se caracteriza como um diálogo simples entre o documentador e o informante, de forma livre, a partir de perguntas simples durante a condução da entrevista. Os temas que mais surgiram nas entrevistas são: i) os acontecimentos do passado; ii) a história da comunidade; iii) histórias pessoais; iv) ensinamentos como por exemplo receitas caseiras; iv) relatos sobre as tradições culturais.

Durante a coleta dos dados, é necessário ter cuidado com a escolha das palavras, pois o documentador pode interferir nos resultados da pesquisa ao longo da sua fala, incorrendo no que é denominado como paradoxo do observador Tarallo (1985). De acordo o autor, essa definição diz respeito à possível influência que o documentador pode provocar no informante. Para que isso não ocorra, Tarallo recomenda que “tal neutralização pode ser alcançada no momento em que o pesquisador se decide a representar o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades.” (TARALLO, 1985, p. 21). Desta forma o sociolinguísta chegará mais perto de alcançar seus objetivos na coleta de dados, que é a coleta do vernáculo, isto é, da fala natural e espontânea do entrevistado.

Outra etapa relevante é a seleção dos informantes que, conforme Tarallo (1985), é necessário que o informante seja natural da comunidade ou que no mínimo tenha chegado à comunidade com 5 anos, residindo naquele local desde então. É assim que se caracterizam os moradores de Montevidinha-BA, comunidade em foco nesta pesquisa. Chama-se a atenção para o fato de que apenas a informante MTV-04, da faixa I, possui emprego em Santa Maria da Vitória, residindo nos últimos 5 anos na cidade até a data da entrevista.

Estamos cientes de que os dados encontrados são poucos, pois de acordo com Lamberti e Schwenter (2018), “normalmente, os dados naturais que se analisam nas pesquisas variacionistas são de entrevistas sociolinguísticas, as quais quase nunca contêm exemplos abundantes de imperativos.” (LAMBERTI; SCHWENTER, 2018, p. 237). Em outras palavras, no processo de coleta de fala espontânea por meio de entrevista, de forma geral, encontram-se

poucos dados do modo imperativo, tendo em vista que neste formato, não se segue um roteiro semiestruturado ou estruturado, a fim de captar um fenômeno específico, como o estímulo à produção das formas imperativas, por exemplo. Considerando esse contratempo, foi possível extrair apenas um total de 52 ocorrências de imperativo, conforme se verifica na seção de descrição dos dados. A seguir, será apresentado o tratamento dos dados, de acordo com as diretrizes do projeto *Falem*, sendo que a primeira etapa é a transcrição dos dados, após a finalização da transcrição, há a revisão da transcrição, em seguida, o pesquisador realiza a coleta dos dados do fenômeno de seu interesse, como nesta pesquisa, em que foram coletados os dados do modo imperativo no *corpus* de Montevidinha-BA.

4.5 TRATAMENTO DOS DADOS

No projeto “*Falem*”, as gravações de áudio das entrevistas espontâneas foram transportadas para um computador e para o drive do projeto. Em seguida, os dados foram submetidos ao processo de transcrição, utilizando-se o programa *transcriber* versão 1.5.1 para realizar a transcrição. Os dados estão transcritos, mas não revisados, por essa razão, durante o processo da análise, foi realizada uma revisão da transcrição dos dados levantados do fenômeno estudado o modo imperativo, com base na chave de Transcrição do Projeto *Vertentes*, conforme o padrão seguido pelo Projeto *Falem*.

Para garantir a qualidade dos dados e fidelidade ao texto oral, o procedimento da transcrição dos dados ocorreu da seguinte forma:

- 1) Transcrição do áudio: transposição do texto oral para uma versão escrita, pelo projeto *Os Falares Baianos do Além São Francisco*;
- 2) Oitiva de áudios: primeira sondagem dos dados;
- 3) Revisão da transcrição dos dados de imperativo, com base na oitiva;
- 4) Revisão de leitura: revisão realizada, a partir do texto escrito para assegurar a legibilidade sem suporte oral.

Após a finalização da transcrição dos dados coletados, inicia-se a análise quantitativa que foi executada no programa estatístico Goldvarb 2001. O programa Goldvarb 2001 é um aplicativo para análise multivariada (TAGLIAMONTE *et al.*, 2001). O programa foi criado pela universidade de York em uma parceria com o departamento de linguagem e ciências linguísticas e serviços de informática. Embora estivesse prevista a análise binominal estatística (TAGLIAMONTE *et al.*, 2001) do modo imperativo, não foi possível, uma vez que os dados foram categóricos em favor de uma variante dependente, como se observa na seção 5.

Como o programa é utilizado durante a análise estatístico-quantitativa, é necessária a codificação dos dados, com base no envelope de variação, que deu origem à chave de codificação (em anexo). Portanto, na próxima seção, apresenta-se o envelope de variação. Após a coleta de dados, inicia-se o processo da descrição das variáveis sociais e linguísticas, além dos critérios para escolha dos dados e descarte de dados não contemplados na pesquisa.

Os critérios para a seleção e descarte dos dados foram embasados em Santos (2016) e nas postulações das gramáticas. A escolha em adotar os critérios de Santos (2016) efetuou-se devido ao fato de a autora ter estudado as comunidades rurais afro-brasileiras, contexto

semelhante à comunidade de Montevidinha-BA. Os critérios foram adotados com o propósito de apresentar os aspectos distintivos entre o modo imperativo e o modo indicativo no singular, desta forma, assegura-se o carácter imperativo das sentenças selecionadas, como é demonstrado no Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 - Os aspectos distintivos entre o modo imperativo e modo indicativo.

MODO IMPERATIVO	MODO INDICATIVO
<p>“Agora cês dois se vire aí” (POS-01) “Você não faça isso” (POS-09) “Você num venha não que eu lhe atiro” (SAR03) “Tu estuda, Vera, que é bom!” (POS-08)</p>	<p>“Num vai na praia ninguém, tá frio!” (sub 06) “Cê num vai sai pa lugá nenhum” (ITA-02)</p>
Ato diretivo de fala	Ato de fala assertivo
Predomínio do falante	Predomínio do assunto
Traço semântico-pragmático de ordem, pedido, exortação ou afins.	Intenção comunicativa de informação ou declaração.
Tem como resposta uma ação física ou verbal	Tem como resposta um juízo de verdade
Admite, no contexto, a variação (cante~canta)	Não admite, necessariamente, a variação (cante~canta)

Fonte: Santos (2016)

Demonstrados os critérios de seleção dos dados, sendo critérios determinantes admissão do contexto de variação, possuir o traço semântico-pragmático e ter o predomínio do falante, a seguir, descrevem-se os dados descartados. Foram descartados os dados em que apresentavam a intenção de fazer um comunicado de *informação* ou *declaração*, que tinha como resposta um juízo de verdade, instrução com o verbo infinitivo e os dados que o contexto que não permitiam a variação, sendo um total de 31 ocorrências, como observa-se no Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - Dados descartados

Intenção de comunicação: “Fala”; “Pode procurar que eu respondo pro cê” (MTV-07)
Resposta com um valor de juízo de verdade: “Passa, mais ele tem que passar pru lá primeiro” (MTV-01)
Sujeito presente no enunciado: “cê colocar a água no fogo” (MTV-06)
Primeira pessoa do plural: “vamos chegar para dentro”; “Não, vamo, vamo conversar outra coisa” (MTV-05)
Contextos que não permite a variação: “vamos chegar para dentro” (MTV-04)
Instrução com o verbo infinitivo: “limpar o mato assim oh... pra aprender, sabe?” (MTV-08)

Fonte: Elaboração própria.

Na sequência apresenta-se o envelope de variação com as variáveis linguísticas e sociais consideradas na presente pesquisa.

4.6 APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DE VARIAÇÃO

Este trabalho se propõe a responder ao problema do encaixamento linguístico (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006), partindo da hipótese de que nenhuma mudança ocorre livremente, posto que é desencadeada por fatores linguísticos e por fatores sociais. A pesquisa tem como propósito identificar qual variante do modo imperativo é usada como padrão pelos habitantes da comunidade de Montevidinha-BA. Considerando esse objetivo, foram consideradas neste trabalho as seguintes variáveis *dependentes* e *independentes*, a partir de uma chave de codificação (no apêndice):

- *Variável dependente*: Imperativo associado ao indicativo; Imperativo associado ao subjuntivo;
- *Variáveis independentes linguísticas*: Gradação semântica; Polaridade de estrutura; Número da segunda pessoa; Variável Conjugação do verbo; Paralelismo discursivo; Pronome usado pelo interlocutor; Morfologia Verbal; Realização do vocativo; Tipo de discurso; Saliência morfofonológica; Verbos Regulares da Primeira Conjugação;
- *Variáveis independentes sociais*: Faixa Etária; Sexo; Escolaridade; Estada fora da comunidade.

Antes de partir para a próxima seção, cabe ressaltar que toda a presente pesquisa foi realizada, em busca de uma variação da forma imperativa. No entanto, os dados coletados indicaram a realização categórica da forma indicativa. Por essa razão, na seção a seguir, são descritos os resultados da pesquisa, de acordo com os contextos de realização do imperativo indicativo.

5 O MODO IMPERATIVO EM MONTEVIDINHA, BAHIA

Nesta seção, são apresentados os resultados da investigação sociolinguística sobre o uso do imperativo na comunidade de Montevidinha-BA. A descrição dos dados baseia-se na codificação dos fatores linguísticos apresentados pela literatura vigente como condicionantes do fenômeno em estudo, na seção 2.3, sendo excluídos os dados que não se enquadraram nos critérios estipulados na seção 4.5. Como já mencionamos na seção 4.4, com o levantamento dos dados, observou-se que o fenômeno ocorria uma baixa frequência, resultando em poucos dados para o modo imperativo, com o total de 52 ocorrências. A quantidade é por conta da natureza do *corpus*, entrevista espontânea, situação em que nem sempre se observa o fenômeno do imperativo.

Ainda sobre os aspectos gerais dos dados, a princípio, seria realizado um estudo binominal do fenômeno, a partir do programa estatístico Goldvarb 2001, a fim de verificar a variação do fenômeno na comunidade, conforme está fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística. No entanto, ao final da codificação dos dados, observou-se o uso categórico do modo imperativo associado ao indicativo na comunidade de Montevidinha-BA, não apresentando variação. No decorrer da análise referente ao *corpus* de Montevidinha-BA, o resultado obtido não apresentou nenhuma ocorrência do modo imperativo associado ao subjuntivo, concorrendo com a forma indicativa. Apesar disso, os dados foram rodados no programa estatístico apenas no intuito de se obter as frequências (%) do imperativo associado ao modo indicativo quanto aos contextos de uso, conforme se descreve a seguir.

Ainda no projeto desta pesquisa, levantou-se a hipótese geral de que o imperativo associado ao indicativo seria mais favorecido no *corpus* analisado, considerando dois pontos teóricos principais: 1) os dados apresentados em Alves (2008) e em Santos (2016), cujos resultados apontam para uma tendência do uso do indicativo nas comunidades do interior da Bahia, ainda que essas comunidades apresentem também o uso do imperativo associado ao subjuntivo em uma frequência menor; e 2) a hipótese da TLI em comunidades rurais isoladas (LUCCHESI; BAXTER, 2009), por tratar de uma comunidade isolada e composta na maioria da sua população descendentes de escravos refugiados em quilombos e, por conseguinte, apresentariam traços da situação do contato entre línguas, por ser a variante menos marcada. Tendo em vista o resultado apresentado a seguir, pode-se dizer que, sobre o *corpus* de Montevidinha, pode-se considerar que a hipótese geral foi parcialmente evidenciada no tratamento dos dados, ainda que não tenha se observado variação.

Diante desse resultado, a presente seção é sobre a descrição dos dados, levando-se em conta as hipóteses que foram empregadas para cada variável antes mesmo do levantamento dos dados. A compreensão sobre as frequências é descrita com base nos resultados demonstrados pelas pesquisas sociolinguísticas sobre o fenômeno, conforme na seção 2.3, e na TLI e no contexto sócio-histórico do PB e da comunidade de Montevidinha-BA.

Adiante, seguindo a mesma organização da seção 2.3, apresenta-se a descrição dos contextos linguísticos relacionados à *abordagem verbal* (seções de 2.3.1 a 2.3.2), à *estrutura da sentença* (seções de 2.3.2 a 2.3.3), *ao discurso* (seções de 2.3.3 a 2.3.4), e, por fim, com a descrição dos *contextos sociais* (seções de 2.3.4 a 2.3.5).

5.1 A ABORDAGEM VERBAL DO IMPERATIVO

Nesta seção apresenta-se a descrição dos resultados sobre a quantidade e a frequência obtidas para os contextos relacionados à abordagem verbal. Foram controlados os seguintes aspectos: i) *conjugação verbal*; ii) *vogal precedente de verbos regulares da primeira conjugação*; iii) *saliência morfofonológica*; vi) *morfologia verbal*. No Quadro 11, são apresentados os aspectos relacionados aos aspectos verbais.

Quadro 11 - Síntese dos contextos linguísticos relacionados à abordagem verbal.

Contextos linguísticos	Fatores / Exemplos
Conjugação Verbal	1º conjugação: “Senta aí” (MTV-04) 2ª conjugação: “ <i>Mexe</i> a farinha fica delicioso”. (MTV-06) 3º conjugação: “ <i>Sai</i> daqui menino”. (MTV-13)
Vogal precedente de verbos da 1ª conjugação	Vogal +aberta: “aí <i>abafa</i> ela” (MTV-06) Vogal - aberta: “eu vou, a mãe: chama sua mulher pra almoçar aqui” (MTV-02)
Saliência morfofonológica	Nível I: “agora <i>joga</i> lá na panela pra fritar” (MTV-06) Nível II: <i>vende</i> meu fi. (MTV-13) Nível III: <i>sai</i> daqui, porque você quer entrar. (MTV-13) Nível IV: <i>vem</i> aqui Ando. (MTV-07)
Morfologia Verbal	Forma Simples: mãe <i>faz</i> isso não, que é fei. (MTV-02) Locução verbal: “oia e <i>torna</i> lavar bem lavadinho” (MTV-06)

Fonte: Elaboração própria (2021).

A descrição dos dados segue a mesma ordem do quadro apresentado, na seção 5.1.1, sobre a conjugação verbal; na seção 5.1.2, sobre a vogal precedente de verbos da 1ª conjugação; na seção 5.1.3, sobre a saliência morfofonológica; e na seção 5.1.4, sobre a morfologia verbal.

5.1.1 Conjugação Verbal

Para a descrição desse contexto, optou-se por seguir a metodologia proposta por Oliveira (2017), na qual, a autora considera que os verbos regulares são mais frequentes no paradigma da primeira conjugação terminados com “ar” e evidência menor saliência entre as formas do indicativo e subjuntivo “Canta/cante” (OLIVEIRA, 2017, p. 37). Conforme a autora, os verbos irregulares geralmente são verbos terminados em “er” e “ir” (2º e 3º conjugação), e apresentam maior saliência fônica quando são flexionados no subjuntivo “traz/traga”, “vem/venha”. (OLIVEIRA, 2017, p. 37). Além disso, de acordo com Alves (2009) e Oliveira (2017), os verbos da primeira conjugação favorecem a realização do modo imperativo associado ao indicativo, enquanto os verbos da segunda e terceira conjugação desfavorecem o uso do modo imperativo associado ao indicativo. Dessa forma levantou-se a hipótese de que a comunidade de Montevidinha-BA apresentaria maior ocorrência da primeira conjugação associada ao indicativo, por corresponderem à forma menos marcada, enquanto as demais conjugações favoreceriam a realização do modo subjuntivo.

Nos dados de Montevidinha-BA, observou-se que o imperativo associado ao indicativo ocorreu no principalmente no contexto dos verbos da 1º conjugação, totalizando 58% das ocorrências, tendo em vista que essa porcentagem corresponde a 30 das 52 ocorrências em que os verbos da 1º conjugação foram empregados, como se pode observar no exemplo em (1a-b).

- (1) a. tem, Ma, bota lá na geladeira, na geladeira lá, é, depois pega. (MTV-01)
 b. caminha muleque (MTV- 09)

Em segundo lugar, encontram-se os verbos da 3º conjugação, que corresponde a 27%, e que equivale a 14 das 52 ocorrências, como se observa no exemplo em (2a-b).

- (2) a. Vai Ando, cê mais Ailon. (MTV-07)
 b. Sai daqui menino. (MTV-13)

Já os verbos da 2^o conjugação, representados por 15% das ocorrências, ocorreu em 8 das 52 ocorrências, como nos exemplos em (3a-b).

- (3) a. Ai pega e corta as folhas de couve, bem miudinha, joga na gordura, depois joga o feijão, nossa! *Mexe* a farinha, fica delicioso. (MTV-06)
 b. Vou te pegá agora, *desce* daí. (MTV-04)

Sobre esse contexto, a partir da análise das revistas em quadrinhos “Menino Maluquinho”, Alves (2009) demonstra que o modo imperativo associado ao indicativo ocorreu com maior frequência nos verbos da 1^o conjugação, com percentual de 75,7%, e com os verbos de 2^o e 3^o conjugações em menos frequência. Esse resultado caracteriza a região de Minas Gerais, segundo o autor. Por conta desse resultado, assume-se a hipótese explicativa de que resultado categórico do modo imperativo da comunidade de Montevidinha-BA pode ter sido influência do contato com a região centro-oeste do Brasil, dado que o modo imperativo associado ao indicativo apresenta alta frequência na região centro-oeste, de acordo com Scherre (2007) e Cardoso (2009). Além disso, observando o resultado dos dados de Montevidinha-BA, percebe-se que o modo imperativo associado ao indicativo apresenta maior frequência na 1^o conjugação verbal, testado parcialmente a hipótese apresentada, uma vez que não há variação com o imperativo no subjuntivo.

5.1.2 Vogal precedente de verbos regulares da primeira conjugação

Conforme Santos (2016) e Jesus (2006), os verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente [+aberta] podem motivar o emprego do modo imperativo associado ao indicativo, em oposição aos verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente [-aberta], que podem ocasionar o uso do subjuntivo, tendo como base as discussões propostas por Scherre (2007); Santos (2016); Diniz (2018). Além disso, Santos (2016) diz que “haveria, portanto, uma espécie de harmonização vocálica entre a vogal precedente e a vogal do morfema.” (SANTOS, 2016, p. 135), o que motivaria o emprego de outra vogal [+aberta]. Lançou-se, por conseguinte, nesta pesquisa, a hipótese de que os verbos de vogal precedente [+aberta] da primeira conjugação apresentam maior uso dentre os falantes, favorecendo ao modo imperativo associado ao indicativo, em detrimento da forma do imperativo associado ao subjuntivo.

O resultado indicou que os *verbos regulares com vogal precedente [+ aberta]* são realizados no contexto do modo imperativo associado ao indicativo na comunidade estudada, com percentual de 78%, que corresponde a 25 das 32 ocorrências, como nos exemplos em (4a-b).

- (4) a. coloca lá um pouquinho de óleo. (MTV-07)
 b. bota no copo, aí abafa ela. (MTV-06)

Já *verbos regulares com vogal precedente [-aberta]* ocorrem com menos frequência no contexto do imperativo associado ao indicativo, tendo em vista que aconteceu em 8 das 52 ocorrências, correspondente à frequência de 22% dos dados. Os exemplos em (5a-b) ilustram essas ocorrências.

- (5) a. Senta aí. (MTV-04)
 b. eu vou, a mãe: chama sua mulher pra almoçar aqui. (MTV-02)

A hipótese para os verbos regulares da 1^o conjugação é que as vogais abertas iriam ser atuantes no contexto do modo imperativo associado ao indicativo. Observando o resultado, percebe-se que os *verbos regulares com vogal precedente [+ aberta]* ocorreu com maior frequência no modo imperativo associado ao indicativo, confirmando parcialmente a hipótese, uma vez em que não se observa variação com o modo subjuntivo.

5.1.3 Saliência morfofonológica

A variável *saliência morfofonológica* é uma variável significativa, porque traz a informação do nível de marcação morfológica que o verbo apresenta, podendo influenciar na realização do modo imperativo, se indicativo ou subjuntivo. Para fins de comparação, observou-se os dados de Santos (2016) em relação ao português popular rural, cujo resultado se revelou da seguinte forma: o nível III é mais favorável à realização da forma do modo imperativo associado ao subjuntivo e não favorece o imperativo associado ao indicativo; os níveis I e IV ficaram próximos à neutralidade; e o nível II desfavorece as formas do modo imperativo associado ao subjuntivo, mas favorece ao modo imperativo associado ao indicativo. A autora afirma que esse resultado não está em conformidade com o que Scherre (2004) defende, uma vez que a maior saliência morfofonológica, forma mais marcada, deveria favorecer o emprego do imperativo associado ao subjuntivo.

Sobre o *corpus* de Montevidinha-BA analisado, a hipótese é a de que, considerando que os verbos da 1ª conjugação verbal são os menos marcados, supõe-se que o modo imperativo associado ao indicativo ocorre principalmente com verbos do nível I, como demonstrado na seção 2.3.1. Assim, por outro lado, o nível II seria propenso ao uso do modo subjuntivo, por compor o quadro de verbos da 2º e 3º conjugação. Quanto ao nível III e IV, devido à sua característica de marcação interna saliente, a hipótese é a de que haja maior favorecimento do modo imperativo associado ao subjuntivo.

O resultado demonstrou que o imperativo associado ao indicativo ocorreu com maior frequência no contexto do nível I, com o percentual de 77%, estando presente em 39 das 52 ocorrências, como pode-se observar nos exemplos em (6 a-b).

(6) a. coloca dentro quando estiver frio. (MTV-06)

b. lava ele, bem lavadinho. (MTV-10)

Ainda que não se observe dados de subjuntivo no *corpus*, e muito menos quanto aos níveis II, III e IV, a baixa frequência nesses níveis podem indicar que a comunidade de Montevidinha-BA prioriza o uso de verbos no nível I no que se refere ao imperativo associado ao indicativo, e desfavorece o uso de verbos nos demais níveis quanto ao imperativo associado ao indicativo, como se observa nos exemplos em (7), (8) e (9).

A observação dos dados permite dizer que o imperativo associado ao indicativo ocorreu em menor frequência com os verbos no nível II, correspondendo ao valor percentual de 3% e a valor absoluto de 2 ocorrências do total de 52, como no exemplo em (12a-b).

(7) a. vende meu fi. (MTV-13)

b. vende na cadeira, assim de lado. (MTV-13)

Em relação ao nível III, observou-se uma baixa frequência da realização do imperativo associado ao indicativo, com o percentual de 5%, sendo visualizado apenas em 3 das 52 ocorrências, como pode-se notar nos exemplos em (8a-b).

(8) a. sai daqui menino (MTV-13)

b. sai daqui, porque você quer entrar. (MTV-13)

Já em relação ao nível IV, o modo imperativo associado ao indicativo ocorreu também em menor frequência se comparado à realização com verbos do nível I, porém é mais frequente quando são verbos o nível II e III. O modo imperativo associado ao indicativo ocorreu em 15% no nível IV, com 8 das 52 ocorrências, conforme é ilustrado no exemplo em (9a-b).

- (9) a. *vai* com Deus. (MTV-07)
 b. *vem* aqui Ando. (MTV-07)

Dado o resultado obtido no presente estudo, considerou-se importante fazer uma comparação com o estudo de Santos (2016) da variável saliência morfofonológica no português popular rural da Bahia. Em seu estudo, observa-se que o nível III desfavorece o modo imperativo associado ao indicativo. No *corpus* de Montevidinha-BA, verbos nesse nível apresentaram uma frequência baixa no modo indicativo. Além disso, infere-se que o nível I no estudo de Santos (2016), é mais frequente em relação ao modo imperativo associado ao indicativo, tendo em vista a apresentação do resultado do modo do imperativo associado ao subjuntivo, com percentual de 23,3%. Já na comunidade de Montevidinha-BA, observa-se um desenho semelhante, pois o nível I ocorreu com maior frequência associado à forma indicativa, embora não se verifique a realização do modo imperativo associado ao subjuntivo. Acredita-se que esse resultado se deve ao fato de que o nível I refere-se a formas menos marcadas do imperativo, muito comum em comunidades mais isoladas resultantes da situação do contato entre línguas desenhada na seção 3 desta pesquisa. Considerando esse quadro, pode-se dizer que a hipótese foi parcialmente confirmada, uma vez que o nível I é o contexto em que há maior frequência de ocorrência do modo imperativo associado ao indicativo, embora não se verifique variação com o modo imperativo associado ao subjuntivo.

5.1.4 Morfologia verbal

De acordo com Santos (2016), o contexto da *morfologia verbal* tem como propósito analisar se nos contextos de fala há maior incidência da forma verbal *simples* ou de uma construção *perifrástica / locucional* na realização do modo imperativo. Esse contexto foi analisado sob a hipótese de que, nos contextos de fala em que há maior incidência da forma verbal *simples*, há tendência em ocorrer maior frequência do emprego do modo imperativo associado ao indicativo, por conta da menor saliência.

Os dados demonstraram que a *forma simples* do modo do imperativo associado ao indicativo ocorre com maior frequência, com percentual de 91%, que corresponde a 47 das 52 ocorrências do *corpus*, como se observa nos exemplos em (10a-b).

- (10) a. na geladeira lá, é, depois pega. (MTV-01)
 b. vem aqui Ando. (MTV-07)

Já a *forma locucional* do imperativo associado ao indicativo ocorre em menor frequência, em 9% do *corpus*, que equivale a 5 das 52 ocorrências, como nos exemplos em (11a-b).

- (11) a. ajuda vender aqui, pega a sacola de geladim. (MTV-13)
 b. oia e torna lavar bem lavadinho. (MTV-10)

Nota-se que a forma *simples* do modo imperativo associado ao indicativo ocorre com maior incidência, dado que é mais propensa a ocorrer com as estruturas de menor saliência e menos marcada. Esse resultado confirma de forma parcial a hipótese inicial, considerando que não há variação do modo imperativo associado ao subjuntivo.

5.2 A ESTRUTURA DA SENTENÇA IMPERATIVA

Nesta subseção, são descritos os contextos que podem ser encontrados na estrutura de uma sentença imperativa, tais como: i) *polaridade de estrutura*; e ii) *realização do vocativo*. A seguir, apresenta-se um quadro com um resumo das variáveis linguísticas ligadas à sentença da estrutura.

Quadro 12 - Síntese dos contextos linguísticos relacionados à estrutura da sentença.

Contextos linguísticos	Fatores / Exemplos
Polaridade de estrutura	<i>Afirmativa</i> : “vai” (MTV-07) <i>Negativa</i> : “o <u>num</u> vai não meu filho” (MTV-09)
Realização do vocativo	<i>Presença</i> : “tem, <u>Ma</u> , bota lá na geladeira.” (MTV-01) <i>Ausência</i> : “e <u>corta</u> as folhas de couve” (MTV-06)

Fonte: Elaboração própria.

A descrição dos dados, a seguir, segue a mesma ordem do quadro apresentado, na seção 5.2.1, sobre a polaridade da estrutura e na seção 5.2.2, sobre a realização do vocativo.

5.2.1 Polaridade da estrutura da sentença

A discussão em torno da variável *polaridade de estrutura* parte da regra padrão de imperativo verdadeiro no PE, em que, na polaridade negativa, o modo imperativo está associado ao subjuntivo, e na polaridade afirmativa, o modo imperativo está associado ao indicativo (JESUS, 2006; SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009; SANTOS, 2016). Partindo dos pressupostos observados em Paredes, Santos e Oliveira (2000 apud SCHERRE, 2007) sobre o imperativo abasileirado, a nossa hipótese é a de que o uso do modo imperativo associado ao indicativo ocorre com maior frequência nas sentenças afirmativas, como foi discutido na seção 2.3.2.

O resultado apontou que o modo imperativo associado ao indicativo é mais frequente em contextos de sentenças afirmativas, ocorrendo em 92% do *corpus*, corresponde a 48 das 52 ocorrências, como se pode observar no exemplo (12a-b).

(12) a. Conta a história. (MTV-04)

b. vai! (MTV-11)

Quanto ao contexto das sentenças negativas, observa-se baixa frequência na realização do imperativo associado ao indicativo, porque os dados de imperativo associado ao indicativo em sentenças negativas representam 8% do *corpus*, correspondendo a 4 das 52 ocorrências, como ilustra o exemplo (13a-b).

(13) a. ela diga: mãe faz isso não, isso é feio mãe. Ela mesmo reparar meu erro. (MTV-02)

b. num vai não meu filho. (MTV-09)

Observando o resultado obtido por Santos (2016), constata-se que as sentenças afirmativas ocorrem com maior frequência no modo imperativo associado ao indicativo²², uma

²² Inferiu-se este resultado a partir de cálculo matemático, onde foi subtraído o percentual obtido do subjuntivo 24,4% (fornecido pelo trabalho da autora) ao total de 100%, obtendo o resultado de 75,6% da forma do imperativo associado ao indicativo.

vez que o modo imperativo associado ao subjuntivo obteve o percentual de 24,4% dos *corpora* para a polaridade afirmativa. Assim como Santos (2016), essa variável também foi testada no estudo de Alves (2008) referente à revista em quadrinhos “Xaxado”, que retrata a fala da cidade de Jacobina, no Sertão baiano, onde o modo imperativo associado ao indicativo apresenta maior frequência nas sentenças afirmativas com o percentual de 71%. No resultado da revista “Menino Maluquinho”, o modo imperativo associado ao indicativo tem maior frequência no contexto da polaridade afirmativa, com percentual de 75,4%. Assim, pode-se dizer que, apesar de não haver variação com a forma do imperativo associado ao subjuntivo, o resultado do *corpus* de Montevیدinha-BA apresentou um comportamento semelhante aos estudos mencionados, porque a forma do imperativo associado ao indicativo ocorreu principalmente no contexto da polaridade afirmativa, confirmando parcialmente a hipótese.

5.2.2 Realização do vocativo

O contexto de *realização do vocativo*, segundo Santos (2016) e Cardoso (2009), atua da seguinte forma: o vocativo tem a função de direcionar uma ação para o interlocutor, de sorte que a presença do vocativo favorece o modo imperativo associado ao indicativo, enquanto desfavorece o modo imperativo associado ao subjuntivo. Para este contexto de descrição, levantou-se a hipótese de que os falantes fazem maior uso da presença do vocativo, dado que a presença do vocativo proporciona uma leitura imperativa, ocorrendo maior frequência do emprego do modo imperativo associado ao indicativo.

Os dados indicaram um resultado diferente da hipótese levantada, pois o modo imperativo associado ao indicativo é mais frequente na ausência do vocativo, com percentual de 86%, que corresponde a 45 das 52 ocorrências, como é demonstrado nos exemplos em (14a-b).

- (14) a. Bota pra cozinhar. (MTV-15)
 b. pega a sacola de geladim. (MTV-13)

O modo imperativo associado ao indicativo ocorreu em baixa frequência na presença do vocativo, com o percentual de 14%, que equivale a 7 das 52 ocorrências, como nos exemplos em (15a-b).

- (15) a. Vai, Ando, ocê mais Ailon. (MTV-07)

b. *Caminha*, muleque. (MTV-09)

A nível de comparação, outros estudos também demonstram essa tendência do imperativo associado ao indicativo. No resultado obtido no estudo de Santos (2016), percebe-se que o modo imperativo associado ao indicativo ocorre com maior frequência com a presença do vocativo, dado que o percentual das formas do modo imperativo associado ao subjuntivo corresponde a apenas 21,2% das ocorrências nesse contexto. Assim como no estudo de Santos, no estudo de Cardoso (2009), a presença do vocativo mostrou-se relevante no que tange à maior frequência do modo imperativo associado ao indicativo. Diferentemente desses resultados, na comunidade de Montevidinha-BA, o modo imperativo associado ao indicativo ocorre em maior frequência na ausência do vocativo (86%) e menor frequência na presença do vocativo (14%).

5.3 ABORDAGEM RELACIONADA AO DISCURSO

Nesta subseção, são apresentados os contextos linguísticos que podem ser encontrados no discurso do imperativo: i) *paralelismo discursivo*; ii) *pronome usado pelo interlocutor*; iii) *tipo do discurso*; e iv) *gradação semântica*, conforme Quadro 13, a seguir.

Quadro 13 - Síntese dos contextos linguísticos relacionados aos aspectos discursivos.

Contextos linguísticos	Fatores / Exemplos
Paralelismo discursivo	forma indicativa na oração anterior: <i>bota</i> no copo, <i>ái abafa</i> ela (MTV-06) Forma subjuntiva na oração anterior: “ela <i>diga</i> : mãe faz isso não, isso é feio mãe, ela mesmo reparar meu erro” (MTV-02)
Pronome usado pelo interlocutor	Pronome “tu”: não foram encontrados dados de “tu” Pronome “você”: “agora <i>você vai</i> cortar os pedacinho oia” (MTV-06)
Tipo do discurso	Direto: “ <i>vai ali.</i> ” (MTV-16) Índireto: “O homem mandou <i>Conta</i> uma história” (MTV-04)
Gradação Semântica	Ordem: “ <i>ajuda</i> vender aqui, <i>pega</i> a sacola de geladim” (MTV-13) Pedido: “ <i>ô bota</i> uma <i>ái pra mim</i> ” (MTV-09) Instrução: “ <i>lava</i> ele, bem <i>lavadinho</i> ” (MTV-06) Proibição: “mãe <i>faz</i> isso não que é fei” (MTV-02)

Fonte: Elaboração própria (2021).

A descrição dos dados segue a mesma ordem do quadro apresentado, na seção 5.3.1, sobre paralelismo discursivo; na seção 5.3.2, sobre o pronome usado pelo interlocutor; na seção 5.3.3, sobre o tipo de discurso; e na seção 5.3.4, sobre a gradação semântica.

5.3.1 Paralelismo discursivo

Ao analisar o contexto do *paralelismo discursivo*, percebe-se que, na presença do modo subjuntivo na oração anterior, há uma tendência do emprego do modo imperativo associado ao subjuntivo, em oposição, se na oração anterior foi empregado o modo indicativo, há uma tendência ao uso do modo imperativo associado ao indicativo (JESUS, 2006; SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009; SANTOS, 2016). Dessa forma a hipótese formulada é que há maior realização de orações que empreguem o modo indicativo na oração anterior, e, portanto, maior frequência do modo imperativo associado ao indicativo na oração seguinte.

O resultado demonstrou que a forma do indicativo na oração anterior influencia a reiteração da forma indicativa na sentença seguinte, sendo que o modo imperativo associado ao indicativo ocorre sobretudo nesses contextos, com o percentual de 88%, que corresponde a 45 das 52 ocorrências, como nos exemplos em (16 a-b).

- (16) a. E aí, daí diante uma vez eu tava lá na casa dela e depois pai "E... Agemiro, caminha, *vai* cortar cana, o outro tá lá esperando, *vai* logo mode cês ir cortar cana, apanhar cana." (MTV-09)
- b. INF: Ah! É {ingual} é... Eu falei pra você a... {sicupira}, cê colocar na água no fogo, colocar um pouquinho... *dá* um pedacinho da {sucupira} na água, deixa ferver, aí a hora que que ... *bota* no copo aí abafa ela, aí a hora que esfriar cê toma, é bom pra comida... faz mal. (MTV-06)

O modo imperativo associado ao indicativo quase não ocorre quando o contexto da oração anterior está no subjuntivo, correspondente a uma única ocorrência das 52 ocorrências, como no exemplo em (17).

- (17) ela *diga*: mãe *faz* isso não, isso é fei, mãe, ela mesmo reparar meu erro. (MTV-02)

Observando o resultado obtido por Santos (2016), nota-se que, nas comunidades afro-brasileiras e do interior observadas pela autora, a forma indicativa na oração anterior ocorre com maior frequência entre os falantes e o modo imperativo associado ao subjuntivo ocorre com o percentual de 8,3% dos *corpora*. A partir desse resultado, subentende-se que o total que completa percentual restante é da variante a forma do indicativo na oração anterior, favorecendo o modo imperativo associado ao indicativo na sentença seguinte. Além da autora, Cardoso (2009) obteve um resultado semelhante, pois houve maior frequência da forma do indicativo na oração anterior com o percentual de 88%. Sendo assim o resultado apresenta-se próximo aos apresentados nos estudos citados e também confirma parcialmente a hipótese, dado que não se observa variação com o modo imperativo associado ao subjuntivo.

5.3.2 Pronome utilizado com o interlocutor

Considera-se o contexto do *pronome usado pelo interlocutor*, visto que, quando o locutor utiliza o pronome “tu” na oração, existe uma predisposição ao emprego do modo imperativo associado ao indicativo. Entretanto, se o locutor faz uso do pronome “você”, há uma tendência ao emprego do imperativo associado ao subjuntivo, como apontam os resultados de Santos (2016).

Tendo em vista que Montevidinha-BA é uma comunidade quilombola e que se encontra distante das influências da cidade grande, espera-se que os falantes façam maior uso do pronome ‘tu’ como forma padrão da comunidade. Desse modo, a hipótese é que o uso do modo imperativo associado ao indicativo é mais frequente com os falantes do pronome “tu”. É importante ressaltarmos que o controle desse contexto não se refere ao pronome sujeito na realização da sentença imperativa. Seguimos o modelo de codificação proposto por Santos (2016), que tem como objetivo identificar o pronome em referência ao interlocutor.

Os dados indicaram que o uso do modo imperativo associado ao indicativo é mais frequente com os informantes que utilizam o pronome “você” no discurso (18a-b), com o percentual de 52%, correspondente a 27 das 52 ocorrências.

(18) a. aí você *pega* água para ferver. (MTV-07)

b. agora você *vai* cortar os pedacinho óia. (MTV-10)

E quando os falantes não fazem uso de nenhum dos pronomes nas sentenças, o modo imperativo associado ao indicativo é levemente menos frequente (19a-b), com o percentual de 48%, que equivale a 25 das 52 ocorrências.

(19) a. *bota* a garapa no tacho. (MTV-15)

b. *vem* com aquele trezinho fervido. (MTV-06)

Durante a análise do *corpus*, não foi encontrado o uso exclusivo do pronome “tu” em contexto da realização da sentença imperativa, de forma que a hipótese inicial é totalmente refutada. Ao compararmos esse resultado com o estudo de Santos (2016) sobre o português popular rural da Bahia, percebe-se que o modo imperativo associado ao indicativo ocorre com maior frequência na presença do pronome “tu”. É possível verificar esse dado com base no percentual do modo imperativo associado ao subjuntivo na presença do pronome “tu”, que foi de 20,7% do *corpus*. Portanto, infere-se que o percentual restante corresponde a dados do modo imperativo associado ao indicativo. Esse é um resultado diferente do apresentado nesta seção acerca do *corpus* de Montevidinha-BA, dado que o pronome “tu” não ocorreu exclusivamente nas sentenças imperativas associado ao indicativo. Por outro lado, percebe-se que o presente resultado se assemelha ao desenho descrito no resultado de Alves (2009) nas revistas do “Menino Maluquinho”, quando se observa o contexto do pronome “você”. Além disso, o autor argumenta que o roteirista da revista é da região centro-oeste, em específico de Minas Gerais. Sendo assim, considerando a hipótese explicativa que a comunidade de Montevidinha-BA é influenciada pela região centro-oeste, incluindo-se a região de Minas, pode-se dizer que essa semelhança se deve a questões de proximidade geográfica.

5.3.3 Tipo do discurso

Outro contexto relevante é o *tipo do discurso*, direto ou indireto. Em sua tese, Santos (2016) explica que o discurso direto está vinculado à sentença emitida pelo próprio falante, e o discurso indireto é fala de terceiros ou do próprio falante, relembrando algum momento do passado. Considerando que, durante as entrevistas, os temas que os falantes mais abordavam estavam relacionados a fatos do passado, isto é, à história da comunidade, a hipótese é que há maior recorrência do modo imperativo associado ao subjuntivo no contexto do *discurso indireto*, enquanto o emprego do modo imperativo associado ao indicativo ocorre principalmente no discurso direto. O resultado indicou que o modo imperativo associado indicativo é mais

frequente no contexto do *discurso direto*, como nos exemplos em (20a-b), com o percentual de 60%, correspondente a 31 das 52 ocorrências.

(20) a. coloca lá um pouquinho de óleo. (MTV-07)

b. Pergunta ele o que já falou de mim aqui. (MTV-16)

O modo imperativo associado ao indicativo é menos frequente no contexto do *discurso indireto* (21a-b), com o percentual de 40%, que equivale a 21 das 52 ocorrências.

(21) a. aí eu disse: vai ali. (MTV-16)

b. e disse: Ô, bota uma aí pra mim eu quero tomar uma aí. (MTV-09)

Observa-se, neste resultado, que o modo imperativo associado ao indicativo apresenta maior frequência no contexto do *discurso direto*, visto que o discurso direto abarca sentenças que estão direcionadas à expressão de ordem, pedido e instrução.

5.3.4 Gradação semântica do verbo

De acordo com Santos (2016), a *gradação semântica* é um aspecto interessante, tendo em vista que os gramáticos concebem o modo imperativo por expressar esses aspectos, como apresentamos na seção 2.3.3, de modo que pode apresentar influência no modo imperativo. Em razão disso, levanta-se a hipótese de que o modo imperativo associado ao indicativo tem maior frequência em contexto de *ordem*, dado que a forma indicativa é empregada para exprimir fatos de ações imediatas, como apresentamos na seção 2.1. Acredita-se também que o modo imperativo associado ao indicativo tem maior frequência no contexto de *pedido*. A respeito do contexto de *conselho*, supõe-se que o modo imperativo associado ao subjuntivo ocorre com maior frequência, tendo em vista que a forma subjuntiva é usada para expressar hipótese como exposto na seção 2.1, e sobre o aspecto *instrução*, espera-se também maior frequência no modo imperativo associado ao indicativo.

Os dados indicaram que, no contexto semântico *ordem*, o modo imperativo associado ao indicativo aconteceu com maior frequência com 78%, que equivale a 40 das 52 ocorrências, como observa-se nos exemplos em (22a-b).

(22) a. vai conversar mais ela, lá. (MTV-07)

b. Fica minha fia! (MTV- 11)

Já no aspecto semântico de *instrução*, o modo do imperativo associado ao indicativo ocorreu em menor frequência com 14% do *corpus*, correspondente a 7 das 52 ocorrências, que estão ilustrados no exemplo (23a-b).

(23) a. aí, você pega água para ferver (MTV-06)

b. Não moço, você pega o toicinho (MTV-10)

Quanto ao aspecto semântico da *proibição*, o modo imperativo associado ao indicativo apresentou uma frequência menor, ocorrendo em 7%, correspondendo a 7 das 52 ocorrências, como observa-se nos exemplos (24a-b).

(24) a. mãe, faz isso não, que é feio. (MTV-02)

b. num vai não, moleque. (MTV-09)

E quanto ao último aspecto semântico de *pedido*, o modo imperativo associado ao indicativo ocorreu uma única vez em relação às 52 ocorrências, equivalente a 1%. Como pode ser observado nos exemplos (25).

(25) ô bota uma aí pra mim. (MTV-09)

Observando o resultado, percebe-se que o modo imperativo associado ao indicativo é mais produtivo na comunidade em sentenças que expressam *ordens*. Em contraposição, houve apenas uma ocorrência do modo imperativo associado ao indicativo no contexto semântico *pedido*. Por essa razão, supõe-se que, havendo um estudo mais aprofundado a comunidade e verificada a variação com o modo do imperativo associado ao subjuntivo, este contexto seria mais favorável à variante subjuntiva. Os demais aspectos tiveram uma frequência baixa no modo imperativo associado ao indicativo na comunidade de Montevidinha-BA.

5.4 VARIÁVEIS SOCIAIS

As variáveis sociais refletem o contexto social da comunidade estudada. Tarallo (1985) discorre sobre o encaixamento das variáveis sociais, e diz que a análise das variáveis sociais

tem como objetivo verificar em que nível a variável encontra-se encaixada nos aspectos sociais da comunidade. Desse modo, esta pesquisa tem como finalidade compreender como os contextos sociais atuam na comunidade de Montevidinha-BA quanto ao uso do modo imperativo associado ao indicativo.

Este estudo observa as amostras de fala em tempo aparente, conforme definição em Freitag (2005), que deve seguir a seguinte diretriz, de acordo com Weinreich, Labov, Herzog (2006): “todas as mudanças submetidas ao exame empírico cuidadoso até agora têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população.” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006, p. 142). Os autores argumentam que as variáveis inovadoras estão sendo empregadas pelas faixas etárias mais jovens e faixas etárias mais velhas contradizem essa ideia. As variáveis sociais que serão apresentadas na próxima subseção já foram discutidas na seção 2.3.4. As variáveis são as seguintes:

1. O nível de escolaridade;
2. A variável do sexo do informante;
3. A variável da faixa etária do informante;
4. A variável estada fora da comunidade.

A seguir, serão descritos os dados conforme os aspectos sociais. Na seção 5.4.1, sobre o nível de escolaridade; na seção 5.4.2, sobre o sexo do informante; na seção 5.4.3, sobre a faixa etária; na seção 5.4.4, sobre a estada fora da comunidade.

5.4.1 Nível de escolaridade

O *nível de escolaridade* é um fator de suma importância, pois influencia o falante durante o processo de escolha das formas que estão em variação. Falantes escolarizados tendem a usar o modo imperativo associado ao subjuntivo e os menos escolarizados o modo imperativo associado ao indicativo, conforme as pesquisas sobre o tema (ALVES, 2008; SCHERRE, 2007; CARDOSO 2009, SANTOS, 2016.) Considerando esses estudos prévios e o fato de não haver variação nesse estudo, a hipótese elaborada sobre o contexto *nível de escolaridade* é a de que o modo imperativo associado ao indicativo ocorreria em menos frequência com os sujeitos alfabetizados e os semialfabetizados, e, em contraposição, em maior frequência com os sujeitos não alfabetizados.

O resultado demonstrou que os resultados corroboram os estudos prévios, pois aponta um uso com maior frequência do modo imperativo associado ao indicativo dentre os falantes *semialfabetizados*, apresentando um percentual de 45% dos dados levantados; e também *os não alfabetizados*, que empregam o modo imperativo associado ao indicativo em uma maior frequência com o percentual de 40%; já os falantes alfabetizados empregam em menor frequência, representando 15% dos dados levantados no *corpus*.

Quando comparamos com o resultado da comunidade de Montevidinha-BA, os *semialfabetizados* empregam o modo imperativo com maior frequência (45%), sendo o oposto do estudo de Santos (2016). Sob esse viés, Souza (2019) discute que “[...] os falantes mais escolarizados usam menos o imperativo associado ao indicativo em comparação aos que são menos escolarizados.” (SOUZA, 2019, p. 1449). Em conformidade a essa premissa, os dados de Santos (2016) apontam essa tendência e os dados da comunidade de Montevidinha-BA também apontam, já que os alfabetizados representaram a menor frequência (15%).

5.4.2 Sexo do informante

Sobre o contexto *sexo do informante*, as pesquisas demonstram que não conseguem chegar a um resultado exato, sendo consideradas às vezes como uma variável que apresenta resultados neutros. Dado que os estudos sociolinguísticos de Alves (2007) e de Cardoso (2009) apontam que as mulheres fazem maior uso do modo imperativo associado ao indicativo, quando se observou o modo imperativo associado ao indicativo quanto ao *sexo do informante*, foi produzida a hipótese de que é as mulheres favoreceriam o modo imperativo associado ao indicativo, em oposição os homens, que teriam tendência em usar o modo imperativo associado ao subjuntivo, uma vez que eles teriam maior contato com a comunidade externa. Os dados indicaram que as *mulheres* usam com mais frequência o modo imperativo associado ao indicativo, apresentando o percentual de 68%, já os homens apresentaram uma menor frequência no emprego do modo imperativo associado ao indicativo com um percentual de 32% do *corpus*, confirmando parcialmente a hipótese.

5.4.3 Faixa etária

Em relação à *faixa etária do informante*, é possível perceber quem são os falantes responsáveis por usar a variante inovadora e quais ainda usam a variante conservadora. Sobre a faixa etária, esta pesquisa realiza a análise em tempo aparente (FREITAG, 2005), de acordo

o autor, há uma divisão das faixas etárias, para que se possa observar uma possível mudança em tempo aparente.

Assim, um indivíduo de 60 anos corresponderia a um estado de língua de 45 anos atrás; um indivíduo de 30 anos corresponderia a um estado de língua de 15 anos atrás; e um indivíduo de 15 anos corresponderia ao estado de língua atual.” (FREITAG, 2005, p. 110).

Desta forma conseguimos obter um resultado que reflete nas mudanças que estão ocorrendo dentro deste período de tempo que repercute nas mudanças atuais.

De acordo com as pesquisas realizadas (SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009; SANTOS, 2016), espera-se que pessoas mais velhas tenham tendência a empregar na sua fala o modo imperativo associado ao indicativo, ao passo que as pessoas mais jovens são mais favoráveis ao uso do modo imperativo associado ao subjuntivo, principalmente porque têm maior mobilidade e interação social o município sede, além de serem as únicas com o nível de escolaridade maior em relação às demais faixas etárias. Deste modo a nossa hipótese pressupõe que na comunidade de Montevidinha-BA, as pessoas da faixa etária III serão responsáveis por preservar o modo imperativo associado ao indicativo, já a faixa etária I favorecerá ao modo imperativo associado ao subjuntivo.

Embora não se verifique a variação no modo imperativo nos dados, esperava-se delinear o caminho da mudança linguística para o modo imperativo associado ao indicativo através da faixa etária dos informantes. No entanto, observou-se que o uso do modo imperativo associado ao indicativo se encontra já consolidado na comunidade, com percentuais muito próximos e distribuídos quase uniformemente, a saber: a *faixa etária II* com frequência de 39% do modo imperativo associado ao indicativo; seguida da *faixa etária III*, com percentual de 31% do modo imperativo associado ao indicativo no *corpus*; e a *faixa etária I* com frequência de 30%, não confirmando a hipótese.

5.4.4 Estada fora da comunidade

A variável *estada fora da comunidade* diz respeito à saída do sujeito da comunidade, implica em um distanciamento da comunidade e, conseqüentemente, das normas linguísticas empregadas naquele ambiente e, por consequência, apropriação das normas que prevalecem em sua nova comunidade. Desse modo, a nossa hipótese é que os sujeitos que saem da comunidade são favorecedores da forma inovadora que é o modo imperativo associado ao subjuntivo, e os

que continuam na comunidade empregam com maior frequência o modo imperativo associado ao indicativo, ainda que com rápidas viagens ao Goiás.

Os dados indicam que os falantes com *menos de seis meses fora da comunidade* usam com maior frequência o modo imperativo associado ao indicativo, dado que ocorreu em 49 das 52 ocorrências com o percentual de 94%; e os falantes com mais de 6 meses fora da comunidade empregam o modo imperativo associado ao indicativo em frequência menor com o percentual de 6%, sendo apenas 3 ocorrências. Percebe-se que a hipótese foi testada, posto que os falantes que permanecem na comunidade empregam o modo imperativo associado ao indicativo em alta frequência, enquanto os falantes que saem da comunidade empregam em menor frequência. Desta forma observa-se que a variante inovadora é rara na comunidade.

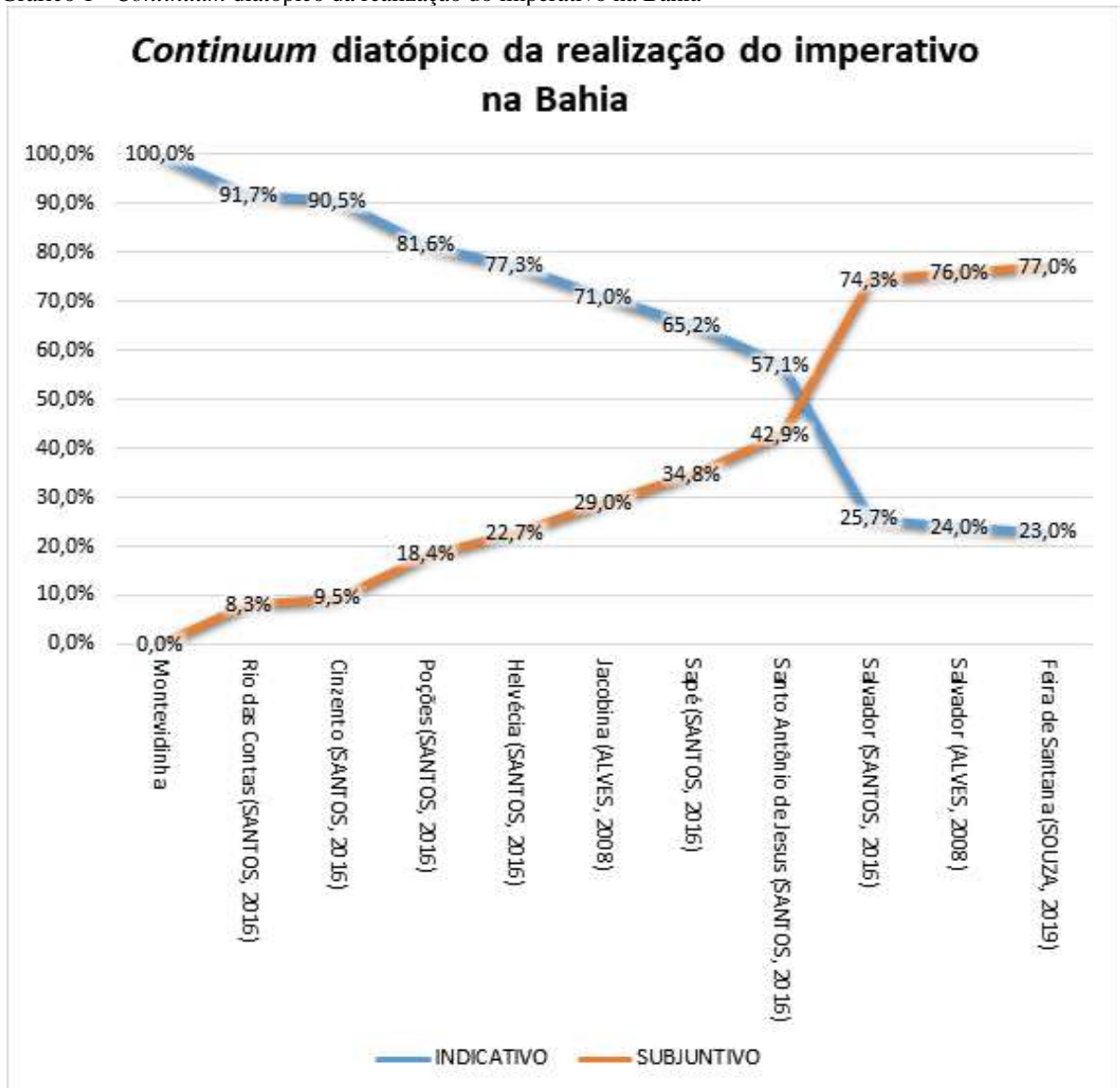
5.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESULTADO

Para explicar os dados categóricos de Montevidinha-BA, é necessário um estudo mais aprofundado, sobretudo no que se refere aos contextos externos. Apesar disso, algumas explicações hipotéticas são possíveis, uma vez que se percebe que a comunidade apresentou um resultado próximo ao esperado quanto ao modo imperativo associado ao indicativo para o português popular rural da Bahia (cf. SANTOS, 2016), em oposição ao português popular urbano da Bahia (ALVES, 2008; SANTOS, 2016; SOUZA, 2019).

A primeira hipótese explicativa é a compreensão das diferenças entre os contextos rural e urbano, diferença já notada por Santos (2007, 2006 apud SANTOS, 2016). Scherre (2012) reforça esse aspecto, quando diz que o estado da Bahia apresenta um contraste entre o urbano e o rural quanto ao uso do imperativo. Para a autora: “o estado da Bahia apresenta padrão diversificado, evidenciando-se que, no interior, com maior distanciamento de Salvador, há predominância de estruturas como fala/diz/vai, e pode ser esta a principal razão para este estado de coisas.” (SCHERRE, 2012, p. 16).

A outra questão pode ser extraída de uma comparação com os resultados de Santos (2016) sobre o português popular rural da Bahia, pois os resultados de sua pesquisa indicaram a predominância do imperativo associado ao indicativo com o percentual de 72,9%, para as comunidades rurais e as duas cidades distantes da capital baiana, enquanto o imperativo associado ao subjuntivo obteve o percentual de 27,1% para essas mesmas comunidades. Além disso, Alves (2008), no estudo em história em quadrinhos, mostra que na “turma do Xaxado”, os dados retirados das falas de personagens do sertão baiano apresentaram a predominância do indicativo com o percentual de 71%.

Nota-se ainda que nos resultados encontrados nos estudos de Santos (2016) e Alves (2008), embora neste sejam dados simulados do vernáculo nas histórias em quadrinhos, nota-se que há presença do modo imperativo associado ao subjuntivo em menor frequência quando comparado ao indicativo. A comunidade de Montevidinha-BA assemelha-se com os resultados apresentados pelos autores no quesito predominância do modo imperativo associado indicativo nos poucos dados encontrados, e diferencia-se quando se observa que não há dados que representam o modo imperativo associado ao subjuntivo, enquanto os demais estudos apresentam ao menos uma baixa frequência de subjuntivo. Dessa forma, reafirma-se a hipótese explicativa de que quanto maior o distanciamento de Salvador, maior a frequência do uso do modo imperativo associado ao indicativo. Outra evidência disso é que, nos dados das pesquisas dos autores que serviram com o propósito de comparação (ALVES, 2008; SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 2017), há predominância do modo imperativo associado ao subjuntivo principalmente na capital baiana, como no estudo de Souza (2019), já mencionado na seção 2.2. De acordo com o estudo do autor, em relação ao resultado referente à cidade de Feira de Santana, que também é um grande centro urbano, localizada no estado da Bahia, com proximidade a Salvador de 111 quilômetros, predomina-se o modo imperativo associado ao subjuntivo, corroborando a hipótese de oposição entre o rural e urbano. Acrescenta-se a isso, o fator localização geográfica, visto que, quanto mais próximo de Salvador, maior é a frequência do modo imperativo associado ao subjuntivo, como se evidencia no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - *Continuum* diatópico da realização do imperativo na Bahia

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Alves (2008); Santos (2016) e Souza (2016).

Observando o gráfico 1, percebe-se que as comunidades mais próximas de Salvador com um contexto urbanizado ou não, como a comunidade rural de Sapé, localizada em região turística em Valença, apresentam maior frequência do modo imperativo associado ao subjuntivo (34,8%), se comparada às demais. Por exemplo, Feira de Santana, que é próxima à capital e considerada a segunda capital do estado da Bahia, apresenta menor frequência (29%) do modo imperativo associado ao indicativo.

Segundo Santos (2016), a cidade de Poções, que está localizada no sudoeste do estado, emprega o modo imperativo associado ao indicativo com maior frequência (29%) em relação à Santo Antônio de Jesus (29%), que se localiza na microrregião do Recôncavo baiano e também

é um grande centro comercial para as cidades vizinhas, apresentando maior frequência para o modo imperativo associado ao subjuntivo. No que tange à Jacobina, situada ao norte do estado, Alves (2008) mostra que há maior frequência (71%) do modo imperativo associado ao indicativo nos dados de simulação de fala.

Nota-se que as comunidades da Bahia distantes de contextos urbanizados ou turísticos tendem a apresentar maior frequência do modo imperativo associado ao indicativo, como ocorre com as demais comunidades afro brasileiras: Helvécia, Cinzento, Rio das Contas, e, inclui-se nesse rol, a comunidade de Montevidinha-BA ao apresentar o resultado categórico de realização do modo imperativo associado ao indicativo. Em síntese assume-se que as comunidades mais afastadas geograficamente de Salvador e de contextos mais urbanizados ou turísticos tendem a empregar o modo imperativo associado ao indicativo. E, inversamente proporcional, aparentemente, quanto mais próximo de Salvador e dos contextos urbanizados soteropolitanos, maior a frequência do modo imperativo associado ao subjuntivo e menor frequência relacionada ao indicativo.

Ademais, é possível afirmar que há um contraste rural/urbano, como já observaram Santos (2016) e Scherre (2007), levando-se em conta duas premissas: 1) na região centro-oeste, há um predomínio do modo imperativo associado ao indicativo (72.4%) (ALVES, 2009); 2) conforme Rocha (2019), em seu projeto na UFRB intitulado “Projeto atlas linguístico do Brasil (ALIBALIB): a realização do imperativo verbal na região sudeste”, este fenômeno é condicionado à variação diatópica, demonstrando que há localidades onde se verifica a predominância do modo imperativo associado ao indicativo e há localidades onde há predomínio do imperativo associado ao subjuntivo. Assim, a explicação para o resultado da presente pesquisa repousa sobre a hipótese de que, quanto mais próxima a comunidade for dos contextos urbanizados no sentido à orla marítima do oceano atlântico, mais se pode evidenciar o uso do modo imperativo associado ao subjuntivo. E, no movimento contrário, quanto mais distante, sobretudo mais isolada, a comunidade for em relação ao contato com áreas soteropolitanas e/ou urbanas, maior a frequência do modo imperativo associado ao indicativo.

Outra possível explicação baseia-se no processo de transmissão linguística irregular (TLI), como já discutido na seção 3.3, Lucchesi e Baxter (2009) argumentam que a TLI induziu ao processo de variação e mudança linguísticas no PB, devido à situação de contato entre línguas ocorrida no período colonial e que reflete no português rural falado na Bahia. Segundo os autores, as estruturas que provêm de mudanças que aconteceram em situação de contato mantêm-se no vernáculo de falantes menos urbanizados e em condição de relativo isolamento. Essas variações e/ou mudanças podem ser observadas a partir da análise de vestígios

linguísticos. De acordo com os autores, “o ponto de partida de todo processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas é a perda de morfologia flexional na aquisição inicial da LA por parte dos falantes das outras línguas.” (BAXTER, LUCCHESI, 2001, p. 123). Essa perda de morfologia flexional implica na realização das formas menos marcadas e mais marcadas, sendo assim, o modo imperativo associado ao indicativo apresenta formas menos marcadas, o que foi evidenciado nas escolhas dos falantes de Montevидinha-BA.

De acordo com os autores, para além da perda flexional, há outros fatores que permitem identificar a influência da TLI, que são “[...] função mais ou menos abstrata, sua transparência semântica e o valor mais ou menos marcado do parâmetro sintático [...]” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 123). Considerando esse aspecto, para Baxter e Lucchesi (2009) e Meira (2009), as comunidades rurais apresentam resquícios do contato entre línguas, em especial as comunidades afrodescendentes, uma vez que, de acordo com Meira (2009):

[...] os antepassados desses falantes, que aprenderam o português precariamente na condição de escravos, devem ter adquirido inicialmente as formas do indicativo, pois este modo, por se referir a eventos reais, tende a ser mais usado na comunicação, podendo ser definido, portanto, como o modo morfológicamente não marcado. (MEIRA, 2009, p. 391)

Dessa forma, ao compreender o modo imperativo associado ao subjuntivo como uma forma mais marcada morfológicamente, compreende-se também o motivo de ocorrer com baixa frequência nas comunidades afrodescendentes e rurais do interior da Bahia (SANTOS, 2016). Ao contrário, o modo imperativo associado ao indicativo é a forma não marcada morfológicamente e ocorre em maior frequência nessas comunidades afrodescendentes e rurais, como vimos nesta seção. Assim, sendo a forma indicativa do imperativo predominante na comunidade de Montevидinha-BA, acredita-se que os falantes tenham adquirido o indicativo ainda no período colonial, em concordância com o que Meira (2009) defende.

Uma evidência disso é que, ao contrário do que ocorre nas comunidades rurais afro-brasileiras, nas comunidades urbanas, os falantes possuem maior contato com as mídias, acesso à escola e ao ensino superior com mais facilidade, o que provavelmente pode aumentar o emprego do modo imperativo associado ao subjuntivo, principalmente em estruturas de polaridade negativa e com maior saliência morfológica e com verbos de 2ª e 3ª pessoas, como nos resultados das pesquisas de Oliveira (2017), Santos (2016) e Souza (2019).

Considerando Santos (2016), isso significa que em um *continuum* linguístico, o modo imperativo associado ao subjuntivo está mais na capital soteropolitana e o modo imperativo associado ao indicativo está mais no interior. E, no caso específico de Montevидinha-BA, a

realização categórica, hipoteticamente, pode ter se expandido e se mantido como padrão da comunidade, dada a distribuição uniforme nas três faixas etárias, por influência também da região centro-oeste, mais precisamente de Goiânia, uma vez que os estudos de Cardoso (2009), Scherre (2004) e Scherre *et al.* (2007) apontam que a região centro-oeste apresenta uma frequência significativa no emprego do modo imperativo associado ao indicativo. Somado a esse fato, durante a escuta das entrevistas, percebeu-se que os falantes da comunidade de Montevidinha-BA estão sempre se referindo às localidades da região centro-oeste, nunca a Salvador, razão que evidencia a ausência ou muito pouco contato da comunidade em relação à capital baiana. A seguir, apresenta-se um trecho no qual o falante se refere à capital de Goiás, muitas vezes com fim na assistência médica.

- (26) INF: mês que vem agora, vou lá pra goiana fazer revisão.
 DOC: Mais fazer revisão de que?
 INF: Resonância de cabeça, aquela vez que mãe fez, vou fazer revisão agora, mês que vem agora.
 (MTV-01)

Às vezes, como forma com referência à ascensão da qualidade de vida, por meio do acesso à vida profissional:

- (27) INF: E aí agora, a outra que era... era quatro muié... e a Fátima, a Fátima não mora aqui, mora em Goiânia
 INF: Irmãos.
 DOC: E tinha mais?
 INF: Tinha minha fia, mas um dos irmão tá [ni] Goiânia.
 DOC: hum
 INF: né Brasília...Mora lá, né Brasília o Antônio. (MTV-11)

Ao que tudo indica, os falantes da comunidade de Montevidinha-BA mostram ter relação com Goiânia como, por exemplo, referência médica e ascensão de vida. Dessa forma pressupõe-se que o *corpus* de comunidade de Montevidinha-BA tenha revelado as influências linguísticas do centro-oeste brasileiro na região oeste do estado da Bahia.

Outro ponto a ser considerado é que, guiando-se por Paredes *et al.* (2000), que discute que o uso de “você” somado ao uso do indicativo seria uma forma *abrasileirada* da realização do imperativo, pode-se dizer que Montevidinha-BA encaixa-se nesse contexto, uma vez que apresentou dados categóricos do modo imperativo associado ao indicativo em contexto do pronome “você”. Em outras palavras, em Montevidinha-BA, fala-se o imperativo *abrasileirado*, nos termos das autoras. Sobre isso, Scherre (2012) discute que a ocorrência do *imperativo abrasileirado* se inicia na escrita a partir de movimentos externos a línguas, e de maneira mais expressiva quando houve influência de movimentos sociais, como se pode perceber na citação

a seguir: “[...]associam dois aspectos externos ao ano de 1985, quando se observa o salto da mudança (de 18% para 56% em termos percentuais e de 0,05 para 0,40 em termos de pesos relativos). Trata-se da época das Diretas Já! [...]” (SCHERRE, 2012, p. 22).

Não se pode afirmar com toda certeza de que a presença do imperativo abrazeirado na comunidade de Montevidinha-BA seja oriundo de um movimento externo à língua, mas outro fato que nos permite refletir sobre *imperativo abrazeirado* é que, de acordo com Oliveira (2017), as capitais do nordeste São Luís, do Maranhão, e Fortaleza, do Ceará, apresentaram maior frequência do modo imperativo associado ao indicativo, assim como as demais capitais, principalmente no centro-oeste, sul e sudeste do país têm maior frequência para o modo imperativo associado ao indicativo. No entanto, nas grandes cidades da Bahia, como Salvador e Feira de Santana, é mais frequente o modo do imperativo associado ao subjuntivo, como se observa no gráfico 1. Assim, por hipótese, uma vez que não foram encontrados muitos estudos disponíveis na internet de imperativo nessa região, o *imperativo abrazeirado* seria mais representativo da região centro-oeste do país, uma vez que geograficamente há diferença diatópica nas demais regiões do país (ROCHA, 2019; SOUZA, 2019), incluindo na própria extensão da Bahia. Por essa razão, discorda-se do adjetivo “abrazeirado”, tendo em vista que no próprio estado da Bahia, observamos as diferentes manifestações do modo imperativo. Além do mais, se por hipótese assume-se que a realização do modo imperativo associado ao indicativo é resultado da situação do contato entre línguas, que se preserva em comunidades mais rurais e mais isoladas, ao menos no que tange à Bahia, não se pode afirmar que o fenômeno representa todo território brasileiro, sendo questionável o nome *imperativo abrazeirado*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve objetivo observar a realização do fenômeno variável do modo imperativo na comunidade de Montevidinha-BA. Contudo o fenômeno apresentou surpreendentemente um resultado categórico e com baixa frequência de dados, sem variação, em favor do modo imperativo associado ao indicativo.

Sobre o fato de não ocorrer variação, não se pode dizer que aconteceu uma mudança linguística (*imperativo no subjuntivo* → *imperativo no indicativo*), uma vez que, para observar essa mudança, seguindo os pressupostos da Sociolinguística, seria preciso observar com um olhar sobre o tempo aparente, o qual seria realizado por meio das diferentes faixas etárias, ou sobre o tempo real, que seria impossível, já que não se tem um *corpus* estudado a partir das etapas de vida dos informantes. Assim, por não haver a forma do imperativo associado ao subjuntivo na comunidade, não se tem como confirmar se houve mudança linguística ou se os falantes já fixaram o padrão do indicativo desde as gerações de seus antepassados. Além disso, a pouca quantidade de ocorrência de dados não nos permite afirmar que realmente não exista imperativo associado ao subjuntivo na comunidade. Haveria a necessidade de um estudo mais apurado para a confirmação do presente estudo, com base em uma metodologia mais direcionada ao fenômeno observado.

Com a finalização da descrição do fenômeno na comunidade de Montevidinha-BA, nota-se que há necessidade de maior amadurecimento para aprimorar a argumentação, sobretudo no que tangem aos processos externos que levaram a comunidade a assumir o indicativo como forma do imperativo. Assim, observa-se que há alguns aspectos que necessitam de estudos mais aprofundados, dado que o contato entre línguas poderia explicar as lacunas deixadas e também a forma categórica do fenômeno e aprofundamento sobre os fatores sócio-históricos da comunidade, uma vez que ainda se tem poucos dados sobre a origem desse quilombo, que muitas vezes está baseada apenas na rara literatura existente sobre o oeste da Bahia e na narrativa dos próprios entrevistados participantes da pesquisa.

Para estudos futuros, seria interessante uma comparação com estudos da região centro-oeste do Brasil e ampliação do mapeamento de outras comunidades do oeste da Bahia, para verificar se é um fenômeno localizado na comunidade ou se é generalizado do lado esquerdo do rio São Francisco.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. da S. Imperativo: Uma análise das variáveis sociais na língua falada em Salvador. **Revista Philologus**, v. 15, n. 44. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2009. Disponível em: Microsoft Word - __RPh 44.doc (filologia.org.br)
- _____. O uso do modo imperativo em revistas em quadrinhos do Menino Maluquinho. **Revista eletrônica de divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 5, n. 10, p. 1-17, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/>.
- _____. O imperativo singular em histórias em quadrinhos baianas. **Revista eletrônica de divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 4, n. 9, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.letramagna.com/imperativohq.pdf>.
- AMORIM, I. G.; GERMANI, G. I. Quilombos da Bahia: presença incontestável. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005, p. 776-811.
- ATALIBA, Castilho. **O que se entende por língua e linguagem?**. Museu da língua Portuguesa. 201?, *online*.
- AZEREDO, J. C. de. Fundamentos de Gramática do Português. Azar, 2010.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELLO, J. M. F.; ORTEGA, L. S. F.; OLIVEIRA, T. R. C. de. **A comunidade Montevidinha no contexto de reconhecimento como quilombola no Oeste Baiano (1870-2010)**. Monografia. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.
- BONVINI, E. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15-62.
- CARDOSO, D. B. B. **Variação e mudança no imperativo no português brasileiro: gênero e identidade**. 2009. 153 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.
- CARVALHO, L. F. de. **O estatuto variável do imperativo de 2º pessoa do singular em missivas mineiras: um estudo Sociolinguístico de cunho histórico. (Século XIX e XX)**. 2020. 202 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola:2002.
- CAMACHO, R. G. Uma breve retrospectiva da pesquisa sociolinguística. In: PEREIRA, M. C. (orgs) *et al.* **Pesquisas em linguística no século XXI: perspectivas e desafios teóricos e metodológicos**. São Paulo: cultura acadêmica, 2015, p 13-28. Disponível em: <https://www.fclar.unesp>.

br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-trilhas-linguisticas-n27.pdf#page=30. Acesso em: 5 out. 2020.

CASTRO, Y. P. de. **A sobrevivência das línguas Africanas no Brasil:** sua influência na linguagem popular da Bahia. 1968, p. 25-34.

_____. Marcas de africania no português brasileiro. **Africanias.com**, v. 1, 2011. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi-7qHVjMLwAhWTpZUCHdFOBt0QFjACegQIAhAD&url=http%3A%2F%2Fwww.africaniasc.uneb.br%2Fpdfs%2Fn_6_2014%2Fyeda_pessoa_de_castro_n_6.pdf&usq=AOvVaw0IWtEQ2umxaLCfvzkIfoqa. Acesso em: 22 jan. 2021.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.** Companhia editora nacional, 2010.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In MAR-TELLOTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

CHOMSKY, N. Estruturas Sintáticas. Lisboa: Edições 70, 1957.

DINIZ, J. S. **A expressão da variável do imperativo de 2º pessoa do singular no português :** análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

FAVARO, G. S. Estudo histórico do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria. **Entre palavras**, Fortaleza, a. 3, v.3, n. esp. , p. 71-88, ago/dez. 2013. Disponível em: www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/download/169/196. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERREIRA JÚNIOR, M. N. Aspectos sintáticos do imperativo no português brasileiro. **Anais do VII congresso Internacional do Abralín**, Curitiba, 2011, p. 309-319.

FREITAG, R. M. K. Idade: uma variável Sociolinguística complexa. **Línguas e Letras**, v. 6, n. 11, 2005, p. 105-121.

_____.Desafios teóricos-metodológicos da sociolinguística variacionista. In: PEREIRA, Maria Cristina (orgs) *et al.* **Pesquisas em linguística no século XXI:** perspectivas e desafios teóricos e metodológicos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p 29-44. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-trilhas-linguisticas-n27.pdf#page=30>. Acesso em: 5 out. 2020.

JESUS, É. T. de. **O nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos:** estudo do imperativo na novela Senhora do Destino. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAMBERTI, L.; SCHWENTER, S., A. Testando o Papel da Referência Temporal na Forma do Imperativo em Português Brasileiro. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, mai./ago. 2018, p. 231-258.

LINS, A. B. Três hipóteses e alguns caminhos para melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro. 2009, p. 271-296.

LOBO, T. R. V. Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. **Estudos de Linguística Galega**. Universidade de Santiago de Compostela, v. 7, 2015, p. 69-82.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97- 130, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

_____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estud. lingüíst. galega**. 2012, p. 45-65.

MEIRA, V. O emprego do modo subjuntivo. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 389-406.

MAGALHÃES *et al.* O Oeste baiano: uma perspectiva histórica. **Silo.Tips**, v. 2, jul. 2007. Disponível: <https://silo.tips/download/o-oeste-baiano-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MATTOS E SILVA, R. V. Português brasileiro : raízes e trajetórias (para a construção de uma história). "**Discursos [Em linha]** : estudos de língua e cultura portuguesa", n. 3, p. 75-91, fev. 1993. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3999> Acesso em: 27 jan. 2021.

MIOTO, C. O estudo da Gramática. **Novo Manual de Sintaxe**.(org). Florianópolis: Insular, 2004. p. 11-39.

MOLLICA, M. C. Por uma sociolingüística aplicada. **D.E.L.T.A.**, v.9.n.1, 1993,p. 105-111.

MUSSA, A. B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA J. M. de. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolingüística de dados do ALiB. In: LOPES, N. S.; OLIVEIRA, J. M.; PARCERO, L. M. J. (org.). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 27-44. DOI <https://doi.org/10.5151/9788580392395-02>

PAREDES, V. L. S.; SANTOS, G. M. dos; OLIVEIRA, T. de O. Variação na 2º pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. **Gragoatá**, Niterói, n. 9, 2. sem. 2000, p. 115-123.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do Português**. 4. ed. Editora: Ática, 2005.

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 157, n. 2, p. 35-38, abr./jun. 2005. Disponível em: cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

ROCHA, F. **Projeto atlas linguístico do brasil (alib):** a realização do imperativo verbal na região sudeste. 2019. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/pesquisa/registro-de-projetos>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ROCHA LIMA. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.

_____. **Norma e uso: o imperativo no português brasileiro**. 2004. p. 1-31.

_____. **Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista**. *Tabuleiro de Letras, Bahia*, n. 04, p. 1-32, 2012.

SCHERRE, M. M. P. *et al.* Reflexões sobre o imperativo em Português. **DELTA**, São Paulo, v. 23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v23nspe/v23nspe10.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SCHERRE, M. M. P. *et al* ii. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico**. Florianópolis, Taciro, Produção de Cds Multimídia, 2000, pp. 1333-1347.

SANTOS, L. L. **Fala (você/tu) ~ Fale (você/tu): a expressão variável do modo imperativo no português popular da Bahia**. 2016. 319 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SOUZA, E. S. de. O uso variável do imperativo de migrantes baianos em São Paulo. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 13, n. 4., p. 1433-1464, out./dez. 2019.

SOUZA, M. da S.; BARROS, I. J. F.; OLIVEIRA, J. M. A expressão do dativo no português rural, da comunidade quilombola de Montevidinha, oeste da Bahia. In: FIGUEIREDO, Cristina *et al* (orgs). **Língua em movimento**. Salvador: EDUFBA:2020, p. 227-249.

SOUZA, M. da S. *et al.* O contato entre línguas na constituição da realidade sócio-histórica do português brasileiro: aspectos para um estudo sociolinguístico. **Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana**, v. 19, n. esp., p. 12-22, mar. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/2856>. Acesso em: 5 out. 2020.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TAGLIAMONTE, S. A. **Variationist Sociolinguistics: change, observation, interpretation**. A John Wiley & Sons, 2012.

TAGLIAMONTE, S. A. *et al.* **Users' Manual:** Goldvarb, 2001. A Multivariate Analysis Application for Windows. October 2001.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial, 2006 [1968].

Emitido em 2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 24/2021 - CFP (11.01.25)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/06/2021 22:10)
ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1931551

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **24**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **25/06/2021** e o código de verificação: **313af4fb84**